



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 45, de 2016
(Nº 173/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Os méritos do Senhor Paulo Cesar de Camargo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

Brasília, 5 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO CESAR DE CAMARGO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **PAULO CESAR DE CAMARGO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO CESAR DE CAMARGO

CPF.: 716.998.728-72

ID.: 6702351 SSP/SP

1955 Filho de Ismael de Camargo e Ignes Betanho de Camargo, nasce em 29 de março, em Cordeirópolis/SP.

Dados Acadêmicos:

17/01/1978 Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica, Campinas/SP.

13/02/1978 CPCD - IRBr.

15/12/1982 CAD - IRBr.

21/06/2000 CAE - IRBr - Perspectivas do Comércio Eletrônico - Atuação do Itamaraty.

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário

1981 Segundo-Secretário

1987 Primeiro-Secretário, por merecimento

1995 Conselheiro, por merecimento

2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979-85 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1985-88 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1988-91 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeiro-Secretário

1991 Divisão do Pessoal, Chefe, substituto

1993-96 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe, substituto e Chefe

1996-97 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto

1997-99 Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro

1999-2002 Embaixada em Ottawa, Conselheiro

2002-04 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe

2004-11 Departamento de Administração, Diretor, interino, e Diretor

2011- Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral

Condecorações:

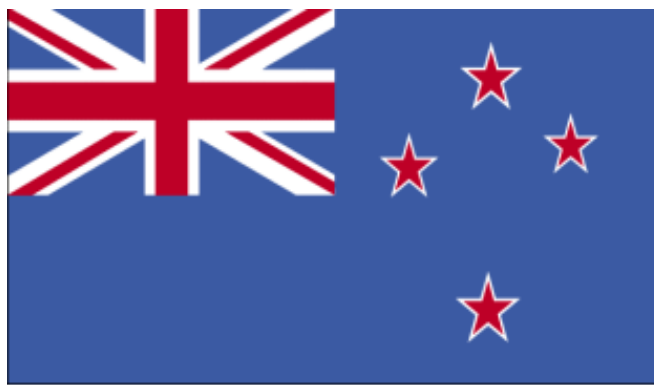
2005 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

NOVA ZELÂNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A NOVA ZELÂNDIA	
NOME OFICIAL:	Nova Zelândia
GENTÍLICO:	Neozelandês ou kiwi (informal)
CAPITAL:	Wellington
ÁREA:	267,710km ²
POPULAÇÃO:	4,62 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e maori
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo 44,3% (Católicos 11,6%, Anglicanos 10,8%, Presbiterianos 7,8%, Metodistas 2,4%), Hinduísmo (2,1%), Budismo (1,4%), sem religião (38,5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Casa dos Representantes unicameral (Parlamento com 120 assentos; 70 membros eleitos diretamente, incluindo 7 membros maori, e 50 membros eleitos por voto de representação proporcional). Os membros servem mandatos de três anos.
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Jeremiah (Jerry) Mateparae
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro John Key
CHANCELER:	Murray McCully
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 170,59 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 165,99 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 36.963
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 35.928
VARIAÇÃO DO PIB	2,22% (2015); 3,31% (2014); 2,48% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,913 (9ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	81,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2003):	99% (World Bank)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	5,85% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar neozelandês
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Caroline Bilkey

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-NOVA ZELÂNDIA (fonte: MDIC)									
Brasil → Nova Zelândia	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	60,6	57,8	59,1	84,5	100,8	91,9	134,8	232	120,1
Exportações	22,7	22,7	36,3	54,6	72,1	39,8	87,6	74,1	64,2
Importações	37,9	35	22,7	29,9	28,6	52,1	47,2	158	55,9
Saldo	-15,2	-12,3	13,5	24,6	43,5	-12,3	40,4	-83,9	8,2

(Em US\$ milhões)

Informação elaborada em 23/03/2016, por Rômulo Neves. Revisada por Ary Quintella, em 01/04/2016.

APRESENTAÇÃO

A Nova Zelândia é o segundo maior país da Oceania. Está localizado a cerca de 2.000 km a sudeste da Austrália. É formado por um arquipélago de mais de 30 ilhas, sendo duas as principais, conhecidas como Ilha do Norte e Ilha do Sul, que perfazem 96% do território total do país. A Nova Zelândia tem uma área total de cerca de 270 mil km², o que a coloca na 76ª posição entre os países mais extensos do globo.

Tem uma população de cerca de 4,5 milhões de pessoas e suas maiores cidades são Auckland, com cerca de 1,4 milhão de habitantes; a capital Wellington, com cerca de 400 mil habitantes; Christchurch, também com cerca de 400 mil habitantes; e Hamilton, com cerca de 200 mil habitantes. Com exceção de Christchurch, todas localizadas na Ilha do Norte.

A população é formada majoritariamente por descendentes de anglo-saxões (cerca de 67%), mas há minorias importantes da população local, maori (cerca de 15%) e de asiáticos e polinésios não-maoris (cerca de 16%). O inglês é a língua mais utilizada (96% da população), mas o Maori, falado pelos 4% restantes, voltou a ser uma língua oficial em 1987.

Na língua maori, o nome da Nova Zelândia é Aotearoa. O gentílico "kiwi" é comumente utilizado para referir-se ao cidadão neo-zelandês.

O país, independente desde 1907, possui a nona colocação entre os países com mais altos índices de desenvolvimento humano, com um IDH de 0,913. Além disso, é a 51ª maior economia do mundo, com um PIB estimado em cerca de US\$ 170 bilhões. Tem a 24ª mais alta renda per capita do mundo, de cerca de US\$ 45 mil/ano.

Possui reservas de gás natural, minério de ferro, carvão, ouro e calcário, além de contar com grande potencial de energia hidrelétrica e de extração de madeira. Dentre as principais indústrias destacam-se a alimentícia, especialmente os laticínios, a produção de alumínio e o turismo.

A Nova Zelândia é um país desenvolvido, de forte tradição democrática, de ampla liberdade de imprensa e respeito aos direitos humanos, e de notável pioneirismo em matéria de legislação social, tendo sido o primeiro a conferir voto às mulheres (1853), assegurar cadeiras no parlamento aos Maoris (1867) e legislar sobre salário mínimo.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Jeremiah (Jerry) Mateparae
Governador-Geral



O General Mateparae é o 20º Governador-Geral da Nova Zelândia. É a segunda pessoa de origem Maori a assumir o posto e o primeiro oriundo da carreira militar.

Nasceu em 14 de novembro de 1954 (61 anos). Sua carreira no Exército começou 1972. Em 2002, foi nomeado General e, em 1º de maio de 2006, foi nomeado Chefe da "Defence Force" (equivalente ao Ministério da Defesa). Em 2011, assumiu o cargo de Governador-Geral, com um mandato de cinco anos. Mateparae tem Mestrado em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais pela Universidade de Waikato (a 400 km de Wellington).

O General foi criado pelos tios, na tradição Maori, na cidade de Castlecliff (cerca de 160 km de Wellington). Seus pais eram pastores da Igreja Ratana, uma linha evangélica local. Sua primeira esposa, com quem teve três filhos, morreu em 1990. É casado pela segunda vez, e tem mais dois filhos do segundo matrimônio.

Em setembro de 2016, a advogada Patricia Lee (Paty) Reddy, assumirá a posição de Governadora-Geral da Nova Zelândia.

JOHN KEY
Primeiro-Ministro



John Key é o 38.o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia. Está no posto desde 2008 e, atualmente, exerce seu terceiro mandato consecutivo.

Nasceu em Auckland, em 9 de agosto de 1961 (54 anos). Graduiu-se em economia e comércio pela Universidade de Canterbury. Iniciou sua carreira na área de investimentos na Nova Zelândia. Trabalhou como executivo nas filiais do banco de investimentos norte-americano Merrill Lynch, em Cingapura, Londres e Sydney. Em 1999, foi convidado a compor o Comitê de Câmbio do Banco Central de Nova York.

Retornou à Nova Zelândia em 2001 para seguir carreira política pelo Partido Nacional, de centro-direita. Principal assessor para assuntos financeiros, foi eleito líder do Partido, em novembro de 2006 e, posteriormente, líder da oposição no Parlamento. Venceu as eleições gerais para Primeiro-Ministro em 2008 e foi reeleito em 2011. Em setembro de 2014, foi reeleito para o terceiro mandato.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Nova Zelândia iniciaram relações diplomáticas em 1964. A Embaixada em Wellington foi aberta em 1997, o que intensificou o relacionamento bilateral. Em 1999, a Nova Zelândia levou para São Paulo seu Escritório Comercial, localizada até então em Santiago. A partir daí, o relacionamento bilateral se intensificou, com o lançamento da “Estratégia Latino-Americana” neozelandesa, em 2000; a inauguração da Embaixada da Nova Zelândia em Brasília, em 2001; e a visita do Primeiro-Ministro ao Brasil, em 2013.

Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas, criado em 2001. Esse mecanismo serve para a discussão das principais áreas de intercâmbio e cooperação bilaterais, bem como para a troca de impressões sobre os diversos temas da agenda regional e multilateral. A 1ª e a 2ª reuniões realizaram-se em Wellington, em 2002 e em 2005, respectivamente. A 3ª reunião teve lugar em Brasília, em 2006. A 4ª Reunião foi sediada em Wellington, em 2008. A 5ª Reunião foi sediada em Brasília, em 2011. A 6ª em Wellington em 2013, pouco antes da visita do PM John Key ao Brasil. A 7ª ocorreu em Brasília, em maio de 2014.

Do ponto de vista do Brasil, os principais temas a serem aprofundados na relação bilateral são o estabelecimento de mecanismo de coordenação entre os ministérios de comércio; a promoção do intercâmbio de cientistas e convênios entre instituições de pesquisa; a assinatura de acordos na área cultural e educacional; e o aumento do trânsito de pessoas em geral, via promoção do turismo, dos contatos culturais e esportivos e de missões empresariais.

Em 2015, surgiram notícias de que a Nova Zelândia teria espionado o Embaixador Roberto Azevêdo, quando candidato à Direção-Geral da OMC. A Embaixadora Caroline Bilkey foi chamada pelo Secretário-Geral do MRE para prestar esclarecimentos. O SG aceitou as explicações da Embaixadora e deu o assunto por encerrado.

Até o momento, não houve visita à Nova Zelândia por parte de Chefe de Governo brasileiro. O ex-ministro Celso Amorim foi o único Chanceler brasileiro a visitar a Nova Zelândia, por duas vezes, em 1994 e 2008.

A então Primeira-Ministra Helen Clark visitou o Brasil em 2001, na primeira visita de um Chefe de Governo neozelandês ao País. Na ocasião, foi inaugurada a Embaixada da Nova Zelândia em Brasília e foram

assinados três acordos bilaterais: de cooperação científica e tecnológica, de criação do mecanismo de consultas políticas bilaterais e de dispensa de vistos de turismo para cidadãos de ambos os países.

Em março de 2013, o Primeiro-Ministro John Key realizou visita oficial ao Brasil. A visita ocorreu em momento de expressiva aproximação entre os dois países. Do lado neozelandês, traduziu desejo do atual governo, liderado pelo Partido Nacional, de reforçar seus vínculos com a América Latina (o roteiro inclui também Chile, México e Colômbia) e, em especial, com o Brasil. Essa política dá continuidade à lançada pelo Partido Trabalhista que, em 2000, aprovou a "Latin America Strategy" e abriu, em 2001, a Embaixada da Nova Zelândia em Brasília.

Além dos chefes de governo, houve várias visitas ao Brasil de Chanceleres neozelandeses: Don McKinnon (1998), Phil Goff (2004), Winston Peters (2007) e Murray McCully (São Paulo, 2010).

Visitaram o Brasil, ainda, as seguintes autoridades neozelandesas: o Ministro do Comércio Exterior, Tim Groser (2010); o Enviado Especial do Primeiro Ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Embaixador Colin Keating (2013); e a Subsecretária para Ásia e Américas, Embaixadora Andrea Smith. A NZ se ressentiu do desequilíbrio na frequência de visitas.

Em fevereiro de 2016, o Governador de Goiás, Marconi Perillo, cumpriu agenda na Nova Zelândia, em Wellington e Auckland. A visita incluiu encontros com o Presidente do Parlamento, autoridades de educação e turismo, reuniões em universidades, câmaras de comércio e com a comunidade brasileira.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington conta com um Setor consular para atender a comunidade brasileira no país. Está em vigor desde 2004 um acordo sobre isenção parcial de vistos, que isenta cidadãos de ambos os países de visto para entrar e permanecer no território do outro país por até 90 dias, para fins de negócios, turismo, férias e visitas a familiares.

A comunidade brasileira na Nova Zelândia quase dobrou entre 2006 e 2013, segundo o Censo oficial do país. Pelo último levantamento, são 2.868 brasileiros vivendo naquele país. Esse número deve chegar a cerca de 6.000 se forem contabilizados os visitantes prolongados, estudantes e cidadãos com dupla cidadania.

Segundo a Embaixada da Nova Zelândia, há cerca de 200 neozelandeses vivendo no Brasil atualmente.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos da Nova Zelândia.

POLÍTICA INTERNA

A Nova Zelândia é uma democracia parlamentar nos moldes do sistema político inglês. O poder executivo origina-se no Parlamento, que é unicameral, desde 1950, quando a Câmara Alta foi extinta. O Primeiro-Ministro, John Key, eleito em 2008 e reeleito em 2011 e em 2014, é o Chefe de Governo. A rainha Elizabeth II é a Chefe de Estado e é representada pelo Governador-Geral, Jeremiah (Jerry) Mateparae, no cargo desde 2011. Em setembro de 2016, a advogada Patricia Lee (Paty) Reddy, deverá assumir a Governadoria-Geral, com o fim do mandato de 5 anos de Jerry Mateparae.

O Parlamento é convocado, prorrogado ou dissolvido pelo Governador-Geral. O alistamento eleitoral é obrigatório, mas o voto não. Em 1993, o sistema eleitoral bipartidário foi substituído pelo sistema eleitoral proporcional misto, inspirado no modelo alemão. Os eleitores têm direito a dois votos: um em um representante local e outro em um partido político. Há 120 vagas no Parlamento, das quais 70 são preenchidas pelo voto eleitoral e 50 vagas pelo voto nas listas de partidos. O resultado das contagens pode alterar o número para mais ou para menos, dependendo das diferenças entre a parcela de votos nos candidatos e votos no partido. Em 2014, por exemplo, foram eleitos 121 parlamentares. A introdução do sistema proporcional aumentou a representação dos partidos pequenos.

Apesar do fim do bipartidarismo, o Partido Trabalhista e o Partido Nacional (sucessor do antigo Partido Liberal) continuam a revezar-se no poder. Os trabalhistas estiveram no poder entre 1984-90 e 1999-2008 e o Partido Nacional entre 1990-99, e no período atual, desde 2008. As diferenças entre os dois partidos são sutis. Pelo menos desde a década de 1980, ambos os partidos vêm adotando políticas de liberalização econômica, eliminação de subsídios ao setor agrícola, redução das tarifas de importação, privatização de estatais e diminuição dos fatores de proteção social do Estado do bem-estar social.

O Primeiro-Ministro John Key, do Partido Nacional, de centro-direita, foi reeleito a um terceiro mandato em setembro de 2014, tendo atingido 60 cadeiras, ganho de um novo assento em relação a 2011, que já havia representado um ganho de uma cadeira em relação a 2008. Para governar, o Primeiro Ministro aumentou a coalizão iniciada em 2008, e aliou-se aos partidos Act, United Future e Maori. Essa estratégica aliança garantiu a John Key não apenas a maioria absoluta no Parlamento, mas também uma margem de segurança em votações mais apertadas. Em 2014, a estratégia foi repetida, para garantir a governabilidade.

Tendo chegado ao cargo, pela primeira vez, após a crise econômica de 2008, John Key aparentemente trouxe liderança e estabilidade ao país, impondo um arrojado programa de cortes de gastos públicos, fusão de órgãos do Governo e contenção de despesas orçamentárias, especialmente após os devastadores terremotos na cidade de Christchurch, em setembro de 2010 e fevereiro de 2011. O Governo do Partido Nacional finalizou seu primeiro mandato e iniciou o segundo com altos índices de aprovação.

Em seu segundo mandato, porém, John Key enfrentou questões internas como o desgaste gerado por propostas de privatização de ativos públicos; o contencioso sobre a expectativa de direitos Maori sobre os recursos hídricos do país; o descontentamento com o ritmo das obras de reconstrução de Christchurch; o vazamento ocorrido no gasoduto de Maui, em outubro de 2011, que trouxe falta de energia e aumento do preço de produtos básicos para todo o país; a moeda nacional sobrevalorizada e a baixa performance econômica da Nova Zelândia, que inclusive teve sua classificação rebaixada por agências internacionais de avaliação de risco.

Em 2013, várias pesquisas apontavam agravamento das diferenças sociais no país, com consequentes problemas em questões de mortalidade infantil, má alimentação na primeira infância, violência doméstica, desemprego, falta de perspectivas para a juventude, perda de mão de obra e de cérebros para a Austrália e pauperização dos serviços sociais, de educação e de saúde. Uma força-tarefa do governo fez uma série de sugestões controversas que evidenciaram a primazia do interesse empresarial no Governo Key. As sugestões incluíam a privatização de todas as empresas estatais que operam na área comercial, bem como a facilitação de permissão para projetos de mineração financeiramente rentáveis.

Apesar dos problemas do segundo mandato, o Partido Nacional celebrou acordos de apoio com os antigos partidos aliados ACT, United Future e Maori, garantindo maioria de 64 cadeiras. Assumiu dando ênfase à retomada do superávit fiscal, redução da dívida, assinatura de acordos comerciais, avanço na legislação para aumento da flexibilidade e da equidade no mercado de trabalho, dentre outras medidas liberalizantes.

A partir de 2015, os temas sociais voltaram à pauta. Ao anunciar a proposta do governo para o Orçamento de 2015/2016, por exemplo, o Ministro das Finanças, Bill English, surpreendeu analistas ao anunciar pacote de benefícios sociais, com foco em redução da pobreza entre crianças de famílias de baixa renda.

Além do início das respostas aos críticos internos sobre a falta de atenção às políticas sociais, o governo Key tem como trunfo a percepção da população de ter criado as condições para o bom desempenho da economia da Nova Zelândia. Essa percepção é refletida em vários indicadores internos e índices da OCDE, entre eles a estimativa de crescimento de entre 2 e 2,5% do PIB em 2016. Seus ministros lançam também na conta dos sucessos o acordo de livre comércio celebrado com a Coréia, a introdução de assistência médica gratuita para menores de 13 anos e o aumento dos benefícios em apoio a crianças pobres.

O PM deve concorrer em posição privilegiada nas eleições gerais de 2017.

Judiciário

O Chefe do Poder Judiciário na Nova Zelândia é o Presidente da Suprema Corte, criada apenas em 2004. Com isso, as apelações às decisões de segunda instância deixaram de ser enviadas à Comissão Judicial da "Commowwealth", em Londres. Na prática, o novo ordenamento libera o Judiciário kiwi de seguir estritamente a "Common Law" do Reino Unido e o habilita a seguir, também, o ordenamento aprovado no Parlamento neozelandês em casos de conflito. Tendo a Corte inglesa como instância máxima de apelação, o Judiciário, ainda que não fosse legalmente limitado a ela, era obrigado a manter certa uniformidade nas decisões sob o manto da legislação britânica.

A Suprema Corte é responsável pelo julgamento dos recursos da segunda instância: a) Corte de Apelação, nos casos constitucionais; e b) Alta Corte, no caso de temas cíveis e criminais. A primeira instância é formada por varas locais espalhadas pelo país.

O Presidente da Suprema Corte é apontado pelo Primeiro-Ministro. O cargo é ocupado, desde 1999, pela Juíza Sian Elias. Todos os outros juízes das cortes superiores são nomeados pelo Governador-Geral, a partir das indicações do Presidente da Corte, do Advogado-Geral e do Procurador-Geral. Um juiz pode compor mais de um dos tribunais superiores.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Nova Zelândia pauta-se pela defesa do multilateralismo e do Direito Internacional. No plano multilateral, mudança do clima, ameaças à biossegurança e o manejo de poluentes são temas prioritários para a política externa neozelandesa. Na área da paz internacional e segurança coletiva, a Nova Zelândia defende tradicionalmente o papel central da ONU. O país apoia a reforma das Nações Unidas com vistas a adequá-la à nova realidade mundial e tornar suas instituições mais eficientes e efetivas, embora de uma perspectiva diferente em relação à brasileira.

O atual Primeiro-Ministro vem realizando, no entanto, uma inflexão nessa visão, introduzindo certo ceticismo em relação às Nações Unidas e ao multilateralismo, particularmente em questões políticas, sociais e de meio ambiente.

As questões de desarmamento têm grande importância na Nova Zelândia. O país adota, desde 1984, uma política não nuclear totalmente independente. No que se refere ao meio ambiente, destaca-se a coordenação bilateral em torno das questões afetas à Comissão Internacional da Baleia e à mudança do clima.

A Nova Zelândia, assim como o Brasil, é um dos 17 países que compõem o Grupo de Cairns e, no âmbito da OMC, é reconhecida por sua luta em defesa da liberalização do comércio agrícola internacional.

O país propugna uma política externa mais independente do que a vizinha Austrália, apesar dos condicionantes históricos, políticos, econômicos, geográficos e estratégicos para isso. A Nova Zelândia votou, por exemplo, a favor da ampliação/graduação do status da Palestina na ONU, diferentemente de Estados Unidos e Austrália. Tal voto, porém, também teve um cálculo político, já que estava em campanha por um assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU. O país foi exitoso e venceu a Espanha e a Turquia.

Mantém firme sua política anti-nuclear, a ponto de proibir embarcações americanas de aportar na Nova Zelândia, por se recusarem a assegurar que não são movidas por energia nuclear e nem carregam armas dessa natureza. Isso levou o país a abandonar, em 1986, o acordo ANZUS de defesa entre EUA e Austrália.

A Nova Zelândia é vista com mais simpatia do que a Austrália por várias ilhas do Pacífico, especialmente por sua maior sensibilidade em relação às particularidades locais. Sendo, ainda, uma potência naval local, é uma plataforma importante para a diplomacia do Brasil no Pacífico Insular.

Não obstante os importantes laços históricos que continua a manter com o Reino Unido, a Nova Zelândia tem procurado diversificar, cada vez mais, sua presença no cenário internacional. Nesse contexto, a diplomacia neozelandesa atribui prioridade às relações com a Austrália, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, seus maiores parceiros comerciais, bem como com os países do Pacífico insular. Ademais, a Nova Zelândia tem demonstrado crescente interesse em adensar o relacionamento bilateral e multilateral com os países da região, em especial com a China e com países do Sudeste asiático, particularmente com vistas à assinatura de acordos de livre comércio.

A Ásia é, certamente, a primeira prioridade no relacionamento internacional, sobretudo o Japão, China, Índia, Coreia do Sul, Cingapura, Malásia e Tailândia. A Nova Zelândia participa ativamente do Foro de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico. Durante o período, entraram em vigor alguns acordos de livre comércio, como com a China (2008), ASEAN (2010), Malásia (2010), Hong Kong (2011) e Taiwan (2013). Há ainda negociações em curso com a Coreia do Sul.

Com relação aos EUA, é importante ressaltar a recente visita do Secretário de Defesa Leon Panetta à Nova Zelândia, em 2012, a primeira dessa natureza desde 1982, e mais especificamente desde os atritos sobre a proibição de embarcações com armas nucleares atracarem em portos neozelandeses. Os dois países voltaram a se aproximar na área militar com o apoio neozelandês às operações de paz no Afeganistão, através do envio de soldados das forças especiais neozelandesas e de um time de reconstrução para a base de Bamiyam. Como marco principal da recente visita de Panetta a Wellington, os EUA anunciaram o fim do banimento de embarcações militares neozelandesas em portos norte-americanos.

No plano regional, ressalta-se o relacionamento com a Austrália, marcado por sólidos laços econômicos, políticos e culturais. A Nova Zelândia administra a ilha de Tokelau e, em regime de 'livre associação', zela pelas políticas externa e de defesa das Ilhas Cook e da ilha de Niue. A Nova Zelândia acompanha atentamente a situação de Fiji e de Timor Leste.

A Nova Zelândia é membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, mecanismo de consulta e de concertação política regional. Sua agenda inclui outros temas como segurança ambiental, transportes, saúde, comércio, mudança do clima e Direito do Mar. O grupo conta com observadores como a ONU, Toquelau e Wallis e Futuna. O Timor Leste participa como observador especial. Os países parceiros de fora da Oceania relacionam-se com o Fórum na condição de Parceiros de Diálogo ao invés de observadores. Com o objetivo de aproximar-se dos países do Pacífico, o Brasil demonstrou interesse nos critérios de admissão de um país como parceiro de Diálogo, porém há exigência que os parceiros já contem com presença expressiva na Oceania por vínculos de Defesa, comércio ou mesmo antecedentes históricos.

A Nova Zelândia faz parte do grupo chamado "Five Eyes", um acordo que compreende também Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália. Trata-se de um grupo de troca de informações secretas. A aliança esteve envolvida nos recentes casos de espionagem a diversos países, incluindo o Brasil. A Presidenta Dilma Rousseff instou que os Estados Unidos e seus aliados encerrassem suas ações de espionagem, repudiando a guerra cibernética.

A grande expectativa dos neozelandeses na área de Comércio Internacional concentra-se nas negociações da Trans-Pacific-Partnership (TPP), que segundo analistas do governo, poderia trazer benefícios da ordem de US\$ 300 milhões por ano para a economia do país, podendo chegar à cifra de US\$ 1,78 bilhão anuais em 2015, caso os participantes chegassem a um acordo em um curto espaço de tempo.

Na última Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, John Key associou a crise de refugiados na Europa ao conflito sírio e instou o Conselho de Segurança a agir em busca de uma solução política urgente. Defendeu um papel maior do CSNU no processo de paz entre Israel e Palestina. Fez críticas ao poder de veto e manifestou apoio à proposta dos membros do Grupo de Responsabilização, Coerência e Transparência ("ACT", acrônimo em inglês), além de França e México, de limitar o veto em ocasiões em situações consideradas pelo CSNU como crime contra a humanidade.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Nova Zelândia é um país pequeno de economia aberta. O programa de reformas iniciado na década de 1980 desregulamentou a economia, procurando torná-la mais competitiva frente ao mercado internacional. Nos últimos 20 anos, o Governo neozelandês transformou o país, anteriormente uma nação agrária dependente do acesso facilitado ao mercado britânico, em uma economia mais industrializada, com poder de competir

globalmente. Esta dinâmica de crescimento contribuiu para impulsionar o PIB do país e desenvolver as capacidades tecnológicas do setor industrial, voltado às exportações de laticínios e bens agroindustriais, com a consequente atração de capital estrangeiro para sua economia de livre mercado.

Para compensar o isolamento geográfico, o processo de desindustrialização com o aumento das importações dos Tigres Asiáticos e as reduzidas dimensões do mercado interno, a Nova Zelândia investe consistentemente em inovação, é um dos países mais ativos em matéria de política comercial e dispõe de vasta rede de acordos de livre comércio com outros países e regiões. Está em pleno esforço para conquistar mercados para a produção neozelandesa. Tem alta credibilidade internacional e posições coincidentes com o Brasil em matéria de livre comércio, eliminação de subsídios e redução de barreiras comerciais.

No último quinquênio, as exportações da Nova Zelândia cresceram 76,2%, passando de US\$ 24,93 bilhões em 2009, para US\$ 43,93 bilhões em 2013. Entre 2012 e 2013, aumentaram 18,5%. Em 2013, a China tornou-se o principal destino das exportações da Nova Zelândia, com participação de 21,6% sobre o total. Outros mercados relevantes foram: Austrália (19,8%); Estados Unidos (8,8%); Japão (5,7%); Coreia do Sul (3,3%). O Brasil foi o 34º destino (0,4% do total). As exportações são concentradas em produtos do agronegócio. Foram os seguintes os principais itens exportados pelo país, em 2013: leite e laticínios (27,8%); carnes (11,5%); madeira (8,5%); máquinas elétricas e mecânicas (5,4%); combustíveis e lubrificantes (4,2%).

A economia do país é competitiva em nível internacional; encontra-se bem posicionada no ranking “Doing Business” do Banco Mundial (terceira posição em 2013 entre 185 países). A renda per capita é superior a US\$ 35 mil. As importações do país são dominadas pelos bens de capital, bens industriais e produtos manufaturados. Em 2013, o maior parceiro econômico-comercial da Nova Zelândia foi a Austrália, com participação de aproximadamente 20% dos fluxos comerciais neozelandeses, seguida pela China, USA e Japão. O principal investidor no país é a Austrália, que também é o principal destino dos investimentos neozelandeses. Os EUA e a Grã-Bretanha também despontam como destinos preferenciais dos investimentos neozelandeses.

A Nova Zelândia experimenta, desde 1991, um longo ciclo de crescimento econômico, apesar da retração ocorrida no biênio 2008-2009. Em 2012, o PIB do país cresceu 2,7% e, em 2013, 2,5%. Estima-se que o país tenha crescido 3,5% em 2014. Com PIB Nominal de cerca de US\$ 170 bilhões e crescimento aproximado de 2,5%, a Nova Zelândia destacou-se como a 51ª principal economia do mundo em 2014. O setor de serviços constitui o principal ramo de atividade do país e respondeu por 70% do PIB. O setor industrial contribuiu com 25% do PIB e o agrícola com 5%.

A Nova Zelândia assinou uma série de acordos comerciais com diversos países: o Closer Economic Relations com a Austrália (1983), o Closer Economic Partnership com Cingapura (2001), o Closer Economic Partnership com a Tailândia (2005), o Trans-Pacific Strategic Economic Partnership, com Brunei, Cingapura e Chile (2005), o Acordo de Livre Comércio com a China (2008), o Acordo de Livre Comércio com a ASEAN (2010), o Acordo de Livre Comércio com a Malásia (2010), e o Closer Economic Partnership com Hong Kong (2010).

No caso do acordo de livre comércio com a China, firmado ainda no governo da Primeira Ministra Helen Clark (1999 - 2008), representante do Labour Party - hoje na oposição - a Nova Zelândia ficou conhecida como o primeiro país desenvolvido a estabelecer um acordo de livre comércio com os chineses, em um tratado que abrange o setor de serviços e teve como objetivo principal a exportação de grandes quantidades de leite em pó, carne, commodities e produtos industriais primários, como madeira e lã para o mercado chinês.

Durante o governo John Key, entraram em vigor os seguintes acordos de livre comércio: China (2008), ASEAN (2010), Malásia (2010), Hong Kong (2011), Taiwan (2013) e Coreia do Sul (2015). O governo neozelandês também mantém negociações de livre comércio, em bloco e bilaterais, com os seguintes países: a) NZ and Gulf Cooperation Council Free Trade Agreement; b) Trans-Pacific Strategic Economic Partnership (- NZ, Brunei, Chile, Cingapura - + EUA, Peru, Japão, Canadá, México e Vietnã); c) ASEAN and NZ Free

Trade Agreement; d) NZ and India Free Trade Agreement; e) NZ, Russia, Kazakhstan and Belarus Free Trade Agreement.

Com a TPP, será criada zona de livre comércio com 800 milhões de pessoas e cerca de 36% do PIB mundial. Com a inclusão de EUA e Japão, a Nova Zelândia passará a ter acordos com seus cinco maiores parceiros comerciais (Austrália, China, EUA, Japão e Coreia do Sul), além de ter recentemente assinado acordos com Taiwan, Hong Kong, ASEAN/Austrália e Malásia, e de buscar ativamente chegar a entendimento final com a União Europeia. Ressalte-se que os textos firmados com Coreia, China e Taiwan possuem cláusulas de nação mais favorecida, o que implica extensão de cortes tarifários e, sobretudo, de regras de investimento da TPP a esses países. Estima-se que a entrada em vigor deverá ocorrer em cerca de dois anos, com implementação gradual até 2030.

Relações com o Brasil

A Nova Zelândia tem investido crescentemente em agropecuária no Brasil nas áreas de melhoramento genético de rebanhos e produção leiteira de alta qualidade. Há interesse em intensificar os investimentos abrangendo áreas como processamento de alimentos, aperfeiçoamento de pastos, exploração florestal e projetos de horticultura.

O comércio entre o Brasil e a Nova Zelândia, embora modesto, apresenta potencial de crescimento, depois de um período de retração. De 2002 a 2008, o intercâmbio comercial cresceu 145%, tendo chegado a US\$ 158,9 milhões. Entre 2008 e 2012, no entanto, as trocas comerciais sofreram uma desaceleração da ordem de 21%, de US\$ 158,9 milhões para US\$ 125,5 milhões. A redução foi de 23% nas exportações e de 19% nas importações. Em 2013, houve um retorno do crescimento do intercâmbio comercial.

As exportações brasileiras para a Nova Zelândia totalizaram US\$ 64,2 milhões em 2015, enquanto as importações totalizaram US\$ 56 milhões, com um saldo de 8,2 milhões.

As exportações brasileiras para a Nova Zelândia são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados (cerca de 49% do total), seguidos dos produtos básicos (43%) e os semimanufaturados (8%). Os cinco principais produtos exportados pelo Brasil para a Nova Zelândia em 2014, que juntos representaram mais de 52% do total, foram: *i)* fumo, com valor de US\$ 13,4 milhões, participação de 19,45% no total (+US\$ 4,9 milhões em relação ao ano anterior); *ii)* substâncias de animais para a preparação de produtos farmacêuticos, com valor de US\$ 6,8 milhões, participação de 9,9% no total (+US\$ 0,6 milhão em relação ao ano anterior); *iii)* café em grão, valor de US\$ 6,7 milhões, participação de 9,8% no total (+US\$ 0,7 milhão em relação ao ano anterior); *iv)* suco de laranja, valor de US\$ 4,8 milhões, participação de 7% no total (+US\$ 0,8 milhão em relação ao ano anterior); *v)* açúcar de cana, valor de US\$ 4,2 milhões, participação de 6,1% no total (-US\$ 7,6 milhões em relação ao ano anterior).

Pelo lado das importações, observa-se que, em 2014, os produtos manufaturados representaram a quase totalidade da pauta, 87,5%, seguidos dos básicos com 10% e pelos semimanufaturados, com 2,5%. Os cinco principais produtos adquiridos pelo Brasil da Nova Zelândia em 2013, que juntos representaram cerca de 65% do total, foram: *i)* metanol (com valor de US\$ 44,8 milhões, participação de 33,3% no total); *ii)* inseticidas (com valor de US\$ 22,1 milhões, participação de 16,4% no total); *iii)* produtos constituídos do leite, (com valor de US\$ 12,5 milhões, participação de 9,3% no total); *iv)* filés congelados de peixes (valor de US\$ 4,6 milhões, participação de 3,4% no total); *v)* kiwis (com valor de US\$ 3,9 milhões, participação de 2,9% no total).

A análise do cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Nova Zelândia em 2013 identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado neozelandês são, em princípio, os seguintes: *(i)* petróleo e derivados; *(ii)* veículos automóveis *(iii)* veículos para o transporte de mercadorias *(iv)* medicamentos; *(v)* preparações alimentícias; *(vi)* partes de turboreatores e turbinas; *(vii)* partes de aviões e helicópteros; *(viii)* óxidos de alumínio; *(ix)* tratores *(x)* pneumáticos.

Um dos principais interesses do Brasil na Nova Zelândia - além de acesso ao mercado - é atrair investimentos para o nosso país, seja em aplicações diretas, seja por meio de *joint ventures* em áreas de notória especialização neozelandesa. Essas áreas estão concentradas na agropecuária e no setor de alimentos, abrangendo desde melhoramento genético de rebanhos, processamento de alimentos, passando pelo aperfeiçoamento de pastos, exploração florestal e projetos de horticultura.

Empresas neozelandesas têm estabelecido parcerias no Brasil principalmente nos setores agropecuário (lâcteos, tecnologia agrícola e consultoria, entre outros), tecnologia da informação e comunicação (aplicativos para rádios e celulares), serviços (educação, turismo e hotelaria), fabricação de inseticidas e de resinas termoplásticas. Outros setores que merecem destaque são holdings, pesquisas de mercado e atividades imobiliárias.

Na vertente econômica do relacionamento bilateral, destacam-se os continuados investimentos da empresa Fonterra. Após o insucesso da tentativa da *Fonterra* de comprar a brasileira *Vigor*, a empresa neozelandesa concretizou, em 2003, *joint venture* com a *Nestlé* latino-americana, o *Dairy Partners of the Americas*, tornando-se o maior investidor neozelandês na economia brasileira. Além da venda e exportação de sua produção local de laticínios, a empresa tem atraído outros investimentos neozelandeses na área da pecuária leiteira.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1642	O explorador holandês, Abel Tasman, torna-se o primeiro europeu a ‘descobrir’ o país.
1814	Missionários cristãos iniciam catequização e alfabetização do povo Maori, além do ensinamento de técnicas agrícolas.
1840	O Tratado de Waitangi é assinado pelos representantes da Rainha Vitória e chefes das tribos Maori.
1860/1880	“Guerras da Terra”: conflito entre tribos Maori e colonizadores europeus.
1893	As mulheres conquistam o direito ao voto, tornando a Nova Zelândia o primeiro país do mundo a instituir o voto feminino.
1914/19	Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas neozelandesas lutam ao lado da Grã-Bretanha.
1938	O “Social Security Act” expande o Estado do Bem-Estar Social de forma significativa.
1939-1945	Na Segunda Guerra Mundial, tropas neozelandesas unem-se aos Aliados.
1953	Visita da Rainha Elizabeth II (a primeira de um monarca ao país).
1970	Crescimento do número de imigrantes originários das Ilhas do Pacífico e do Sudeste Asiático.
1973	O Reino Unido adere à Comunidade Econômica Européia, levando a Nova Zelândia a adotar estratégias para diversificar seus mercados.
1983	Assinatura do Closer Economic Relations com a Austrália.
1984	Em razão de sua política anti-nuclear, a Nova Zelândia abandona a coalizão ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e EUA).
1985	O navio de protesto anti-nuclear do Greenpeace, “Rainbow Warrior”, é bombardeado no porto de Auckland por agentes franceses.
1996	O Partido Nacional vence as eleições, com minoria de assentos, e forma coalizão com o partido “New Zealand First”, liderado por Winston Peters, que assume o cargo de Vice-Primeiro-Ministro.
1999	Os trabalhistas vencem as eleições gerais. Helen Clark torna-se a primeira mulher eleita para o cargo de Primeira-Ministra.
2008	A Nova Zelândia assina Acordo de Livre Comércio com a China.
2008	O Partido Nacional elege o Primeiro-Ministro John Key.
2009	A Nova Zelândia assina Acordo de Livre-Comércio com a ASEAN.
2011	O terremoto em Christchurch, na Ilha Sul, causa danos estimados entre 7 a 10 bilhões de dólares norte-americanos.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
1964	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1986	Memorando de entendimento sobre intercâmbio comercial e cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica.
1994	Visita à Nova Zelândia do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.
1997	Abertura da Embaixada do Brasil em Wellington.
1998	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Don McKinnon.
2001	Visita ao Brasil da Primeira-Ministra Helen Clark.
2001	Abertura da Embaixada residente da Nova Zelândia em Brasília.
2004	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Phil Goff.
2005	Visita à Nova Zelândia do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

2006	Visita à Nova Zelândia do Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia.
2006	Visita ao Brasil do Ministro da Conservação Ambiental da Nova Zelândia, Chris Carter, por ocasião da COP-8.
2007	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Peters.
2007	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio, Phil Goff.
2007	Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente Chris Carter, por ocasião da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
2008	Visita do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, a Auckland e Wellington.
2008	Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nova Zelândia, em Wellington.
2008	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Nova Zelândia.
2008	Assinatura do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
2009	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura e Reflorestamento, David Carter.
2009	Realização do “Brazil Business Forum”, em Auckland, Christchurch e Wellington.
2010	Assinatura entre a PETROBRAS e o Ministério da Energia e dos Recursos Minerais da Nova Zelândia de contrato para a prospecção e exploração de gás e petróleo em águas profundas.
2010	Entrada em vigor, no Brasil, do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
2010	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Murray McCully.
2010	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior, Tim Groser.
2011	V Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pela SGAP II e pelo Secretário-Geral e Diretor Executivo do MFAT, John Allen.
2013	VI Reunião bilateral de Consultas Política, em Wellington.
2013	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Nova Zelândia, John Key (9 a 12 de março).
2013	Visita do Embaixador Colin Keating, Enviado Especial do Primeiro Ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (outubro).
2013	Visita da Embaixadora Andrea Smith, Subsecretária para Ásia e Américas (novembro).
2014	VII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pelo SGAP II, Embaixador José Alfredo Graça Lima, e pela Diretora do Departamento de Américas do MFAT, Emb. Jane Coombs.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Serviços Aéreos.	18/06/1996	17/09/1998	30/10/1998
Acordo, por troca de Notas, que Modifica o Art. 9 do Acordo sobre Serviços Aéreos, de 18/06/96.	12/03/1998	27/03/1998	11/11/1998
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico	03/10/2001	27/03/2004	20/04/2004
Acordo sobre Isenção de Vistos	20/11/2001	21/10/2004	18/10/2004
Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho	28/08/2008	03/08/2010	03/08/2010
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/03/2013	--	Em tramitação – Casa Civil

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da Nova Zelândia

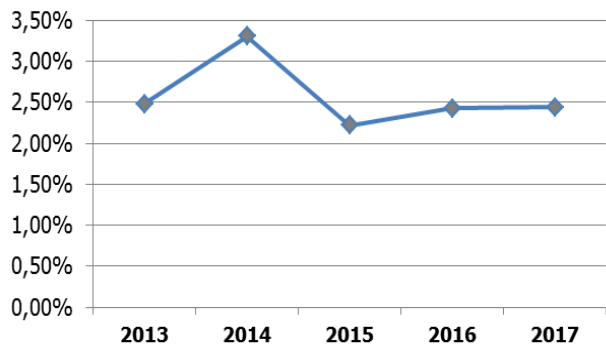
Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,48%	3,31%	2,22%	2,43%	2,44%
PIB nominal (US\$ bilhões)	184,76	197,50	170,59	165,48	172,12
PIB nominal "per capita" (US\$)	41.280	43.363	36.963	35.570	36.702
PIB PPP (US\$ bilhões)	153,14	160,80	165,99	172,03	179,30
PIB PPP "per capita" (US\$)	34.214	35.305	35.966	36.980	38.236
População (milhões de habitantes)	4,48	4,56	4,62	4,65	4,69
Desemprego (%)	6,28%	5,73%	5,85%	5,85%	5,85%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,63%	0,76%	0,38%	1,81%	2,01%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,18%	-3,27%	-4,67%	-5,60%	-5,50%
Dívida externa (US\$ bilhões)	86,57	89,55	85,10	85,28	88,14
Câmbio (NZ\$ / US\$) ⁽²⁾	1,22	1,28	1,51	1,48	1,50
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			4,1%		
Indústria			26,8%		
Serviços			69,0%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2016.

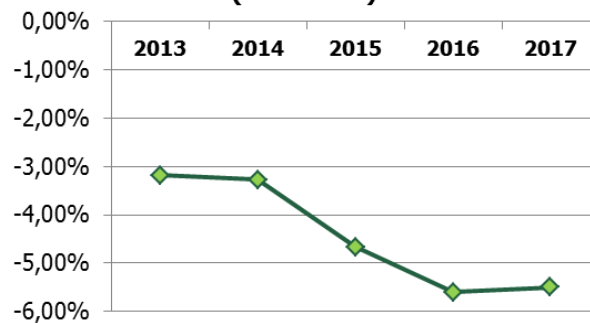
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

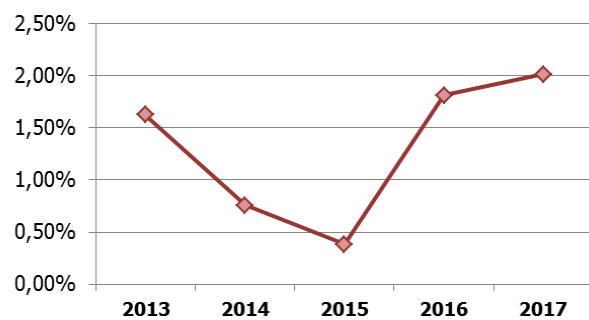
Crescimento real do PIB (%)



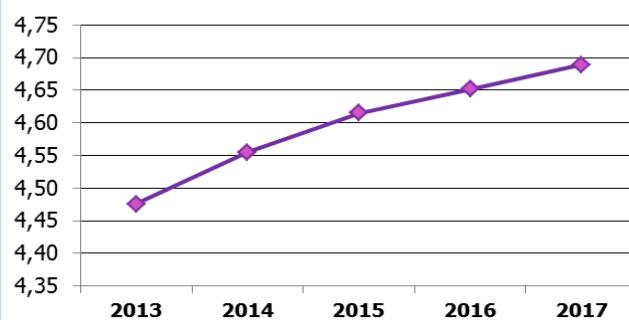
Saldo em transações correntes (% do PIB)



Inflação (%)



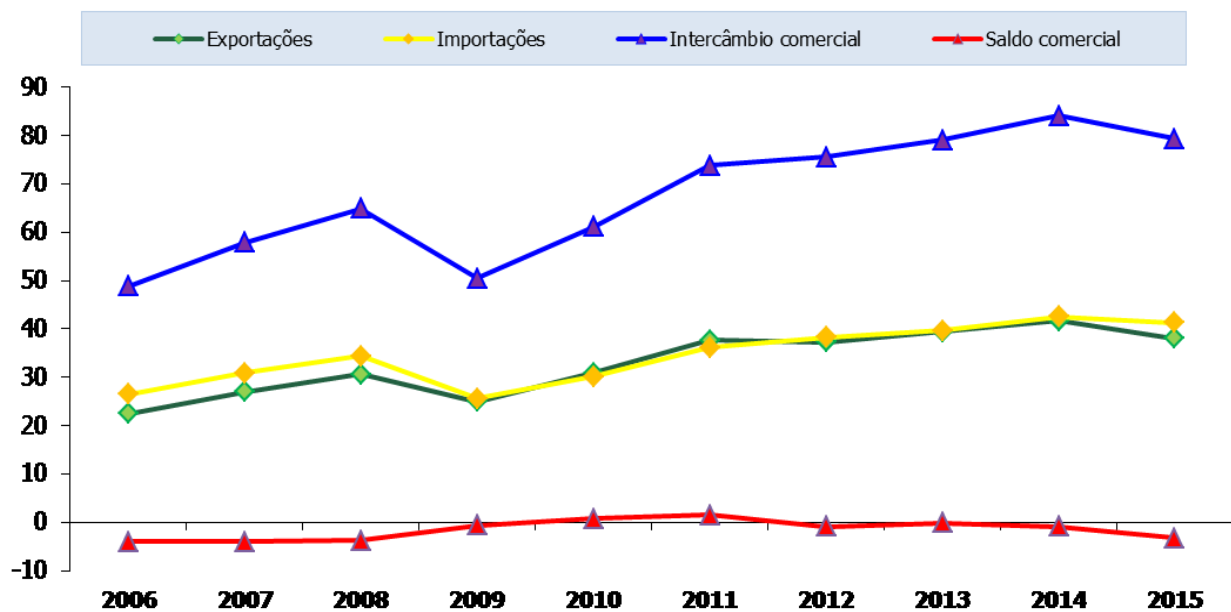
População (milhões de habitantes)



Evolução do comércio exterior da Nova Zelândia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	22,4	3,1%	26,4	0,7%	48,8	1,8%	-4,0
2007	26,9	20,2%	30,9	16,9%	57,8	18,4%	-4,0
2008	30,6	13,5%	34,4	11,3%	64,9	12,3%	-3,8
2009	24,9	-18,5%	25,6	-25,6%	50,5	-22,2%	-0,6
2010	30,9	24,1%	30,2	18,0%	61,1	21,0%	0,8
2011	37,6	21,7%	36,1	19,7%	73,7	20,7%	1,5
2012	37,3	-0,9%	38,2	5,9%	75,5	2,4%	-0,9
2013	39,4	5,7%	39,6	3,6%	79,1	4,7%	-0,2
2014	41,6	5,6%	42,5	7,3%	84,1	6,4%	-0,9
2015	38,0	-8,6%	41,3	-2,8%	79,4	-5,7%	-3,3
Var. % 2006-2015	69,8%	--	56,4%	--	62,5%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



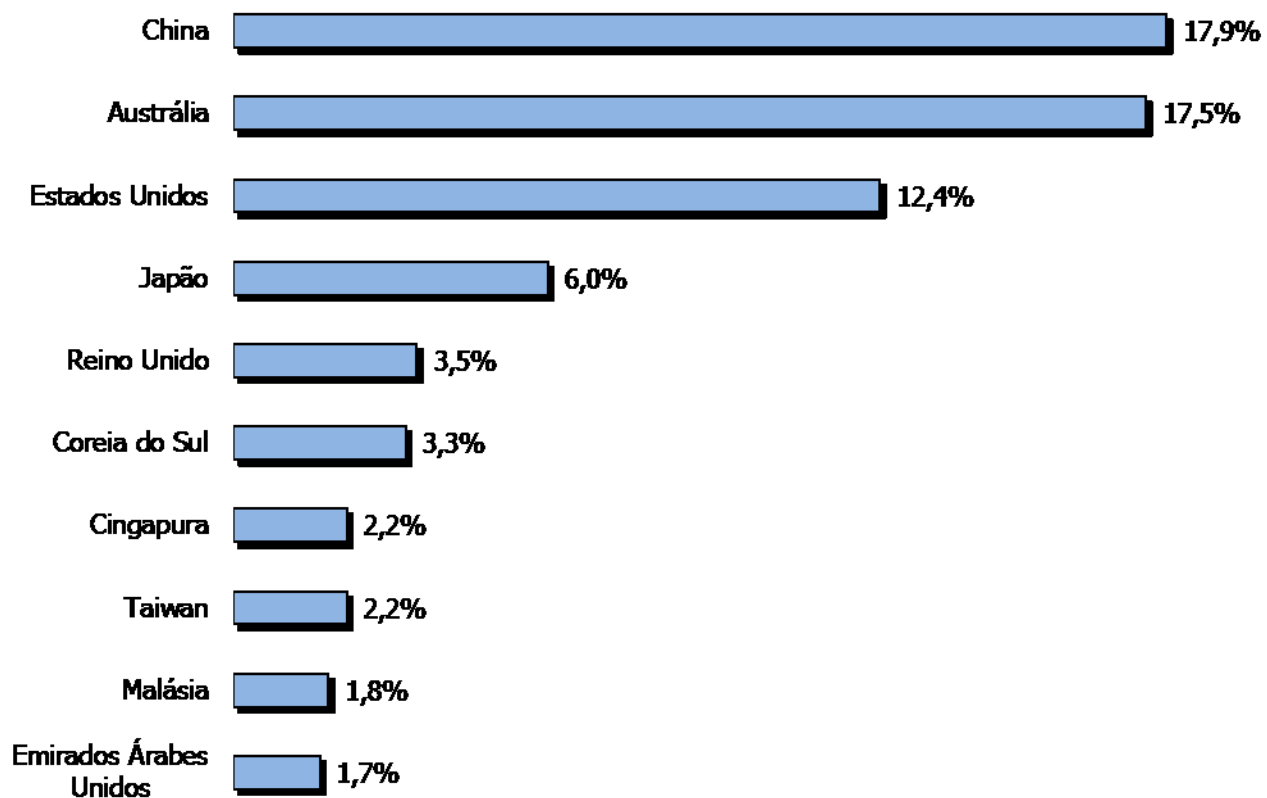
Direção das exportações da Nova Zelândia

US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	6,81	17,9%
Austrália	6,66	17,5%
Estados Unidos	4,71	12,4%
Japão	2,29	6,0%
Reino Unido	1,34	3,5%
Coreia do Sul	1,26	3,3%
Cingapura	0,83	2,2%
Taiwan	0,83	2,2%
Malásia	0,69	1,8%
Emirados Árabes Unidos	0,63	1,7%
...		
<i>Brasil (54ª posição)</i>	<i>0,05</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	26,10	68,6%
Outros países	11,95	31,4%
Total	38,04	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais destinos das exportações



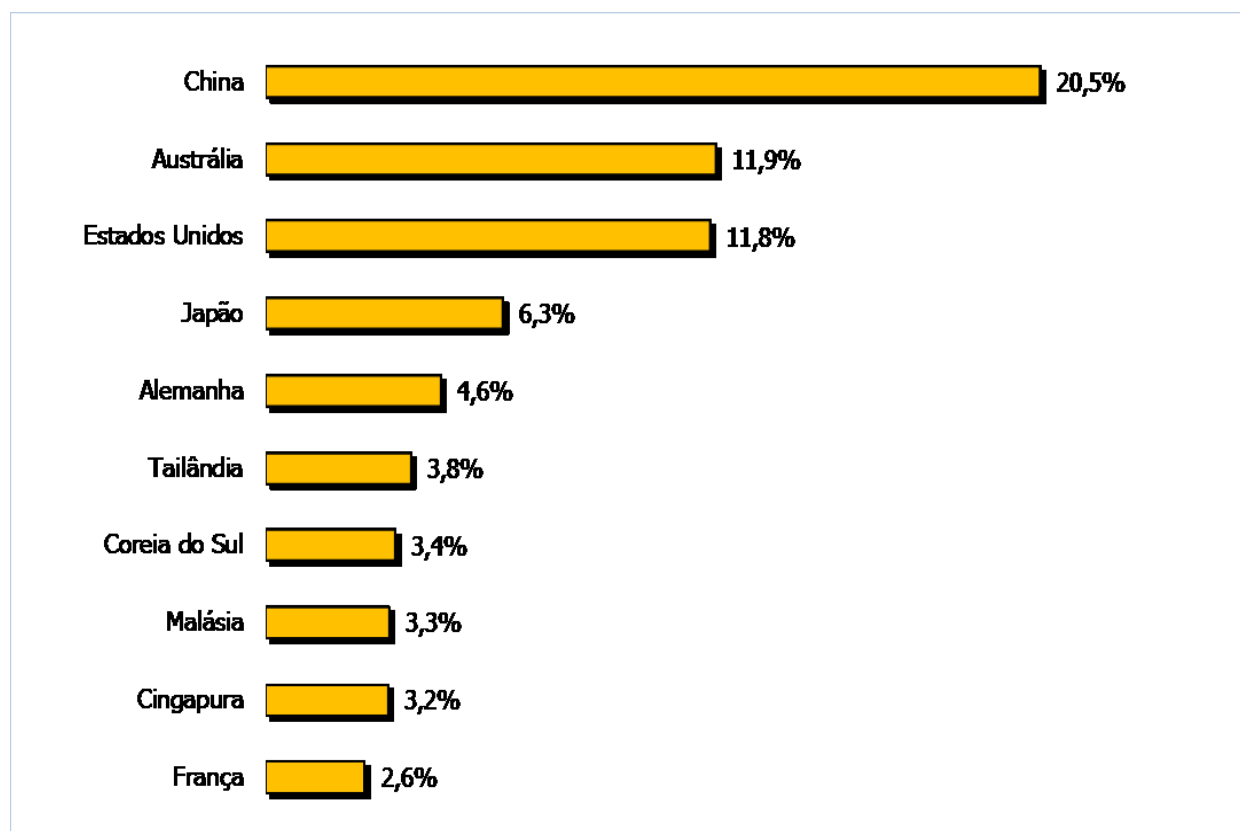
Origem das importações da Nova Zelândia

US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	8,49	20,5%
Austrália	4,93	11,9%
Estados Unidos	4,87	11,8%
Japão	2,60	6,3%
Alemanha	1,92	4,6%
Tailândia	1,59	3,8%
Coreia do Sul	1,42	3,4%
Malásia	1,36	3,3%
Cingapura	1,34	3,2%
França	1,08	2,6%
...		
<i>Brasil (38ª posição)</i>	<i>0,11</i>	<i>0,3%</i>
Subtotal	29,71	71,9%
Outros países	11,62	28,1%
Total	41,33	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais origens das importações



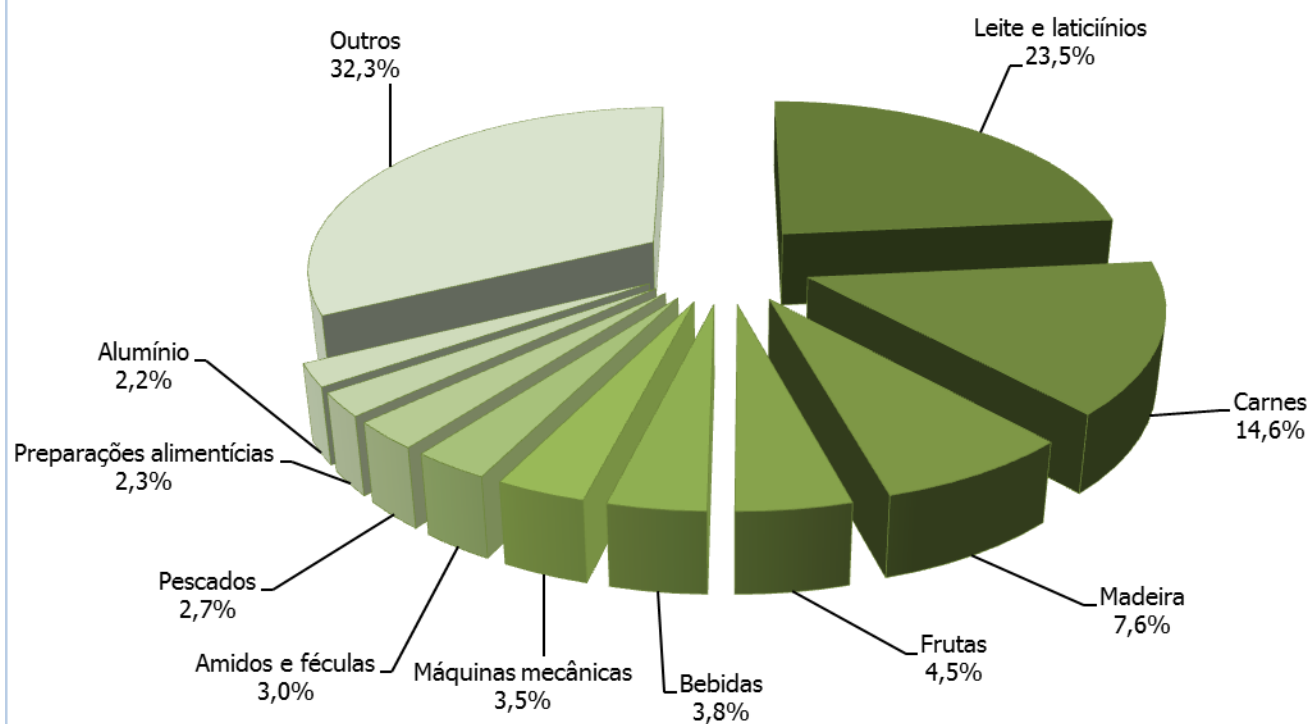
Composição das exportações da Nova Zelândia

US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Leite e laticínios	8,94	23,5%
Carnes	5,57	14,6%
Madeira	2,89	7,6%
Frutas	1,70	4,5%
Bebidas	1,45	3,8%
Máquinas mecânicas	1,32	3,5%
Amidos e féculas	1,13	3,0%
Pescados	1,04	2,7%
Preparações alimentícias	0,88	2,3%
Alumínio	0,84	2,2%
Subtotal	25,74	67,7%
Outros	12,30	32,3%
Total	38,04	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais grupos de produtos exportados



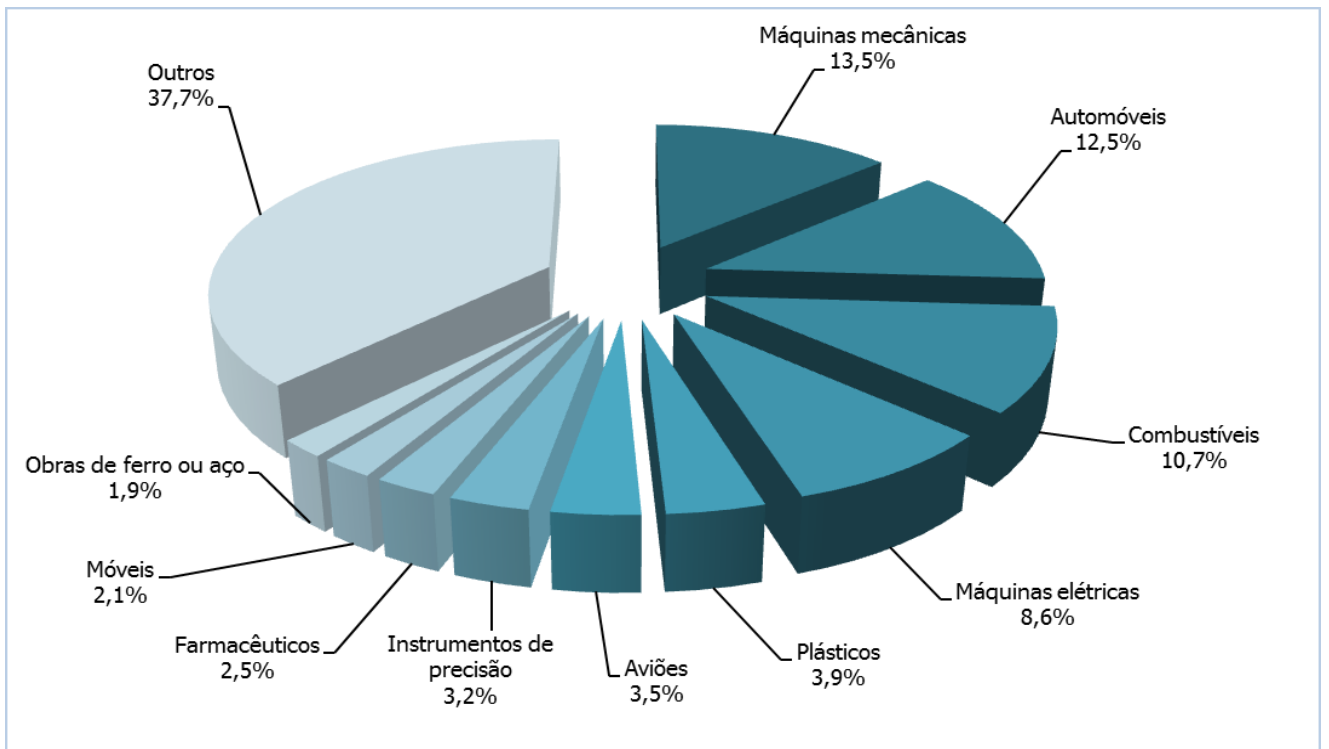
Composição das importações da Nova Zelândia

US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part. % no total
Máquinas mecânicas	5,57	13,5%
Automóveis	5,18	12,5%
Combustíveis	4,43	10,7%
Máquinas elétricas	3,54	8,6%
Plásticos	1,60	3,9%
Aviões	1,44	3,5%
Instrumentos de precisão	1,31	3,2%
Farmacêuticos	1,01	2,5%
Móveis	0,87	2,1%
Obras de ferro ou aço	0,77	1,9%
Subtotal	25,73	62,3%
Outros	15,60	37,7%
Total	41,33	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais grupos de produtos importados

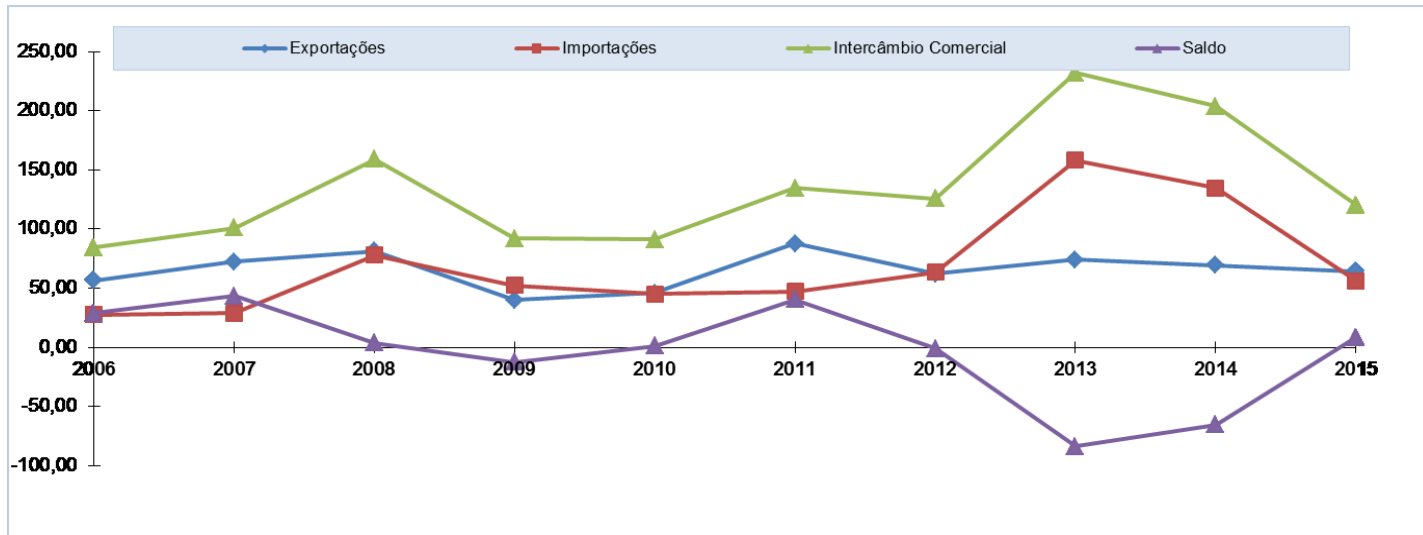


Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Nova Zelândia

US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2006	56,48	3,4%	0,04%	27,59	-7,9%	0,03%	84,07	-0,6%	0,04%	28,89
2007	72,18	27,8%	0,04%	28,67	3,9%	0,02%	100,84	19,9%	0,04%	43,51
2008	81,19	12,5%	0,04%	77,67	170,9%	0,04%	158,86	57,5%	0,05%	3,52
2009	39,80	-51,0%	0,03%	52,19	-32,8%	0,04%	91,99	-42,1%	0,03%	-12,39
2010	46,08	15,8%	0,02%	45,18	-13,4%	0,02%	91,26	-0,8%	0,02%	0,90
2011	87,62	90,2%	0,03%	47,21	4,5%	0,02%	134,83	47,7%	0,03%	40,41
2012	62,21	-29,0%	0,03%	63,33	34,2%	0,03%	125,53	-6,9%	0,03%	-1,12
2013	74,07	19,1%	0,03%	157,95	149,4%	0,07%	232,02	84,8%	0,05%	-83,88
2014	69,32	-6,4%	0,03%	134,60	-14,8%	0,06%	203,92	-12,1%	0,04%	-65,27
2015	64,20	-7,4%	0,03%	55,92	-58,5%	0,03%	120,12	-41,1%	0,03%	8,28
2016 (jan-fev)	14,41	7,7%	0,00%	7,63	-18,9%	0,00%	22,04	-3,3%	0,00%	6,79
Var. % 2006-2015	13,7%		--	102,7%		--	42,9%		--	n.c.

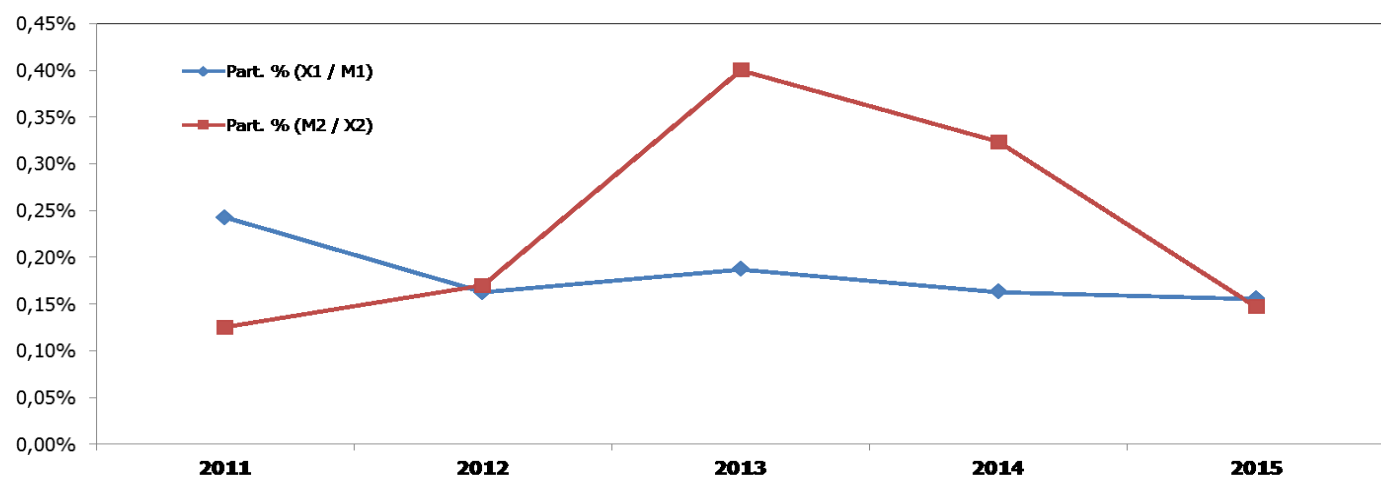
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Marco de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio da Nova Zelândia**US\$ milhões**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para a Nova Zelândia (X1)	88	62	74	69	64	-26,7%
Importações totais da Nova Zelândia (M1)	36.111	38.243	39.619	42.498	41.326	14,4%
Part. % (X1 / M1)	0,24%	0,16%	0,19%	0,16%	0,16%	-36,0%
Importações do Brasil originárias da Nova Zelândia (M2)	47	63	158	135	56	18,5%
Exportações totais da Nova Zelândia (X2)	37.633	37.305	39.444	41.636	38.043	1,1%
Part. % (M2 / X2)	0,13%	0,17%	0,40%	0,32%	0,15%	17,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Nova Zelândia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

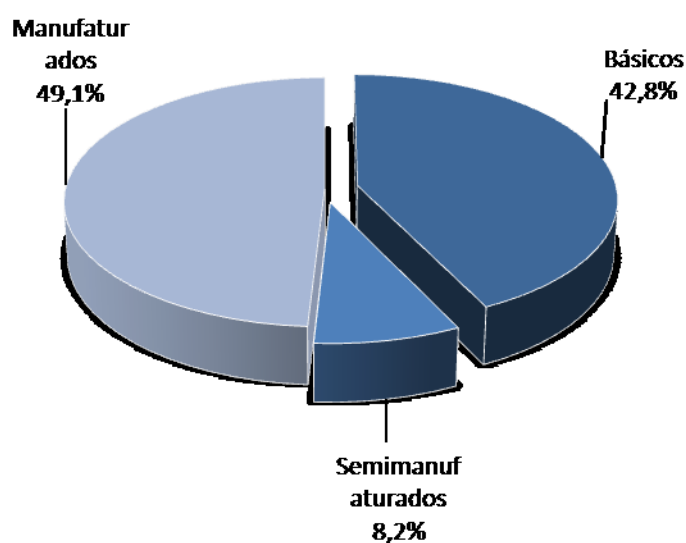


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

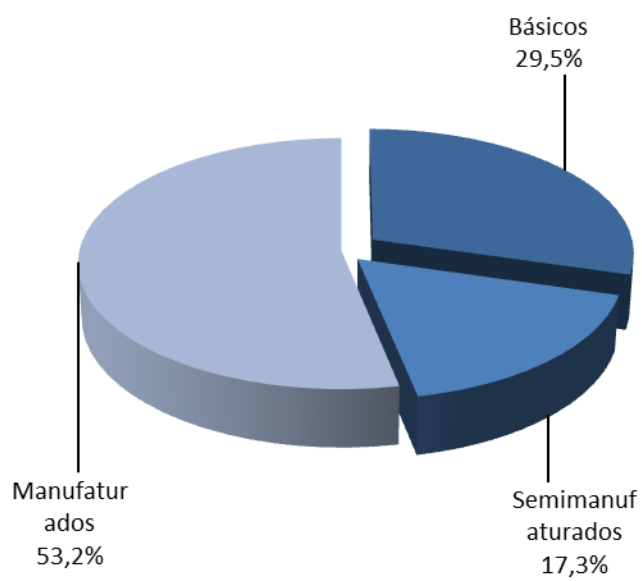
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

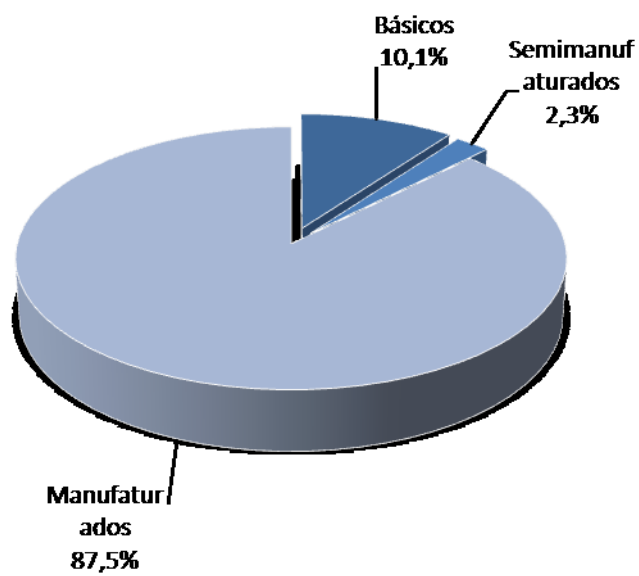


2015

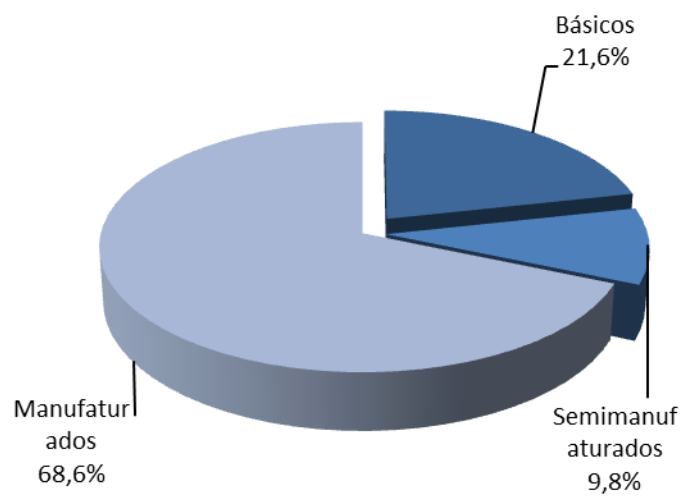


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

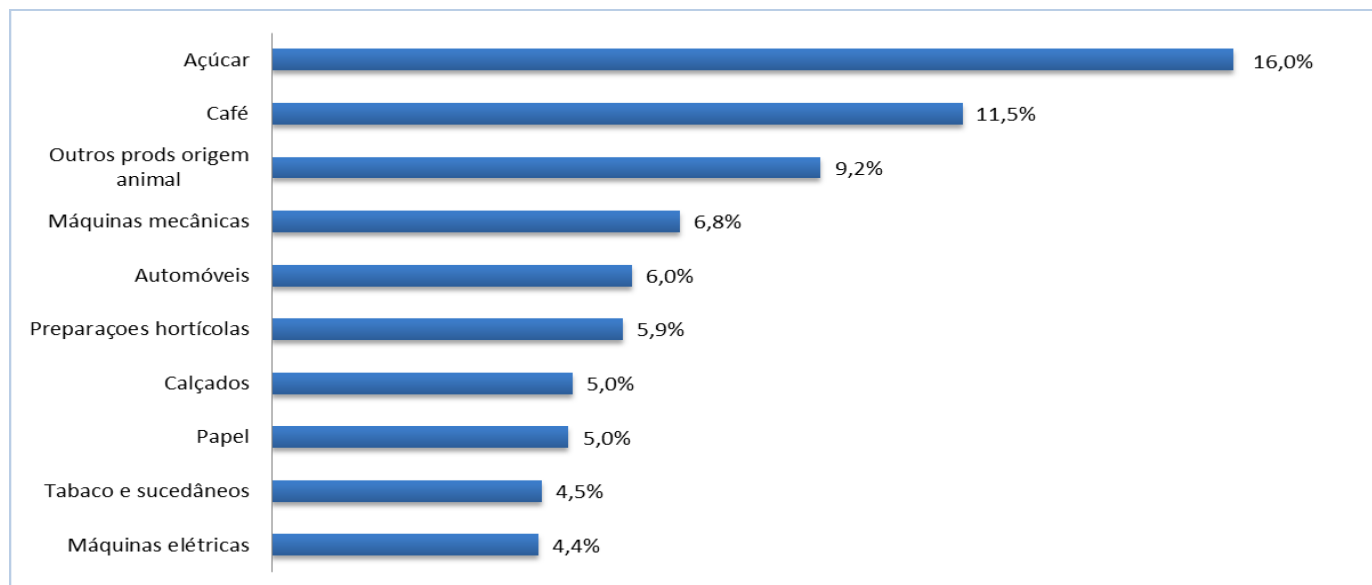
Composição das exportações brasileiras para a Nova Zelândia

US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	13,20	17,8%	5,20	7,5%	10,30	16,0%
Café	6,10	8,2%	6,80	9,8%	7,40	11,5%
Outros prods origem animal	6,20	8,4%	6,87	9,9%	5,88	9,2%
Máquinas mecânicas	4,54	6,1%	5,54	8,0%	4,37	6,8%
Automóveis	2,09	2,8%	2,22	3,2%	3,86	6,0%
Preparações hortícolas	4,32	5,8%	4,05	5,8%	3,76	5,9%
Calçados	1,94	2,6%	1,98	2,9%	3,22	5,0%
Papel	3,19	4,3%	3,05	4,4%	3,18	5,0%
Tabaco e sucedâneos	8,87	12,0%	13,94	20,1%	2,89	4,5%
Máquinas elétricas	3,55	4,8%	3,48	5,0%	2,85	4,4%
Subtotal	54,00	72,9%	53,13	76,6%	47,71	74,3%
Outros produtos	20,07	27,1%	16,19	23,4%	16,49	25,7%
Total	74,07	100,0%	69,32	100,0%	64,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Marco de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



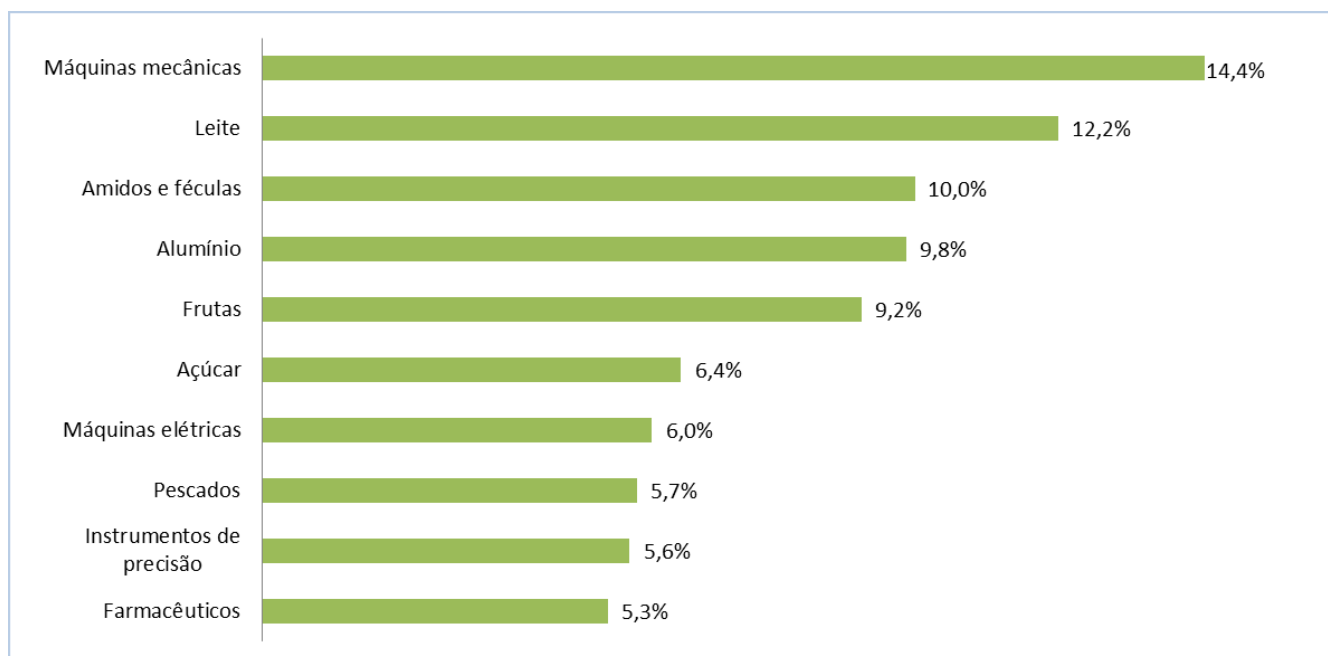
Composição das importações brasileiras originárias da Nova Zelândia

US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	8,19	5,2%	13,71	10,2%	8,06	14,4%
Leite	7,98	5,1%	12,55	9,3%	6,81	12,2%
Amidos e féculas	5,06	3,2%	4,21	3,1%	5,58	10,0%
Alumínio	0,06	0,0%	3,07	2,3%	5,50	9,8%
Frutas	2,42	1,5%	3,96	2,9%	5,12	9,2%
Açúcar	2,26	1,4%	3,57	2,7%	3,58	6,4%
Máquinas elétricas	7,00	4,4%	5,35	4,0%	3,33	6,0%
Pescados	3,03	1,9%	5,03	3,7%	3,20	5,7%
Instrumentos de precisão	4,24	2,7%	5,00	3,7%	3,14	5,6%
Farmacêuticos	3,59	2,3%	1,91	1,4%	2,95	5,3%
Subtotal	43,81	27,7%	58,35	43,3%	47,28	84,5%
Outros produtos	114,14	72,3%	76,25	56,7%	8,64	15,5%
Total	157,95	100,0%	134,60	100,0%	55,92	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Marco de 2016.

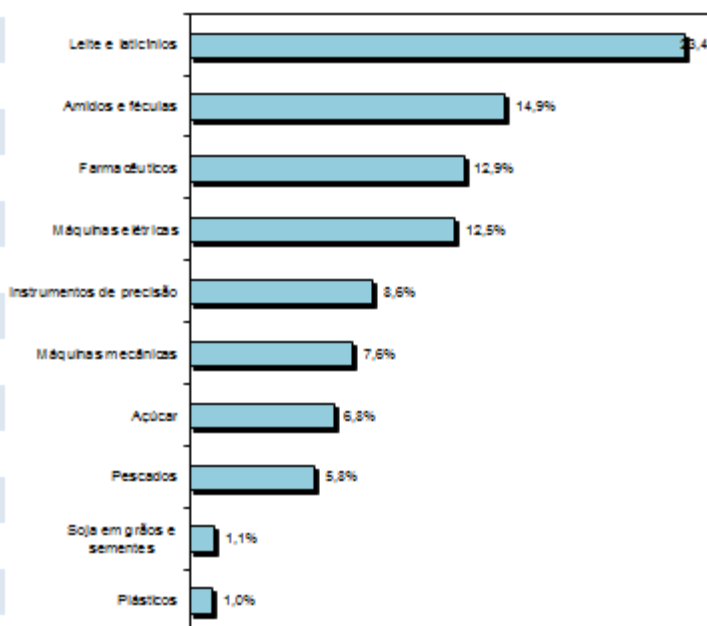
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



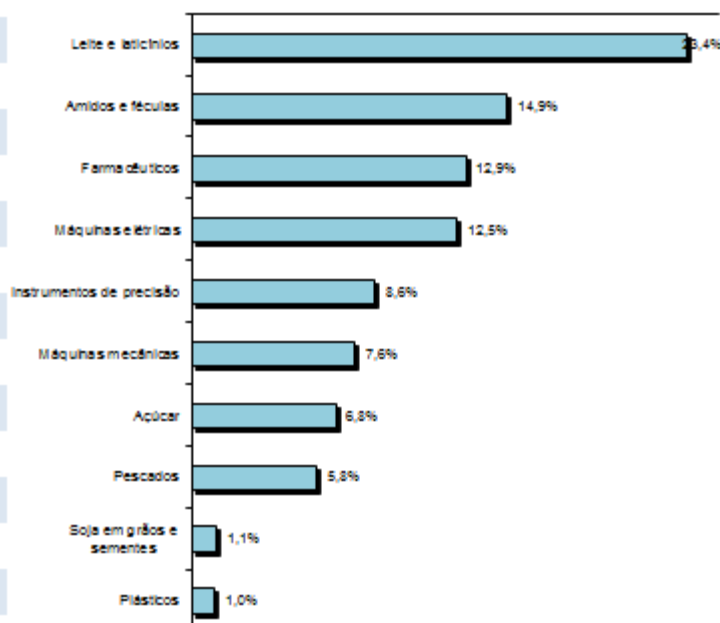
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016	
Exportações						
Açúcar	5,01	37,5%	7,89	54,7%	Açúcar	54,7%
Outros prods origem animal	1,08	8,1%	1,50	10,4%	Outros prods origem animal	10,4%
Café	1,55	11,6%	1,30	9,0%	Café	9,0%
Automóveis	0,37	2,8%	0,58	4,1%	Automóveis	4,1%
Amidos e féculas	0,00	0,0%	0,45	3,1%	Amidos e féculas	3,1%
Papel	0,65	4,8%	0,41	2,8%	Papel	2,8%
Preparações hortícolas	0,75	5,6%	0,39	2,7%	Preparações hortícolas	2,7%
Máquinas mecânicas	0,60	4,5%	0,37	2,6%	Máquinas mecânicas	2,6%
Farmacêuticos	0,28	2,1%	0,28	1,9%	Farmacêuticos	1,9%
Preparações alimentícias	0,15	1,1%	0,25	1,7%	Preparações alimentícias	1,7%
Subtotal	10,44	78,0%	13,42	93,1%		
Outros produtos	2,94	22,0%	1,00	6,9%		
Total	13,38	100,0%	14,41	100,0%		

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016	
Importações						
Leite e laticínios	0,13	1,4%	1,79	23,4%	Leite e laticínios	23,4%
Amidos e féculas	0,57	6,1%	1,13	14,9%	Amidos e féculas	14,9%
Farmacêuticos	0,24	2,5%	0,99	12,9%	Farmacêuticos	12,9%
Máquinas elétricas	0,32	3,4%	0,95	12,5%	Máquinas elétricas	12,5%
Instrumentos de precisão	0,54	5,8%	0,66	8,6%	Instrumentos de precisão	8,6%
Máquinas mecânicas	0,96	10,2%	0,58	7,6%	Máquinas mecânicas	7,6%
Açúcar	0,89	9,4%	0,52	6,8%	Açúcar	6,8%
Pescados	0,81	8,6%	0,45	5,8%	Pescados	5,8%
Soja em grãos e sementes	0,01	0,1%	0,09	1,1%	Soja em grãos e sementes	1,1%
Plásticos	0,49	5,2%	0,08	1,0%	Plásticos	1,0%
Subtotal	4,96	52,7%	7,22	94,7%		
Outros produtos	4,45	47,3%	0,41	5,3%		
Total	9,40	100,0%	7,63	100,0%		



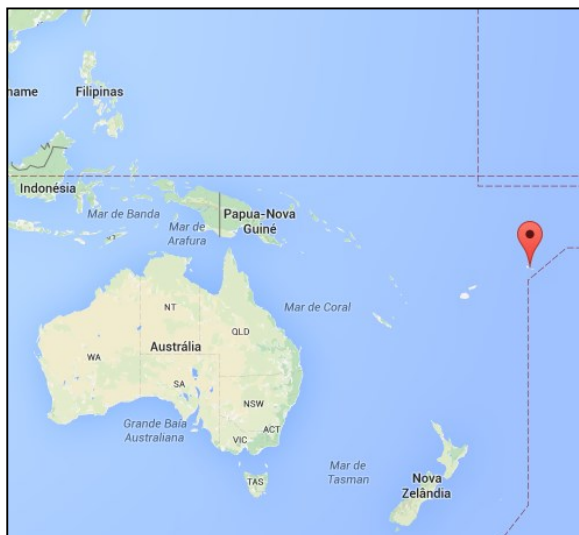
Grupos de Produtos	Part. %
Leite e laticínios	23,4%
Amidos e féculas	14,9%
Farmacêuticos	12,9%
Máquinas elétricas	12,5%
Instrumentos de precisão	8,6%
Máquinas mecânicas	7,6%
Açúcar	6,8%
Pescados	5,8%
Soja em grãos e sementes	1,1%
Plásticos	1,0%



Elaborado pela MRE/DPE/INDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/ANACOM, Março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA	
NOME OFICIAL:	Estado Independente de Samoa
GENTÍLICO:	samoano
CAPITAL:	Apia
ÁREA:	2.831 km ²
POPULAÇÃO (2015):	193 mil
IDIOMA OFICIAL:	samoano, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantismo (57%), Catolicismo romano (19%), Mormonismo (15%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Democracia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Legislativa unicameral (49 membros, sendo 47 chefes tradicionais de família e 2 eleitos diretamente por maioria simples. Os membros cumprem termos de 5 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Tui Atua Tupua Tamasese Efi (desde 20 de junho de 2007)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Malielegaoi (desde 1998)
CHANCELER:	Tuilaepa Lupesoliai Malielegaoi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 867 milhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 1,03 bilhão
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 4.492
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 5.336
VARIAÇÃO DO PIB	2,56% (2015); 1,91% (2014); -1,08% (2013) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,702 (105ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	73,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,16%
UNIDADE MONETÁRIA:	tala
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SAMOA (fonte: MDIC)									
Brasil → Samoa	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	0,004	2,2	0,83	3,86	0,6	1,21	4,45	1,41	2,31
Exportações	0,004	2,2	0,71	0,6	0,55	0,1	1,77	0,34	0,37
Importações	0	0,0004	0,12	3,26	0,04	1,06	2,67	1,06	1,93
Saldo	0,004	2,2	0,58	-2,66	0,5	-0,9	-0,9	-0,71	-1,56

(Em US\$ milhões)

Informação elaborada em 04/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

APRESENTAÇÃO

O Estado Independente de Samoa é um país da Oceania. Tem área de 2831km² e população próxima a 200 mil habitantes.

Samoa tornou-se colônia da Alemanha em 1899. A ilha passou a ser território da Nova Zelândia em 1914, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações. O país conquistou a independência da Nova Zelândia em 1962, tendo sido o primeiro país do Pacífico a obter emancipação política. É uma democracia parlamentar, matizada por práticas culturais locais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tui Atua Tupua Tamasese Efi
Chefe de Estado ("O le Ao o le Malo")



Nascido em 1º de março de 1938 (78 anos) em Motootua, Samoa. Pertence à família nobre Sa Tapua. Seu pai, Tupua Tamasese Mea' olé, foi também chefe de estado. Formou-se na Victoria University, em Wellington. Iniciou sua trajetória política em 1966, ingressando no Parlamento, pelo Partido Democrático Cristão. Foi ministro do Trabalho entre 1970 e 1972. Eleito primeiro-ministro em duas ocasiões consecutivas, ocupou a Chefia do Governo de 1976 a 1982. Foi Vice-Primeiro-Ministro de 1985 a 1988.

Paralelamente à carreira política, exerceu várias atividades acadêmicas. Mais recentemente, tornou-se assessor de Língua e Cultura Samoanas na Universidade Nacional de Samoa; foi examinador (*PhD*) de História do Pacífico e de Samoa na Universidade Nacional da Austrália; e foi *Resident Scholar* do Centro de Estudos do Pacífico da mesma instituição. Tapua Tamasese é autoridade

respeitada em assuntos de cultura, língua e tradições de Samoa; publicou várias obras em samoano e em inglês.

Foi eleito Chefe de Estado em 16 de junho de 2007, para um período de 5 anos, após a morte de Malietoa Tanumafili II. Em 2012, foi reeleito para o cargo.

Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi
Primeiro-Ministro / Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio



Nasceu em 14 de abril de 1945 (71 anos) em Lepa, Samoa. Tornou-se mestre em Comércio pela Universidade de Auckland.

Foi eleito para o Parlamento pela primeira vez em 1981. Desde então, esteve à frente dos Ministérios das Finanças, do Turismo e do Comércio e Indústria nos cinco mandatos de Tofilau Eti Alesana como Primeiro-Ministro (de 1982 a 1986 e de 1988 a 1998).

Entre 1986 e 1988, manteve-se no Parlamento e foi porta-voz de seu partido, *Human Rights Protection Party* (HRPP), então na oposição. Passou a exercer o cargo de Primeiro-Ministro em 1998, quando Tofilau Eti Alesana renunciou por problemas de saúde. Acumula as funções de Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio e Procurador-Geral.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Samoa desde 2005. As relações diplomáticas foram estabelecidas na ocasião da visita a Samoa da missão oficial chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho.

Em 2009, o Representante Permanente (RP) de Samoa junto à ONU, Aliioaiga Feturi Elisaia, visitou o Brasil, a convite do Governo brasileiro, junto a outros RPs da região.

Em 2010 foi criada oficialmente a Embaixada do Brasil em Apia, Estado Independente de Samoa, cumulativa com a Embaixada em Wellington.

Em 2012, o Primeiro-Ministro Tuilaepa Lufesoliai Sailele Malielegaoi foi o primeiro Chefe de Governo de Samoa a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20. Na ocasião, o PM não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Tendo em vista que a agricultura responde pela maior parte do PIB samoano, principalmente a agricultura familiar, que produz pequenos excedentes, há interesse desse país em receber do Brasil cooperação na área agrícola (côco, banana, café e cacau). Samoa enfrenta desafios em matéria de desenvolvimento sustentável, especialmente problemas de erosão de solos e de declínio de estoques pesqueiros, devido às perdas florestais. Assim, há interesse em conhecimento de áreas como manejo de florestas e reflorestamento.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos assuntos dos cidadãos brasileiros em Samoa.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Samoa.

POLÍTICA INTERNA

O Chefe de Estado de Samoa, chefe Tui Atua Tupua Tamasese Efi, foi eleito pela Assembleia Legislativa Nacional para um mandato de cinco anos, em junho de 2007, após a morte do chefe Susuga Malietoa Tanumafili II, que tinha sido

nomeado chefe de estado vitalício pela Constituição de 1962. Em 2012, foi reeleito para o cargo.

A Assembleia Legislativa Nacional é unicameral. O mandato tem a duração de cinco anos e os deputados são escolhidos por voto direto. 49 das 51 vagas são reservadas a chefes das vilas samoanas. As duas vagas restantes são preenchidas por cidadãos que concorrem em uma lista em separado. Todas as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa têm de ser aprovadas pelo Chefe de Estado.

O país é governado pelo Gabinete, que consiste no Primeiro-Ministro e de 12 Ministros escolhidos pelo Primeiro-Ministro. O atual Primeiro-Ministro é Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi, no cargo desde novembro de 1998, quando Tofilau Eti Alesana renunciou por problemas de saúde.

O Partido da Proteção dos Direitos Humanos é o principal partido samoano. A oposição no Parlamento é formada pelo Partido da União Democrática e pelo Partido Tautua (criado em abril de 2008).

O governo de Tofilau foi marcado pela reforma constitucional. O sufrágio universal foi introduzido nas eleições de 1991. O governo de Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi continuou com as reformas da administração pública, extinguindo e criando ministérios.

Samoa tem um Judiciário independente, incluindo uma corte específica para resolver disputas relacionadas a terra e títulos tradicionais. Desde a independência, o país tem apresentado um quadro de estabilidade política, com respeito às regras constitucionais e realização de eleições regulares.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros externos de Samoa são Austrália, Nova Zelândia e os países da Comunidade do Pacífico. O país é um ator comprometido com a política regional e tem um papel modesto, mas ativo, no cenário internacional. Apoia o regionalismo e encara o Fórum das Ilhas do Pacífico como importante órgão de consultas políticas para os países da região.

Samoa é membro ativo da ONU, da *Commonwealth*, do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Secretariado da Comunidade do Pacífico. Estão sediados em Apia o Secretariado do Programa Ambiental Regional do Pacífico, os Escritórios Regionais para o Pacífico da FAO, do PNUD, da UNESCO e da OMS, o Centro de Coordenação do Pacífico para os Crimes Transnacionais e a Universidade de Agricultura do Pacífico Sul.

O país tem grande interesse nas questões relativas à mudança do clima. Desempenhou papel de liderança frente à “Associação dos Pequenos Estados Insulares” na ONU. Em setembro de 2014, Samoa hospedou a III Cúpula dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Dessa reunião resultou o *Samoa Pathway*, que encoraja compromissos ambiciosos para o enfrentamento da mudança do clima, como o desenvolvimento de energia sustentável nos SIDS. O *Samoa Pathway* ajudou a aproximara Samoa e outros países da região ao CARICOM. O documento solicita ao Secretário-Geral das Nações Unidas que realize avaliação abrangente sobre as maneiras em que a ONU poderia apoiar os pequenos Estados insulares em desenvolvimento no contexto da Agenda Pós-2015.

Na 70ª AGNU, em 2015, a temática da mudança do clima constituiu a essência do discurso do Primeiro-Ministro de Samoa, Tuilaepa Sailele Malielegaoi, que a descreveu como "o desafio mais urgente que confronta a humanidade". Reiterou a necessidade de limitar o aumento da temperatura dos oceanos a 1,5 graus Celsius. Ao recordar que os SIDS são os que menos contribuíram para a mudança do clima e mais são afetados por ela, declarou esperar que a chegada dos seus efeitos a outros estados - com a ocorrência de furacões, ciclones e outros fenômenos climáticos em regiões onde estes não eram corriqueiros - gere maior comprometimento dos maiores emissores com a causa.

Em outras Assembleias Gerais da ONU recentes, Samoa também expressou apoio a missões de manutenção de paz da ONU no Sudão, na Libéria e no Timor Leste; declarou que soluções coordenadas regionais para problemas regionais são a melhor opção; defendeu o direito do Estado palestino de coexistir com Israel e condenou o terrorismo, apontando a necessidade de aprofundar a cooperação internacional para combatê-lo; e declarou apoio à reforma do CSNU e à expansão em ambas as categorias de membros.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Samoa é um pequeno país em desenvolvimento. As reformas econômicas iniciadas na década de 1990 renderam ao país a reputação de ser a economia modelo do Pacífico, mas vários problemas econômicos persistem.

A economia do país é tradicionalmente dependente da agricultura de subsistência e da pesca, ainda que a participação desses setores no PIB venha caindo há várias décadas. Alguns dos principais produtos produzidos são côco, fruta-pão, banana, cacau, manga, mamão e taro (ou inhame-

côco). Houve algum progresso na diversificação de produtos em anos recentes. O turismo também vem crescendo de forma consistente nos últimos anos.

O destaque da indústria é a empresa Yazaki Samoa, que produz peças para veículos automotores. Trata-se de um empreendimento japonês que se aproveita da posição geográfica da ilha para exportação de tais produtos a outros mercados, inclusive o brasileiro. Há duas empresas aéreas: a Virgin Samoa, *joint venture* criada pela Virgin Blue e o Governo de Samoa, em 2005, e a Polynesian Airlines, empresa estatal que atende apenas o mercado interno e regional.

O desempenho macroeconômico de Samoa é altamente vulnerável a choques econômicos e desastres naturais. Os ciclones de 1990, 1991 e 2004 causaram grandes prejuízos econômicos. Como consequência dessa situação, o país conta com a ajuda externa para o desenvolvimento. Também são elevadas as remessas de divisas de samoanos vivendo na Nova Zelândia, em Samoa Americana, na Austrália e nos Estados Unidos.

O país tende a apresentar déficit comercial. As exportações consistem principalmente de equipamentos eletrônicos, peixes, produtos agrícolas, como copra (polpa seca do côco) e cacau, além de peças de automóveis. Em 2014, os principais destinos para as exportações de Samoa foram Austrália (58%), Nova Zelândia (19%) e Estados Unidos (10%). As importações foram provenientes principalmente de Nova Zelândia (25%), Cingapura (25%) e China (13%).

Samoa é uma das principais parceiras comerciais do Brasil entre as ilhas do Pacífico. O Brasil vende sobretudo açúcar, extrato tonante de mimosa e substâncias para tratamento de couro, e importa de Samoa circuitos impressos, conectores elétricos e ferramentas. Em passado recente, o Brasil já chegou a ocupar a quarta posição entre os países que mais comprem de Samoa.

O Brasil era tradicionalmente superavitário no comércio bilateral, mas desde 2009 tem registrado déficits. A maior corrente de comércio ocorreu em 2011, registrada em US\$ 4,450 milhões. Em 2012 e 2013 houve retração, mas em 2014 os índices comerciais voltaram a crescer, chegando a US\$ 2,334 milhões, patamar que se manteve em 2015.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1568	O espanhol Álvaro de Mendaña torna-se o primeiro europeu a navegar pelo arquipélago.
1899	Samoa torna-se colônia da Alemanha.
1914	Samoa passa a ser território da Nova Zelândia, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações.
1962	O país conquista a independência da Nova Zelândia.
1976	O país torna-se membro da ONU.
1998	Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi é eleito Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Samoa. Os países estabelecem relações diplomáticas.
2010	Criação da Embaixada do Brasil em Apia, cumulativa com Wellington.
2012	O Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi torna-se o primeiro Chefe de Governo de Samoa a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos de Samoa

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-1,08%	1,91%	2,56%	1,61%	-0,83%
PIB nominal (US\$ milhões)	794	827	867	900	912
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.171	4.308	4.481	4.618	4.644
PIB PPP (US\$ bilhões)	0,96	1,00	1,03	1,06	1,07
PIB PPP "per capita" (US\$)	5.059	5.199	5.342	5.450	5.456
População (mil habitantes)	190	192	193	195	196
Inflação (%) ⁽²⁾	-1,73%	0,20%	3,00%	2,10%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,61%	-7,96%	-6,86%	-5,42%	-5,13%
Dívida externa (US\$ milhões)	447,20	450,20	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (Tala / US\$) ⁽²⁾	2,31	2,33	2,56	n.d.	n.d.

Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	10,9%
Indústria	28,3%
Serviços	60,8%

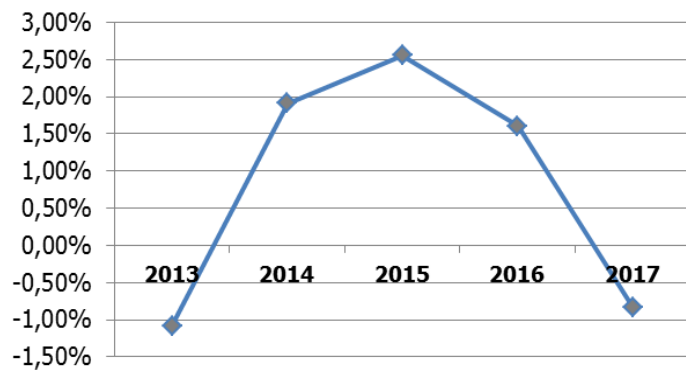
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2016.

(n.d.) Dado não disponível.

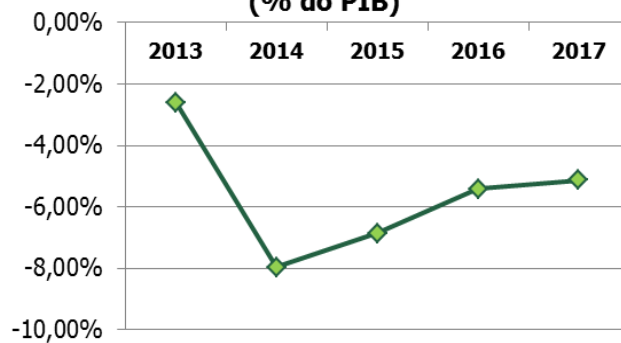
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

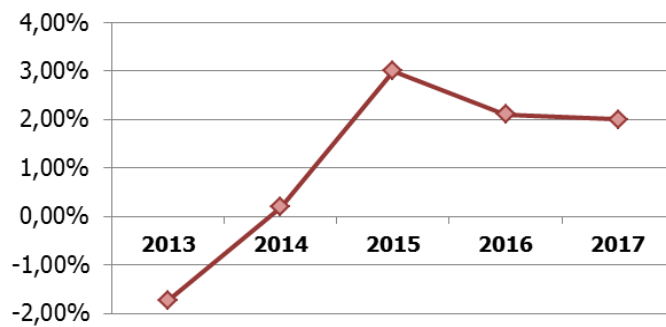
Crescimento real do PIB (%)



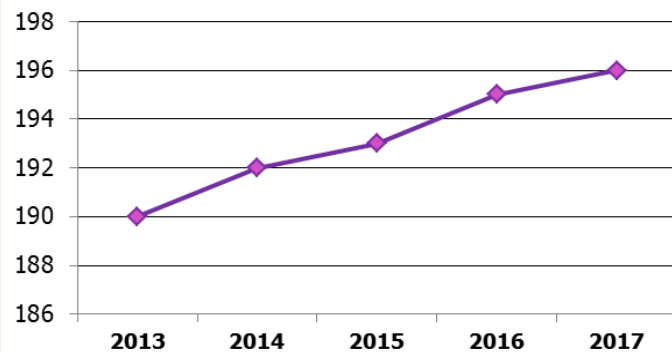
**Saldo em transações correntes
(% do PIB)**



Inflação (%)



População (mil habitantes)

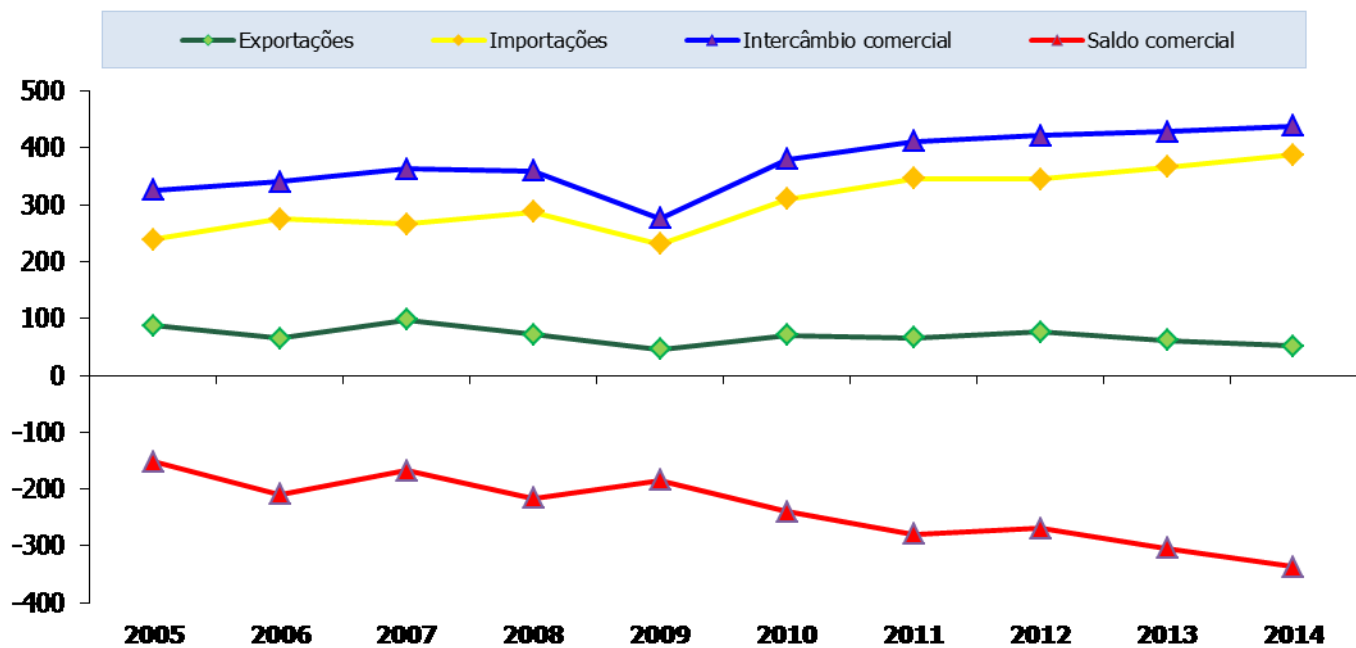


Evolução do comércio exterior de Samoa
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	87,2	2,3%	238,6	13,7%	325,8	10,4%	-151,5
2006	65,1	-25,3%	275,1	15,3%	340,2	4,4%	-210,0
2007	97,5	49,6%	265,6	-3,5%	363,1	6,7%	-168,1
2008	72,0	-26,1%	287,9	8,4%	359,9	-0,9%	-215,9
2009	46,0	-36,1%	230,5	-19,9%	276,5	-23,2%	-184,6
2010	70,3	52,8%	309,8	34,4%	380,1	37,5%	-239,6
2011	66,3	-5,7%	345,9	11,6%	412,2	8,4%	-279,6
2012	76,1	14,8%	345,5	-0,1%	421,6	2,3%	-269,4
2013	62,1	-18,4%	366,6	6,1%	428,7	1,7%	-304,5
2014	50,9	-18,0%	388,0	5,8%	438,9	2,4%	-337,1
2015(jan-mar)	9,6	-3,3%	79,7	-19,4%	89,2	-18,0%	-70,0
Var. % 2005-2014	-41,6%	--	62,6%	--	34,7%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



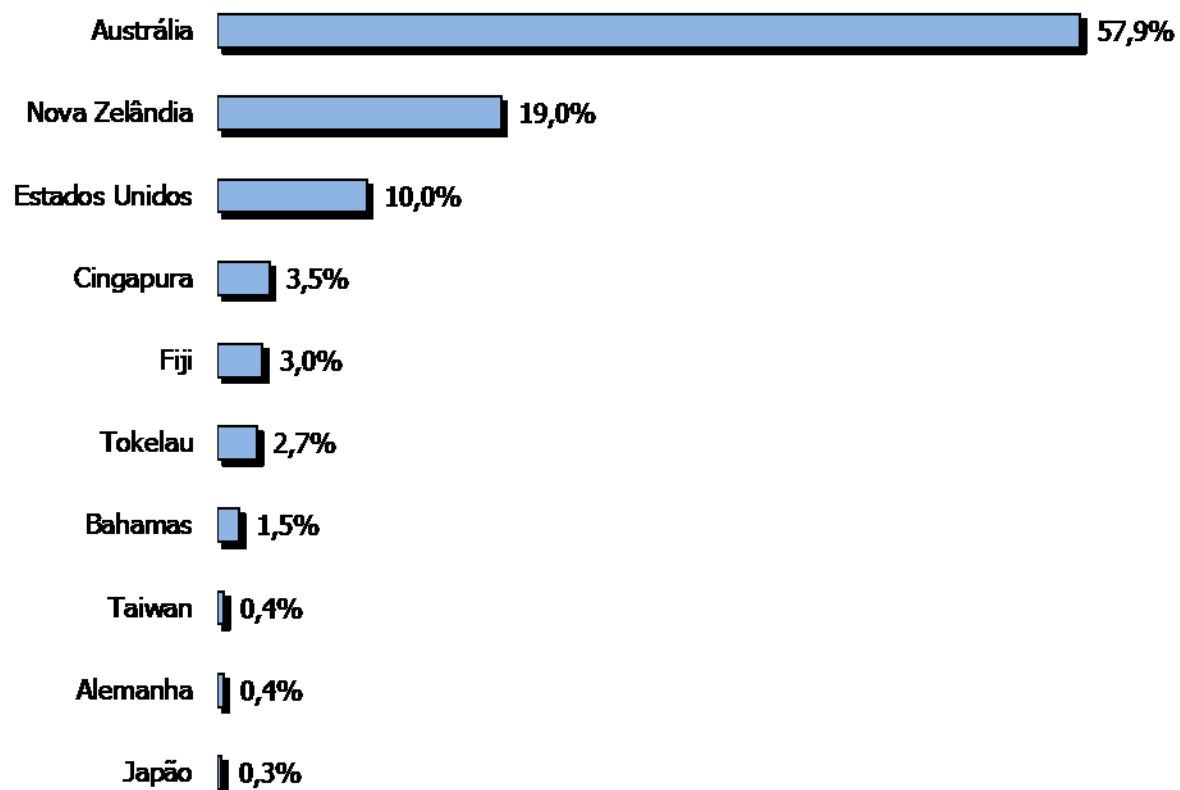
Direção das exportações de Samoa

US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Austrália	29,5	57,9%
Nova Zelândia	9,7	19,0%
Estados Unidos	5,1	10,0%
Cingapura	1,8	3,5%
Fiji	1,5	3,0%
Tokelau	1,4	2,7%
Bahamas	0,8	1,5%
Taiwan	0,2	0,4%
Alemanha	0,2	0,4%
Japão	0,1	0,3%
...		
Brasil	0,0	0,0%
Subtotal	50,3	98,8%
Outros países	0,6	1,2%
Total	50,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais destinos das exportações



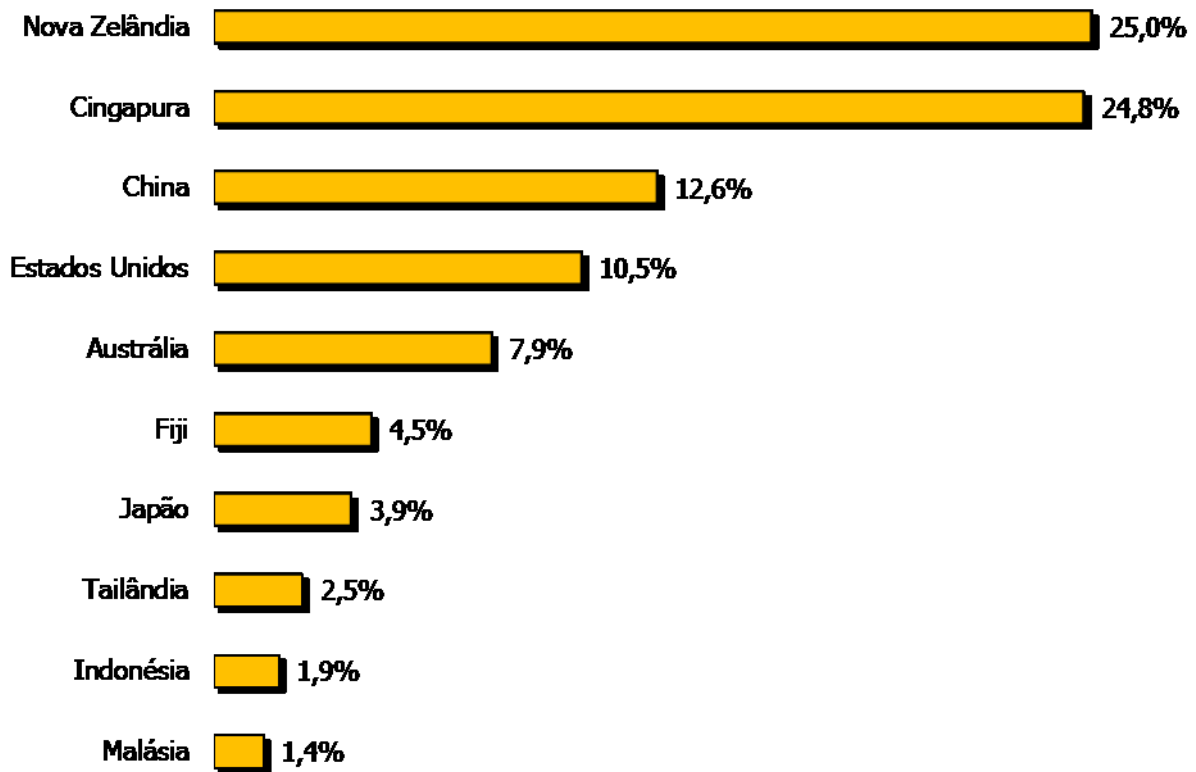
Origem das importações de Samoa

US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Nova Zelândia	97,0	25,0%
Cingapura	96,2	24,8%
China	49,0	12,6%
Estados Unidos	40,7	10,5%
Austrália	30,7	7,9%
Fiji	17,4	4,5%
Japão	15,2	3,9%
Tailândia	9,8	2,5%
Indonésia	7,2	1,9%
Malásia	5,5	1,4%
...		
<i>Brasil (27ª posição)</i>	<i>0,2</i>	<i>0,04%</i>
Subtotal	368,9	95,1%
Outros países	19,2	4,9%
Total	388,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais origens das importações



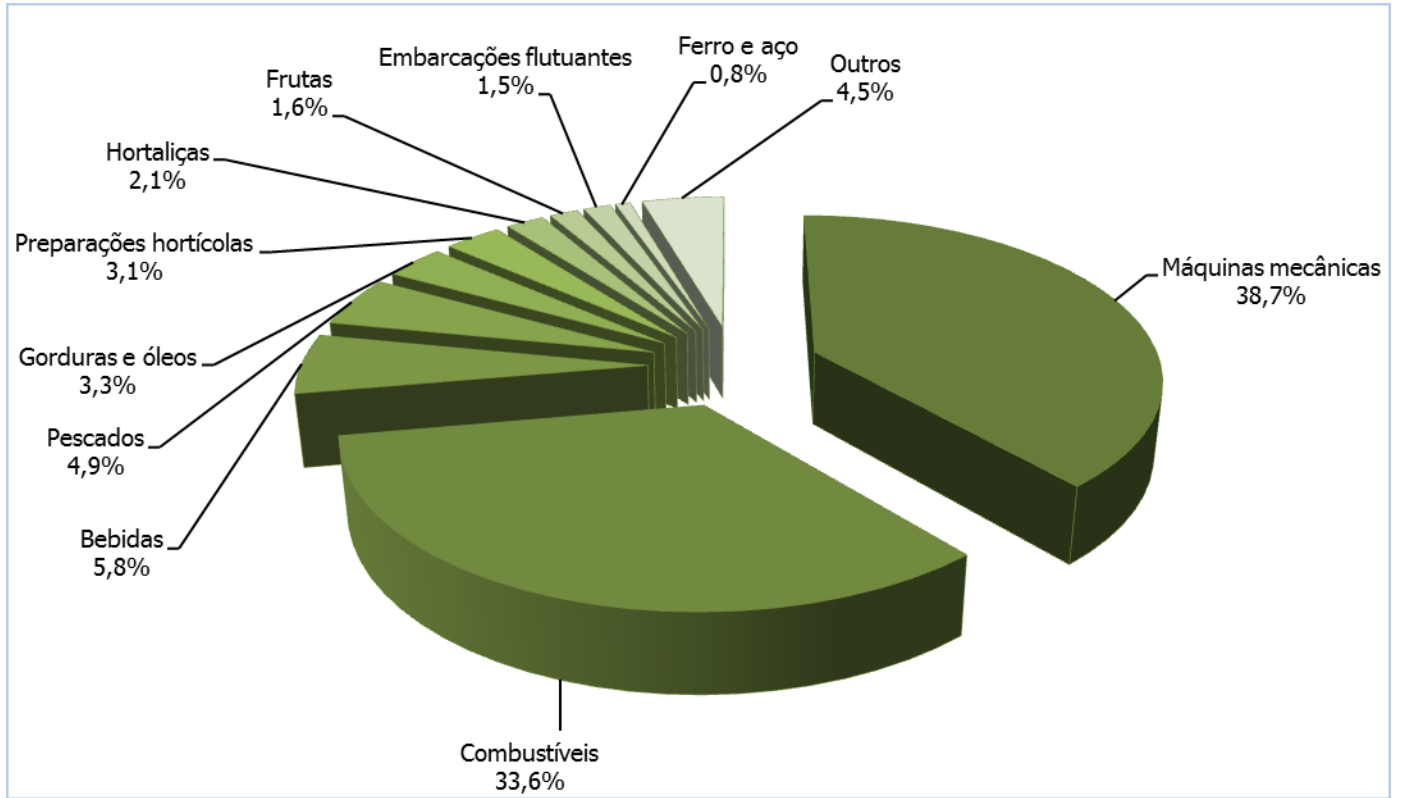
Composição das exportações de Samoa

US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas mecânicas	19,7	38,7%
Combustíveis	17,1	33,6%
Bebidas	3,0	5,8%
Pescados	2,5	4,9%
Gorduras e óleos	1,7	3,3%
Preparações hortícolas	1,6	3,1%
Hortaliças	1,1	2,1%
Frutas	0,8	1,6%
Embarcações flutuantes	0,8	1,5%
Ferro e aço	0,4	0,8%
Subtotal	48,6	95,5%
Outros	2,3	4,5%
Total	50,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais grupos de produtos exportados



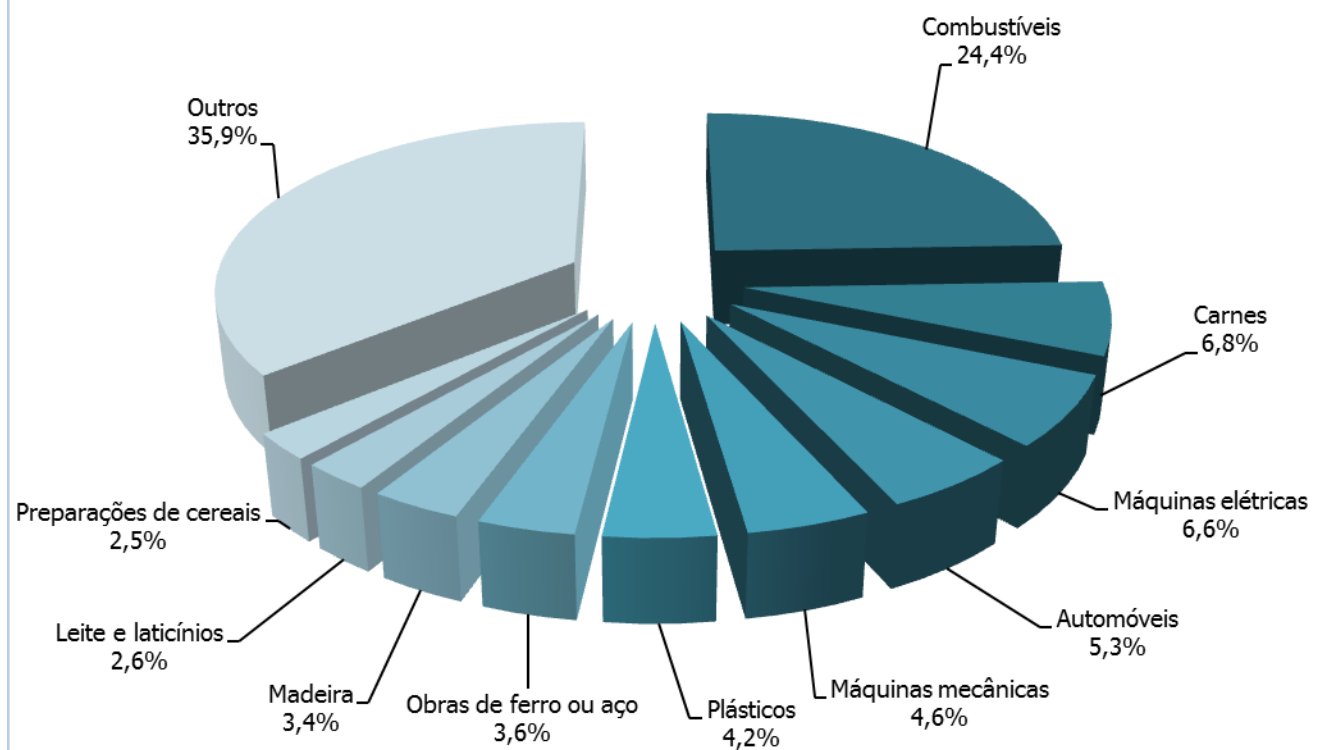
Composição das importações de Samoa

US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	94,8	24,4%
Carnes	26,5	6,8%
Máquinas elétricas	25,5	6,6%
Automóveis	20,5	5,3%
Máquinas mecânicas	18,0	4,6%
Plásticos	16,2	4,2%
Obras de ferro ou aço	14,1	3,6%
Madeira	13,2	3,4%
Leite e laticínios	10,1	2,6%
Preparações de cereais	9,7	2,5%
Subtotal	248,6	64,1%
Outros	139,5	35,9%
Total	388,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

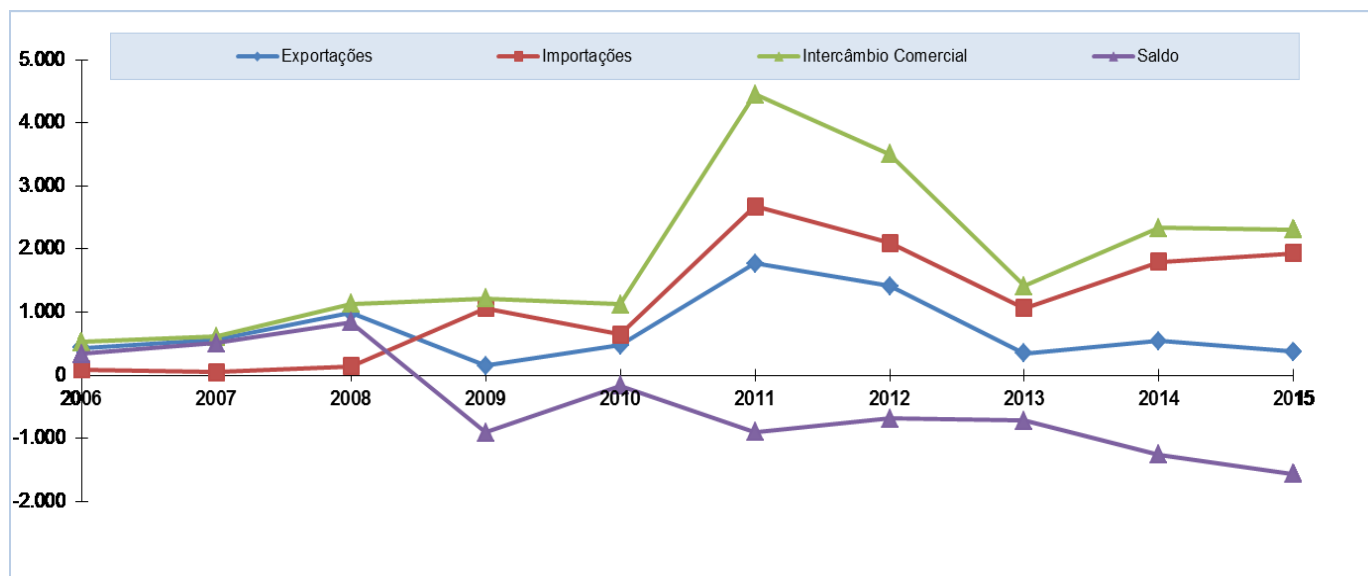
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Samoa

US\$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2006	430	-28,4%	0,00%	92	-97,2%	0,00%	522	-86,5%	0,00%	338
2007	558	29,9%	0,00%	49	-47,1%	0,00%	607	16,3%	0,00%	509
2008	986	76,7%	0,00%	142	192,7%	0,00%	1.129	86,0%	0,00%	844
2009	154	-84,4%	0,00%	1.061	645,0%	0,00%	1.215	7,6%	0,00%	-907
2010	477	210,8%	0,00%	642	-39,5%	0,00%	1.119	-7,9%	0,00%	-164
2011	1.774	271,7%	0,00%	2.676	317,1%	0,00%	4.451	297,8%	0,92%	-902
2012	1.409	-20,6%	0,00%	2.095	-21,7%	0,00%	3.504	-21,3%	0,00%	-687
2013	347	-75,4%	0,00%	1.067	-49,1%	0,00%	1.414	-59,6%	0,00%	-720
2014	540	55,7%	0,00%	1.794	68,2%	0,00%	2.335	65,1%	0,00%	-1.254
2015	375	-30,5%	0,00%	1.937	7,9%	0,00%	2.312	-1,0%	0,00%	-1.561
2016 (jan-fev)	33	33,5%	0,13%	2	-99,3%	0,01%	34	-87,0%	0,08%	31
Var. % 2006-2015	-12,6%		--	2005,8%		--	343,3%		--	n.c.

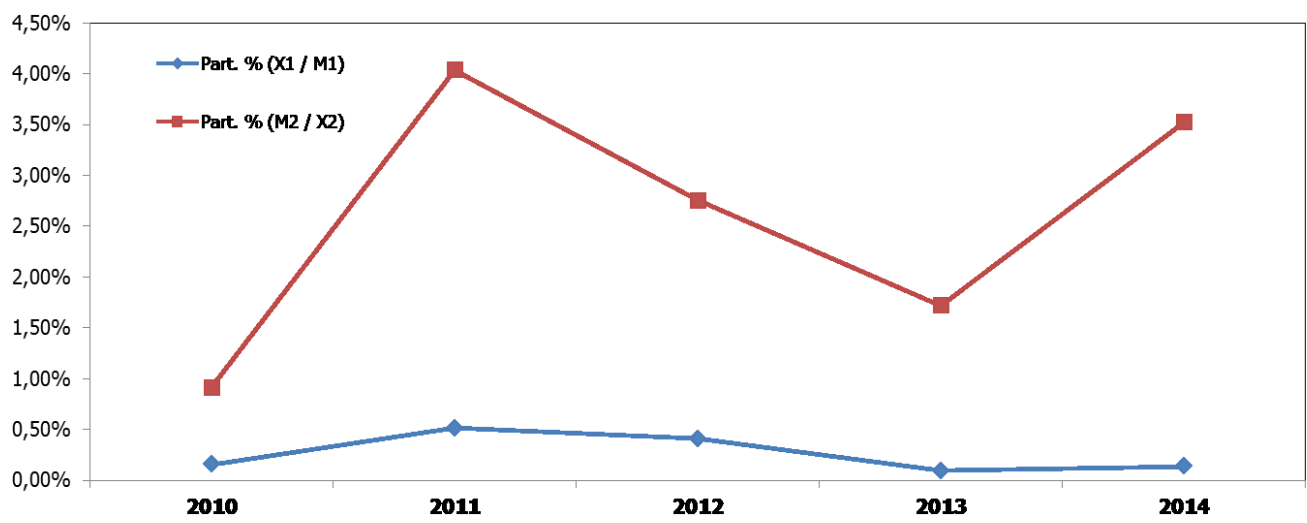


Part. % do Brasil no comércio de Samoa**US\$ mil**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/ 2014
Exportações do Brasil para Samoa (X1)	477	1.774	1.409	347	540	13,2%
Importações totais de Samoa (M1)	309.848	345.906	345.515	366.588	388.024	25,2%
Part. % (X1 / M1)	0,15%	0,51%	0,41%	0,09%	0,14%	-9,6%
Importações do Brasil originárias de Samoa (M2)	642	2.676	2.095	1.067	1.794	179,7%
Exportações totais de Samoa (X2)	70.250	66.264	76.102	62.109	50.922	-27,5%
Part. % (M2 / X2)	0,91%	4,04%	2,75%	1,72%	3,52%	285,8%

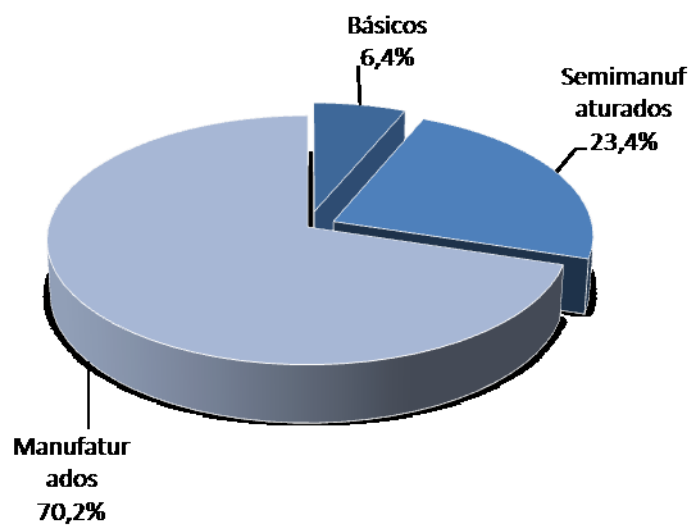
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Samoa e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

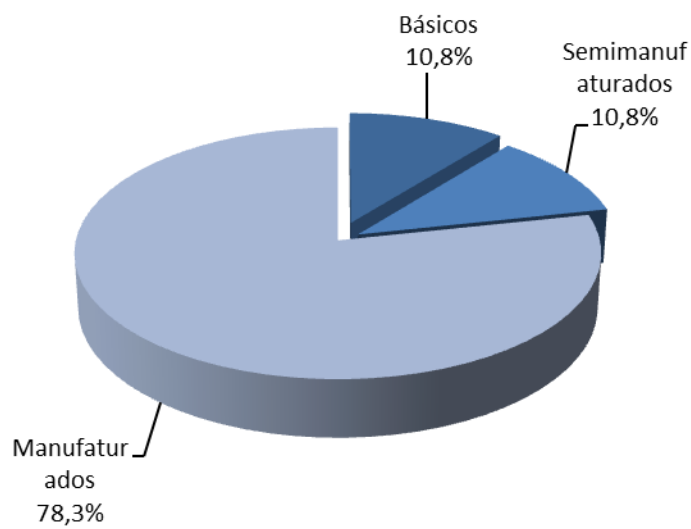


Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

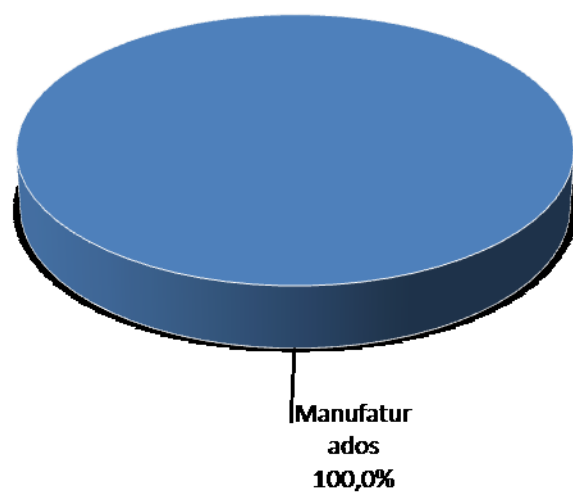


2015

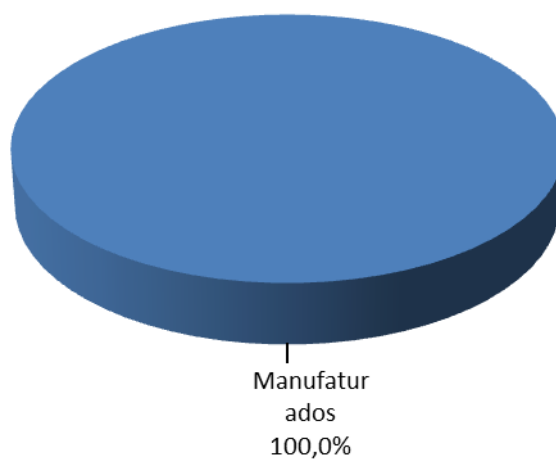


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

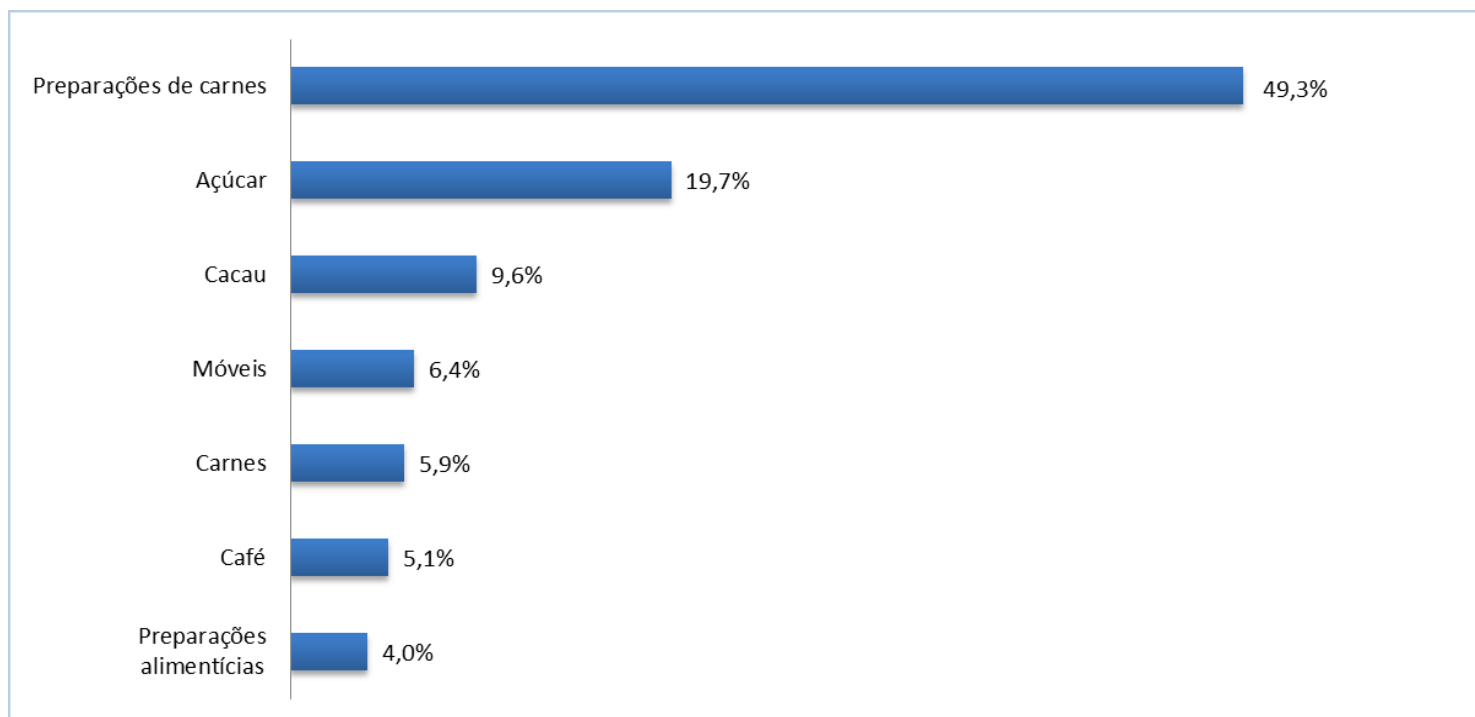
Composição das exportações brasileiras para Samoa

US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	137	39,5%	283	52,4%	185	49,3%
Açúcar	169	48,7%	150	27,8%	74	19,7%
Cacau	0	0,0%	23	4,3%	36	9,6%
Móveis	0	0,0%	2	0,4%	24	6,4%
Carnes	11	3,2%	35	6,5%	22	5,9%
Café	5	1,4%	0	0,0%	19	5,1%
Preparações alimentícias	25	7,2%	27	5,0%	15	4,0%
Subtotal	347	100,0%	520	96,2%	375	99,9%
Outros produtos	0	0,0%	20	3,8%	0	0,1%
Total	347	100,0%	540	100,0%	375	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



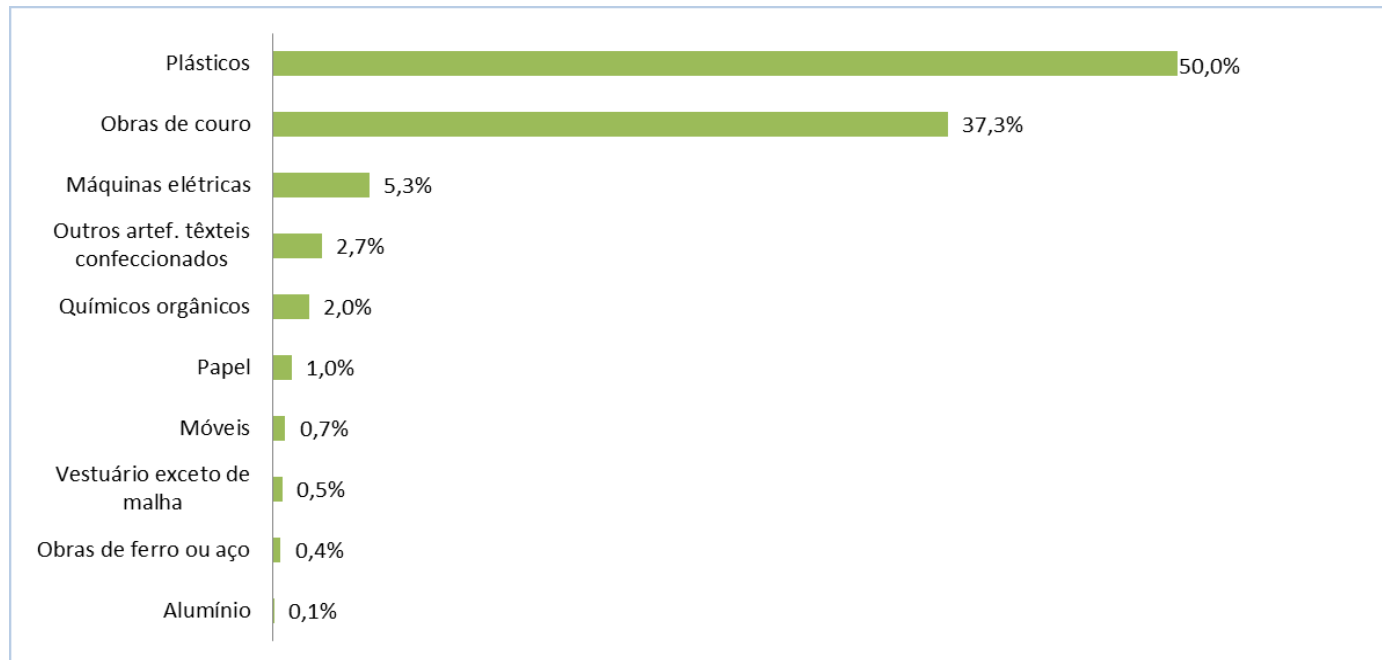
Composição das importações brasileiras originárias de Samoa

US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Plásticos	56	5,2%	1.348	75,1%	968	50,0%
Obras de couro	0	0,0%	3	0,2%	723	37,3%
Máquinas elétricas	243	22,8%	307	17,1%	103	5,3%
Outros artef. têxteis confeccionados	0	0,0%	0	0,0%	52	2,7%
Químicos orgânicos	15	1,4%	23	1,3%	38	2,0%
Papel	0	0,0%	0	0,0%	20	1,0%
Móveis	5	0,5%	8	0,4%	13	0,7%
Vestuário exceto de malha	0	0,0%	0	0,0%	10	0,5%
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	8	0,4%
Alumínio	0	0,0%	1	0,1%	1	0,1%
Subtotal	319	29,9%	1.690	94,2%	1.936	100,0%
Outros produtos	748	70,1%	104	5,8%	1	0,0%
Total	1.067	100,0%	1.794	100,0%	1.937	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



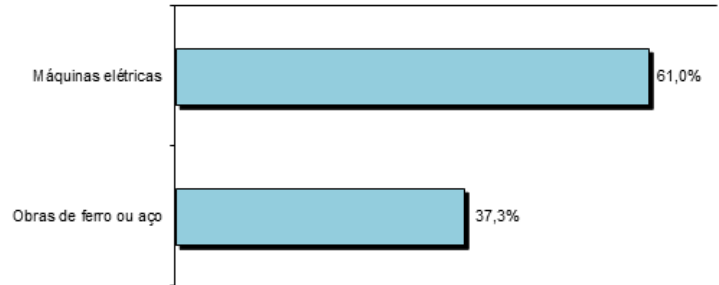
Exportações

Preparações de carnes	0	0,0%	33	100,0%
Subtotal	0	0,0%	33	100,0%
Outros produtos	24	100,0%	0	0,0%
Total	24	100,0%	33	100,0%



Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total
Importações				
Máquinas elétricas	18	7,5%	1,0	61,0%
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	0,6	37,3%
Subtotal	18	7,6%	2	98,4%
Outros produtos	221	92,4%	0	1,6%
Total	239	100,0%	2	100,0%

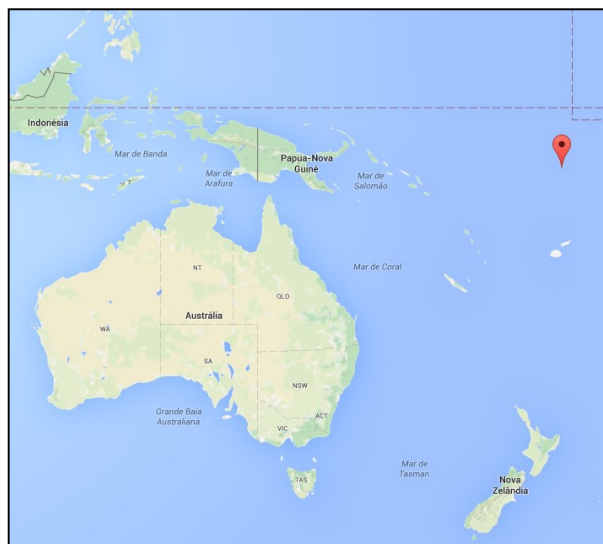
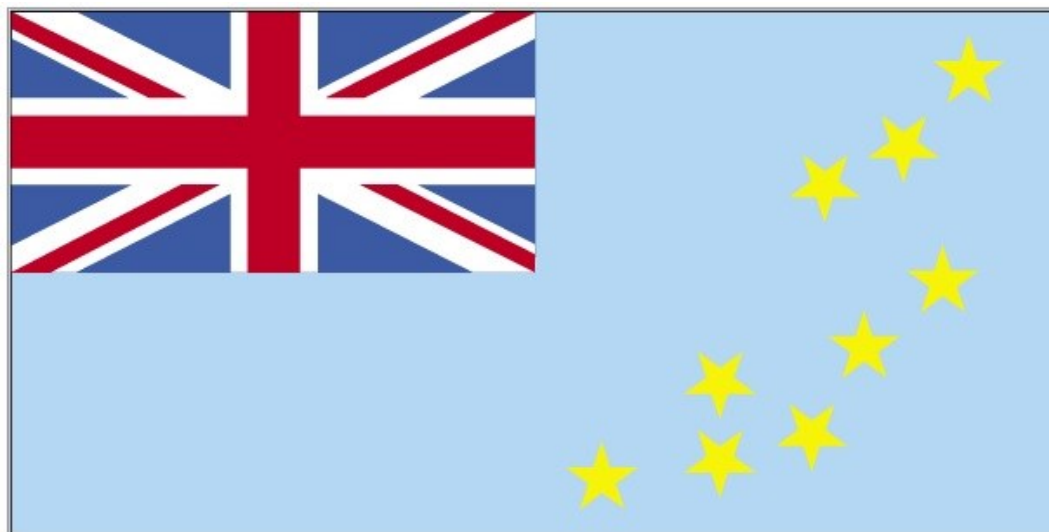
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

TUVALU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE TUVALU	
NOME OFICIAL:	Tuvalu
GENTÍLICO:	tuvaluano
CAPITAL:	Funafuti
ÁREA:	26km ²
POPULAÇÃO (2015):	11 mil
IDIOMA OFICIAL:	Tuvaluano, inglês, samoano, kiribati
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantismo (98,4%), outras religiões (1,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (15 assentos para mandatos de quatro anos)
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Iakoba Taeia Italeli (desde 16 de abril de 2010)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Enele Sopoaga (desde 5 de agosto de 2013)
CHANCELER:	Taukelina Finikaso (desde 5 de agosto de 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 34 milhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 37 milhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 3.090
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 3.363
VARIAÇÃO DO PIB	3,5% (2015); 2,2% (2014); 1,3% (2013) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	Não há calculo do IDH de Tuvalu.
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	66,16 (World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar tuvaluano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TUVALU (fonte: MDIC)									
Brasil → Tuvalu	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	20,3	0	26,9	1,3	0	46,1	0,03	187,7	0,3
Exportações	0	0	26,9	1,3	0	45,8	0	49,1	0
Importações	20,3	0	0	0	0	0,3	0,03	138,5	0,3
Saldo	-20,3	0	26,9	1,3	0	45,4	-0,03	-89,3	-0,3

(Em US\$ milhares)

Informação elaborada em 03/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

APRESENTAÇÃO

Tuvalu é um país da Oceania que tem área total de 26km² e população de 10 869 habitantes.

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao tornarem-se independentes, optaram por formar entidades nacionais distintas. Tuvalu tornou-se independente do Reino Unido em outubro de 1978. Atualmente, é um dos países mais ameaçados pelo aumento do nível dos oceanos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

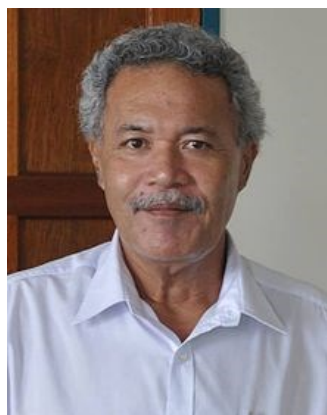
Iakoba Taeia Italeli
Governador-geral



Iakoba Taeia Italeli é formado em Direito Internacional do Mar pela Universidade de Malta. Representou o Distrito de Nui no Parlamento de Tuvalu entre 2006 e 2010. Em abril de 2010, assumiu como Governador-Geral de Tuvalu.

Enele Sopoaga

Primeiro-Ministro



Nasceu em Nukufetau, em 10 de fevereiro de 1956 (60 anos). Recebeu um certificado em Estudos Diplomáticos pela Universidade de Oxford em 1990. É Mestre pela Universidade de Sussex.

Foi eleito para o Parlamento em 2010. Exerceu o cargo de Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores entre setembro e dezembro de 2010. Após esse período, tornou-se oposição ao governo de Willy Telavi.

Foi eleito Primeiro-Ministro em 2013, após uma crise política envolvendo o governo de Telavi.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2005, o Embaixador Arnaldo Carrilho visitou Tuvalu, no contexto de missão oficial à região do Pacífico, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região.

Brasil e Tuvalu mantêm relações diplomáticas desde 2006. Decreto de 2010 criou a Embaixada do Brasil em Funafuti, Tuvalu, cumulativa com a Embaixada em Wellington. Há espaço para cooperação em áreas como mudança do clima, treinamento e qualificação profissional, futebol e aviação civil.

Entre 2009, o Representante Permanente (RP) de Tuvalu junto à ONU, Afeles Falema Pita, visitou o Brasil, a convite do Governo brasileiro, junto de outros RPs da Oceania.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos assuntos dos cidadãos brasileiros em Tuvalu.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Tuvalu.

POLÍTICA INTERNA

Nas eleições de 2010, o então Primeiro-Ministro Apisai Ielemia não conseguiu garantir um segundo mandato, e Maatia Toafa foi eleito Primeiro-Ministro. Em dezembro do mesmo ano, porém, Maatia Toafa e seu governo caíram após uma moção de desconfiança do Parlamento (8 votos a 7).

Nas eleições de dezembro de 2010, Willy Telavi, antigo Ministro da Casa Civil de Maatia Toafa, que havia passado para a oposição, venceu a eleição para Primeiro-Ministro ao derrotar Enele Sopoaga. Em 2013, contudo, Telavi foi removido do posto pelo Governador-Geral, após uma crise política. Em agosto daquele ano, Sopoaga foi eleito Primeiro-Ministro.

As eleições de 2015, apesar de adiadas devido ao estado de emergência provocado pelo Ciclone Pam, ocorreram em março e resultaram na manutenção de Sopoaga no cargo.

O Parlamento, com 15 membros, é renovado a cada quatro anos. Não há partidos políticos organizados. Os membros do Parlamento representam diretamente os interesses de cada ilha.

POLÍTICA EXTERNA

Tuvalu tornou-se membro da ONU em 2000. A prioridade da política externa de Tuvalu é a região do Pacífico. O país é membro do Fórum das Ilhas do

Pacífico, da Comunidade do Pacífico, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, da UNESCO, da OMS e da Commonwealth. É membro do grupo de países em desenvolvimento associados à Comunidade Europeia pelo Tratado de Lomé.

Embora o principal foco da atuação internacional do país seja a região do Pacífico Sul, o arquipélago tem adotado postura cada vez mais ativa nos fóruns regionais e internacionais, em especial pela grande vulnerabilidade do país à mudança climática. Nesse sentido, Tuvalu tem sido muito atuante no âmbito do grupo de *SIDS* (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento). O país tem defendido aumento das obrigações por parte dos países em desenvolvimento quanto à mitigação da adaptação à mudança climática.

Em seus recentes discursos na Assembleia Geral das Nações Unidas, os representantes de Tuvalu têm defendido a incorporação de capítulo especial sobre SIDS na agenda de desenvolvimento pós-2015, com particular atenção ao acesso simplificado de SIDS a modalidades de financiamento para adaptação à mudança do clima. Tuvalu também defende a reforma do CSNU com a expansão de membros permanentes e não-permanentes, além da inclusão da questão da mudança do clima na agenda do órgão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Por tratar-se de país muito pequeno e isolado, a economia de Tuvalu apresenta grande vulnerabilidade em relação a influências externas, dentre elas o clima. A maioria da população está envolvida na pesca e na agricultura de subsistência. A economia monetária é dominada pelas atividades governamentais. As remessas de cidadãos de Tuvalu que trabalham em navios de pesca estrangeiros constituem parte significativa da renda das famílias do país. Contribuem para as rendas governamentais a concessão de licenças de pesca e a concessão do domínio de Internet “.tv”, utilizado por redes de televisão para identificação de seus sítios na rede mundial de computadores.

Tuvalu faz parte da relação dos *Least Developed Countries* (Países de Menor Desenvolvimento Relativo) das Nações Unidas, dada a ausência de recursos a serem explorados em seu território. O país depende de combustível e alimentos importados. O potencial de desenvolvimento é limitado pela pequena população, localização remota, dependência externa e extrema suscetibilidade a desastres naturais. Tuvalu é particularmente vulnerável aos impactos da mudança climática, dada a baixa altitude de seu território. Nesse sentido, Tuvalu tem defendido que os

SIDS passem a ser considerados como grupo em relação ao qual é necessário estabelecer regras e disposições específicas no sistema multilateral de comércio.

Em 2014, a maior parte das exportações de Tuvalu foram peixes, crustáceos e moluscos. Também houve destaque para as exportações de navios. Já as importações foram sobretudo commodities, equipamentos eletrônicos, embarcações marítimas e combustíveis. Os principais destinos das exportações de Tuvalu foram Japão (40%), Tailândia (26%) e Índia (19%). Já as importações tiveram como origem Fiji (40%), Cingapura (31%) e Japão (11%).

Em 2013 e 2014, houve forte avanço nas trocas comerciais entre Brasil e Tuvalu. Em 2014, chegou-se ao recorde de US\$ 456 mil. Entretanto, a quase totalidade das exportações teve origem brasileira – apenas US\$ 1,6 mil corresponderam a exportações de Tuvalu. Trata-se de uma redução significativa em relação a 2013, quando o Brasil importou US\$ 138 mil do país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1568	O espanhol Álvaro de Mendaña torna-se o primeiro europeu a navegar pelo arquipélago.
1892	A ilha onde hoje se localiza Funafuti é declarada protetorado britânico.
1978	Tuvalu torna-se independente do Reino Unido.
2000	Tuvalu torna-se membro da ONU.
2013	Enele Sopoaga é eleito Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Tuvalu.
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do

	Brasil e Tuvalu.
2010	Criação da Embaixada do Brasil em Funafuti, cumulativa com Wellington.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos de Tuvalu

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,29%	2,24%	3,49%	3,96%	1,91%
PIB nominal (US\$ milhões)	38,0	38,0	34,0	35,0	36,0
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.575	3.479	3.130	3.194	3.277
PIB PPP (US\$ bilhões)	34,0	35,0	37,0	39,0	40,0
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.174	3.286	3.420	3.584	3.701
População (mil habitantes)	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00
Inflação (%) ⁽²⁾	3,10%	3,30%	4,40%	3,30%	2,90%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-24,13%	-26,06%	-36,82%	-58,02%	-12,75%

Origem do PIB (2015 Estimativa)

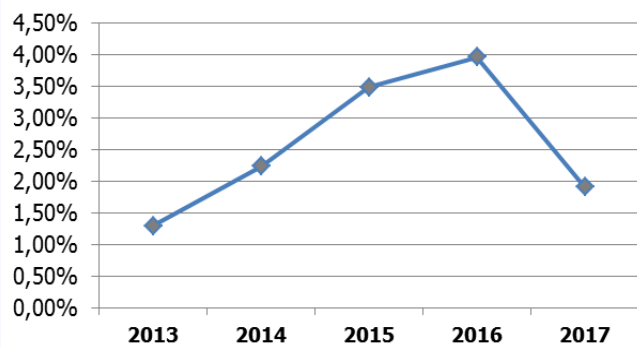
Agricultura	24,5%
Indústria	5,6%
Serviços	70,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015.

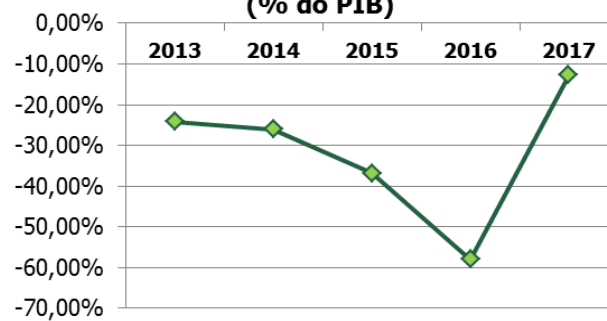
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

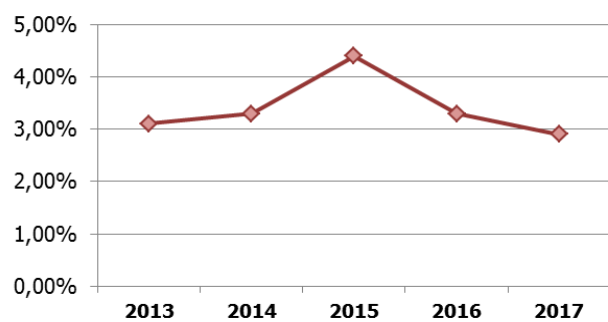
Crescimento real do PIB (%)



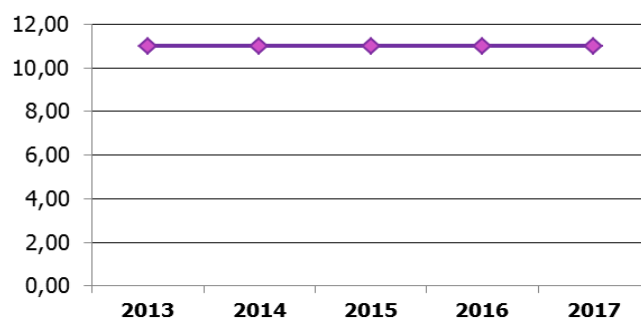
Saldo em transações correntes (% do PIB)



Inflação (%)



População (mil habitantes)



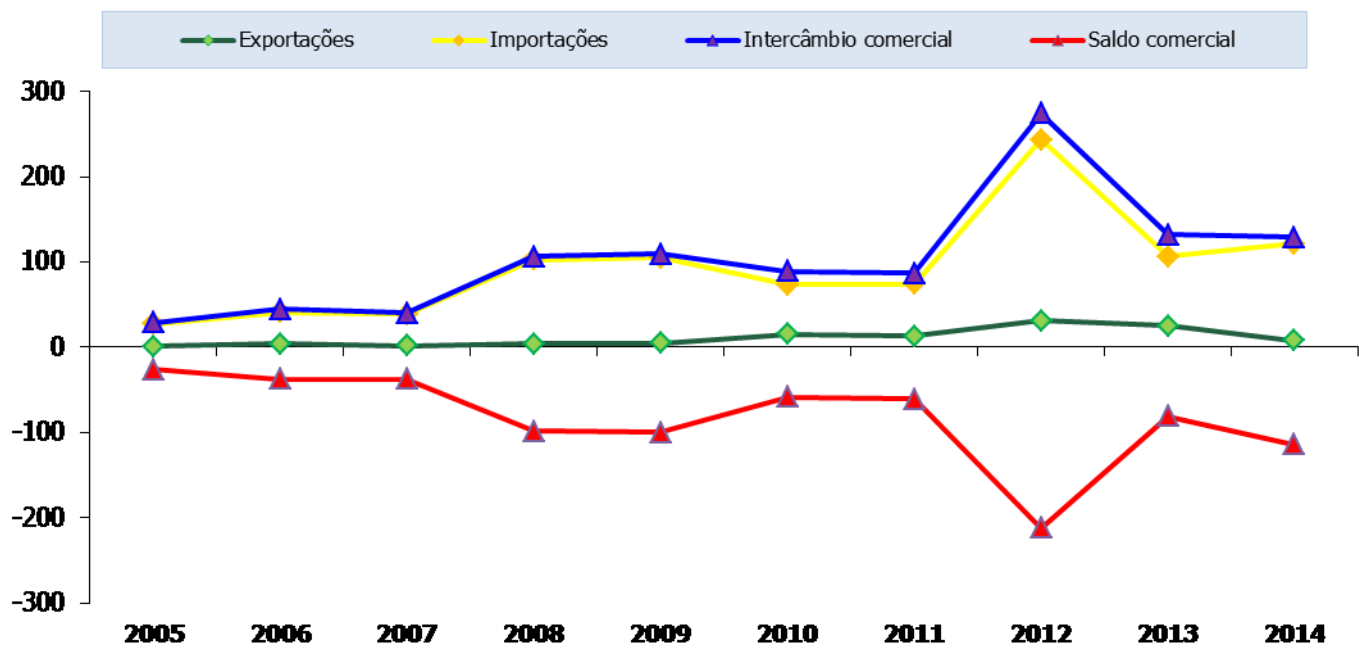
Evolução do comércio exterior de Tuvalu
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	1,2	-42,2%	27,4	67,1%	28,5	55,2%	-26,2
2006	3,9	240,3%	41,0	49,8%	44,9	57,5%	-37,1
2007	1,4	-65,2%	38,5	-6,1%	39,9	-11,2%	-37,1
2008	4,1	198,5%	102,4	165,9%	106,5	167,0%	-98,3
2009	4,6	12,1%	104,9	2,4%	109,5	2,8%	-100,3
2010	15,4	236,6%	73,6	-29,9%	89,0	-18,7%	-58,2
2011	13,3	-14,0%	73,7	0,2%	86,9	-2,3%	-60,4
2012	31,0	133,9%	243,4	230,4%	274,4	215,7%	-212,4
2013	25,3	-18,3%	106,6	-56,2%	132,0	-51,9%	-81,3
2014	7,5	-70,4%	121,7	14,1%	129,2	-2,1%	-114,2
Var. % 2005-2014	549,4%	--	344,7%	--	353,0%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das exportações de Tuvalu

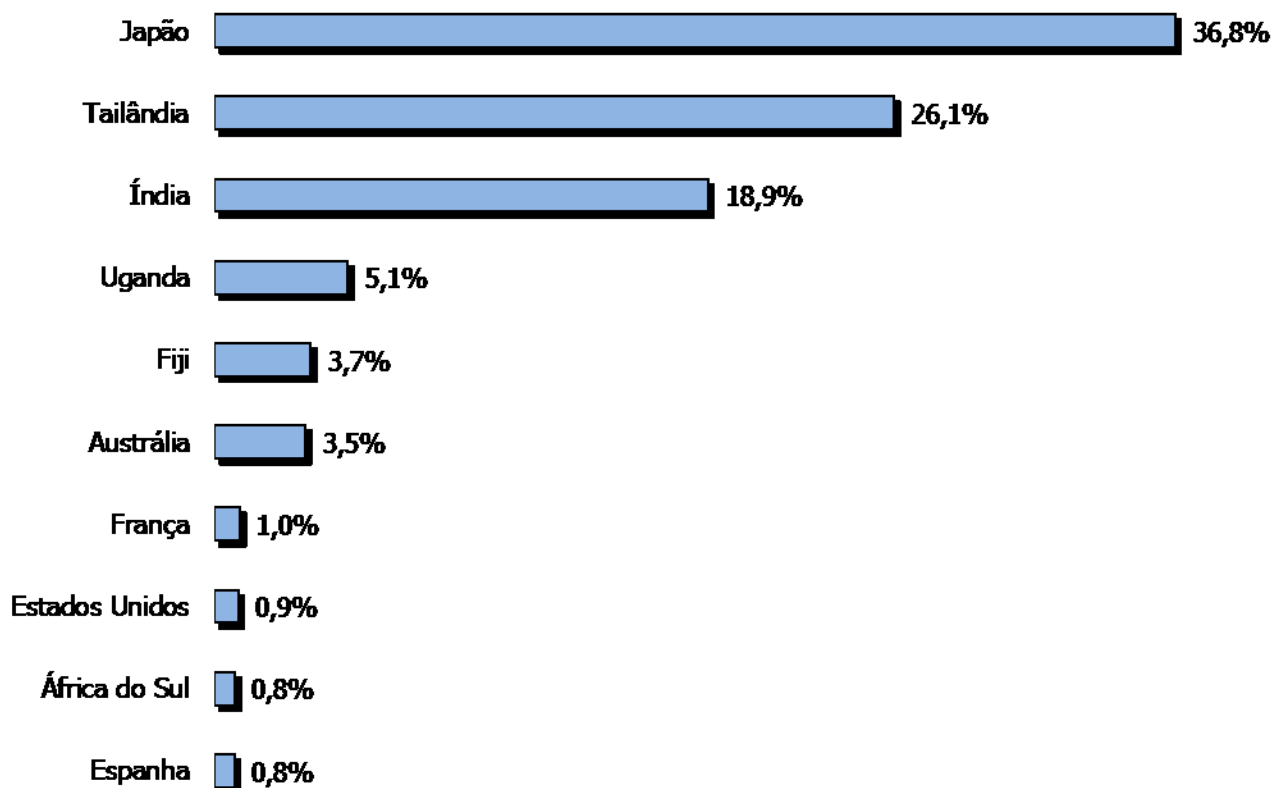
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Japão	2,76	36,8%
Tailândia	1,95	26,1%
Índia	1,42	18,9%
Uganda	0,38	5,1%
Fiji	0,28	3,7%
Austrália	0,26	3,5%
França	0,073	1,0%
Estados Unidos	0,069	0,9%
África do Sul	0,059	0,8%
Espanha	0,058	0,8%
...		
Brasil (28ª posição)	0,002	0,0%
Subtotal	7,32	97,7%
Outros países	0,18	2,3%
Total	7,49	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



Origem das importações de Tuvalu

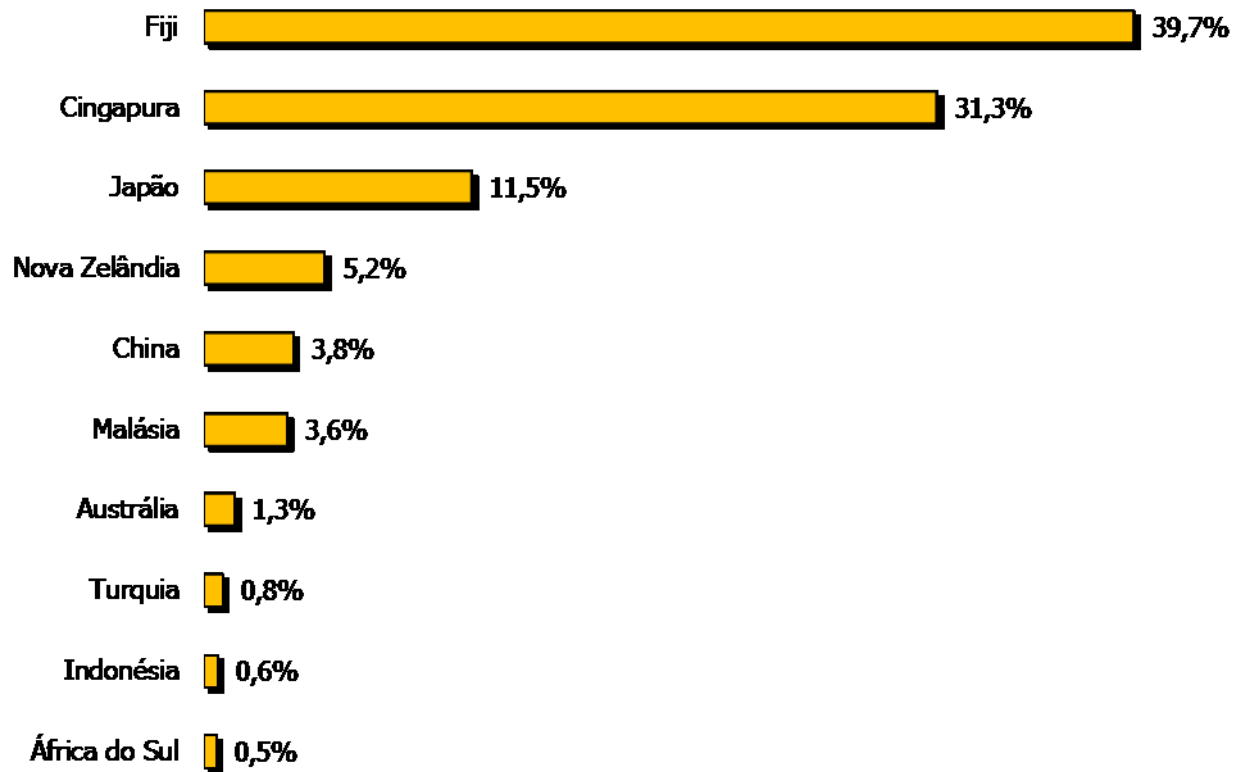
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Fiji	48,35	39,7%
Cingapura	38,13	31,3%
Japão	13,94	11,5%
Nova Zelândia	6,28	5,2%
China	4,65	3,8%
Malásia	4,32	3,6%
Austrália	1,60	1,3%
Turquia	0,97	0,8%
Indonésia	0,71	0,6%
África do Sul	0,64	0,5%
...		
<i>Brasil (12ª posição)</i>	<i>0,45</i>	<i>0,4%</i>
Subtotal	120,03	98,6%
Outros países	1,65	1,4%
Total	121,68	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Tuvalu

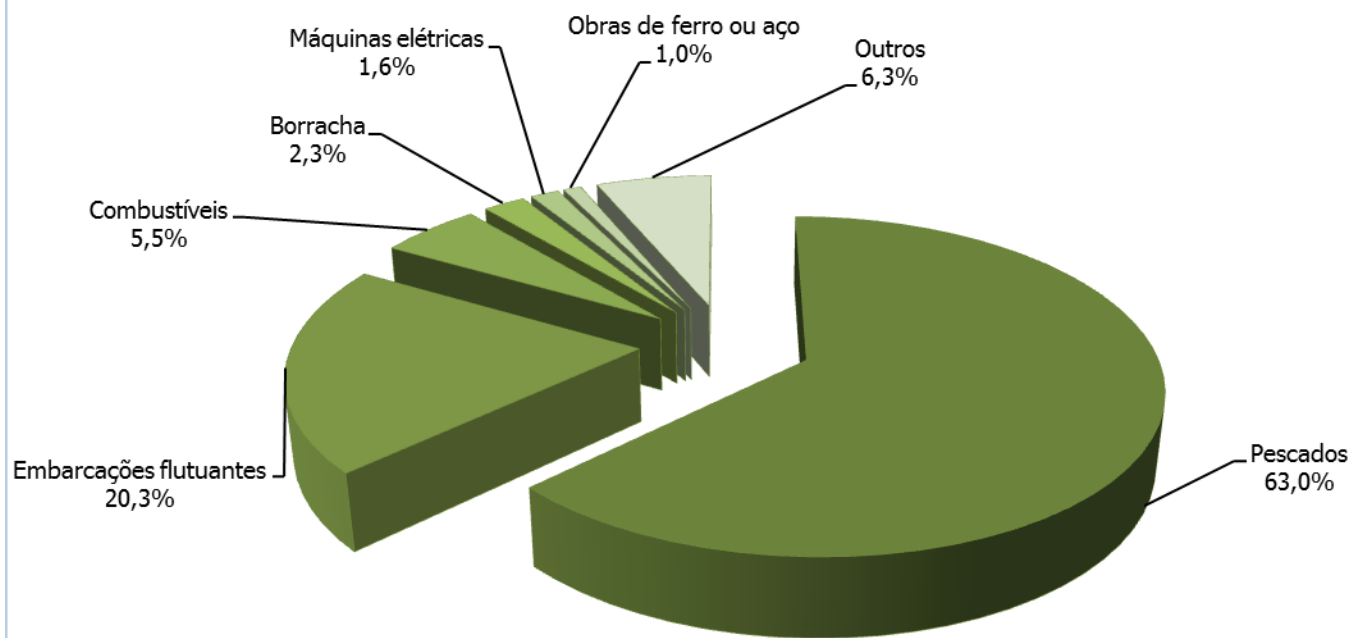
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Pescados	4,72	63,0%
Embarcações flutuantes	1,52	20,3%
Combustíveis	0,41	5,5%
Borracha	0,17	2,3%
Máquinas elétricas	0,12	1,6%
Obras de ferro ou aço	0,07	1,0%
Subtotal	7,02	93,7%
Outros	0,48	6,3%
Total	7,49	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Principais grupos de produtos exportados



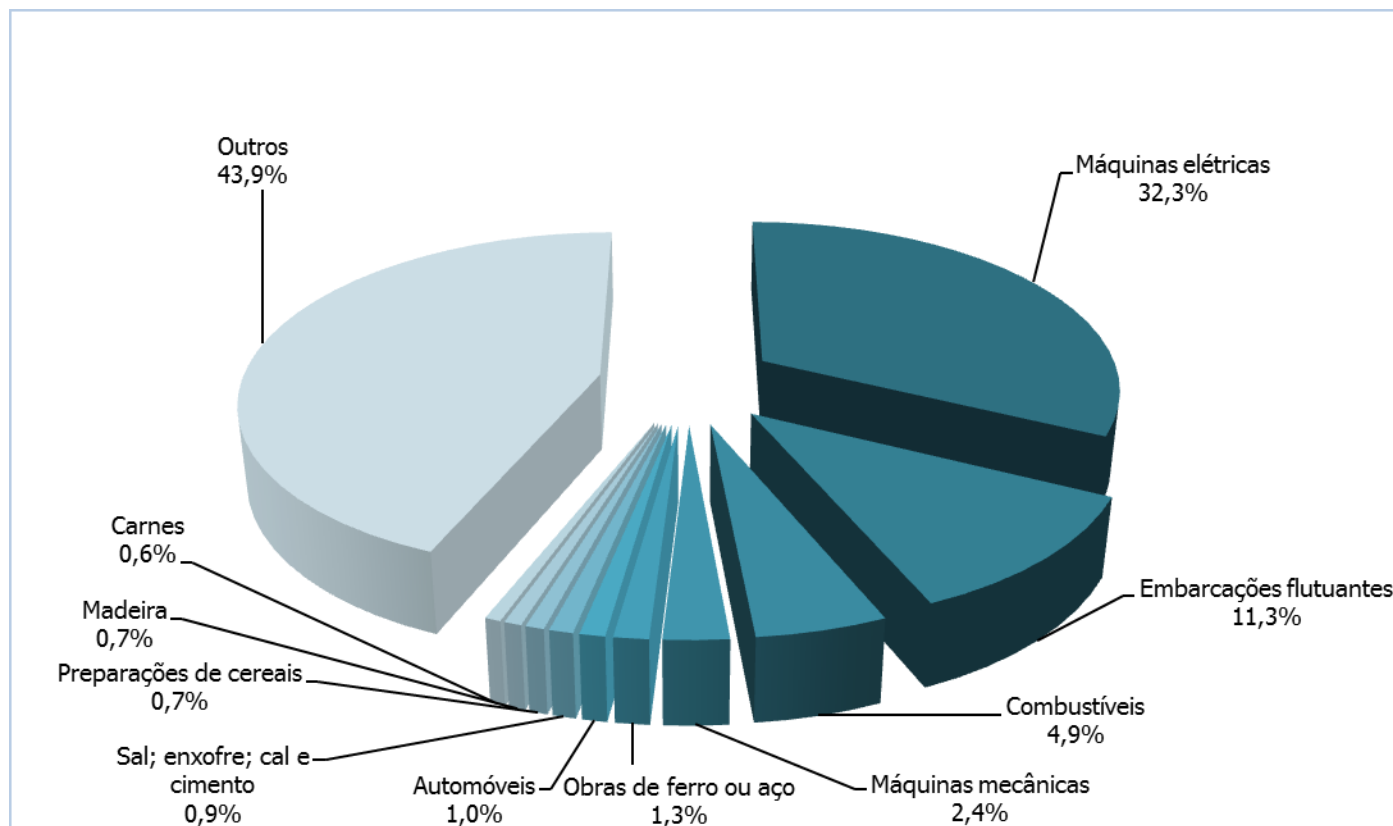
Composição das importações de Tuvalu

US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	39,27	32,3%
Embarcações flutuantes	13,78	11,3%
Combustíveis	5,99	4,9%
Máquinas mecânicas	2,98	2,4%
Obras de ferro ou aço	1,59	1,3%
Automóveis	1,16	1,0%
Sal; enxofre; cal e cimento	1,09	0,9%
Preparações de cereais	0,86	0,7%
Madeira	0,80	0,7%
Carnes	0,74	0,6%
Subtotal	68,27	56,1%
Outros	53,41	43,9%
Total	121,68	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tuvalu

US\$ mil

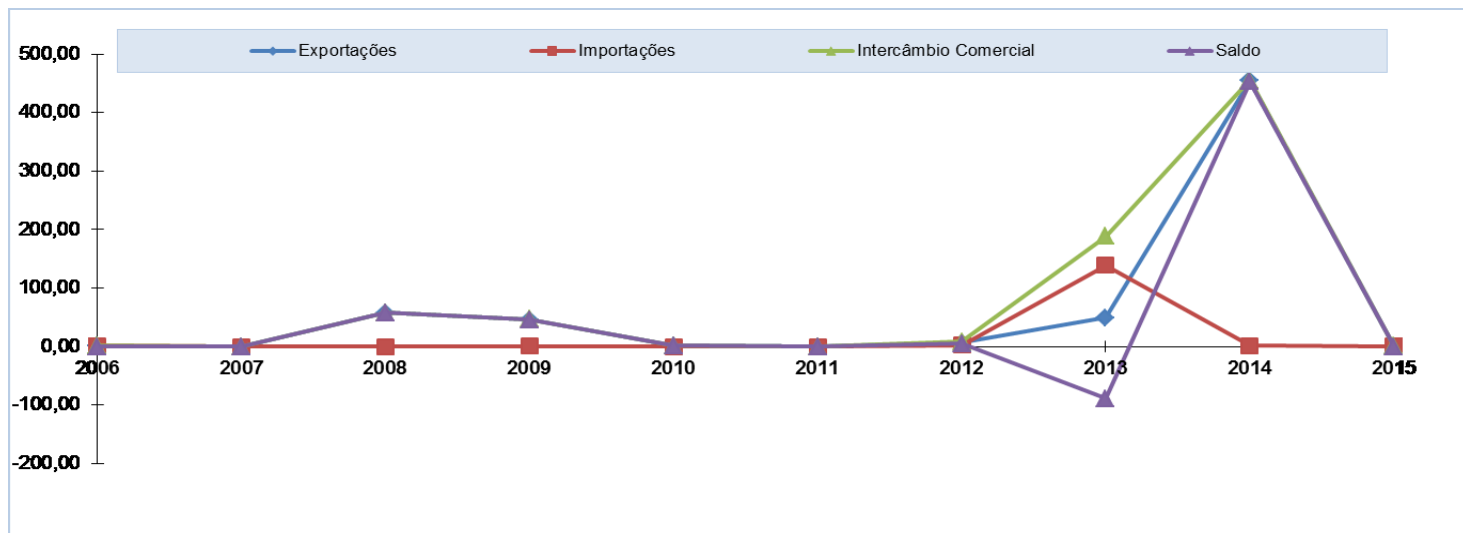
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	0,36	-72,7%	0,00%	0,91	n.a.	0,00%	1,27	-3,8%	0,00%	-0,55
2007	0,00	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00
2008	58,02	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	58,02	n.a.	0,00%	58,02
2009	45,83	-21,0%	0,00%	0,34	n.a.	0,00%	46,16	-20,4%	0,00%	45,49
2010	0,99	-97,8%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,99	-97,9%	0,00%	0,99
2011	0,00	n.a.	0,00%	0,03	n.a.	0,00%	0,03	n.a.	0,00%	-0,03
2012	6,50	n.a.	0,00%	2,01	(+)	0,00%	8,51	(+)	0,00%	4,50
2013	49,20	656,9%	0,00%	138,58	(+)	0,00%	187,78	(+)	0,00%	-89,38
2014	453,96	822,7%	0,00%	1,65	-98,8%	0,00%	455,61	142,6%	0,00%	452,31
2015	0,00	n.a.	0,00%	0,33	-80,3%	0,00%	0,33	-99,9%	0,00%	-0,33
2016 (jan-fev)	0,0	n.a.	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	0,0	#####	0,00%	0,0
Var. % 2006-2015	-100,0%		--	-64,2%		--	-74,3%		--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

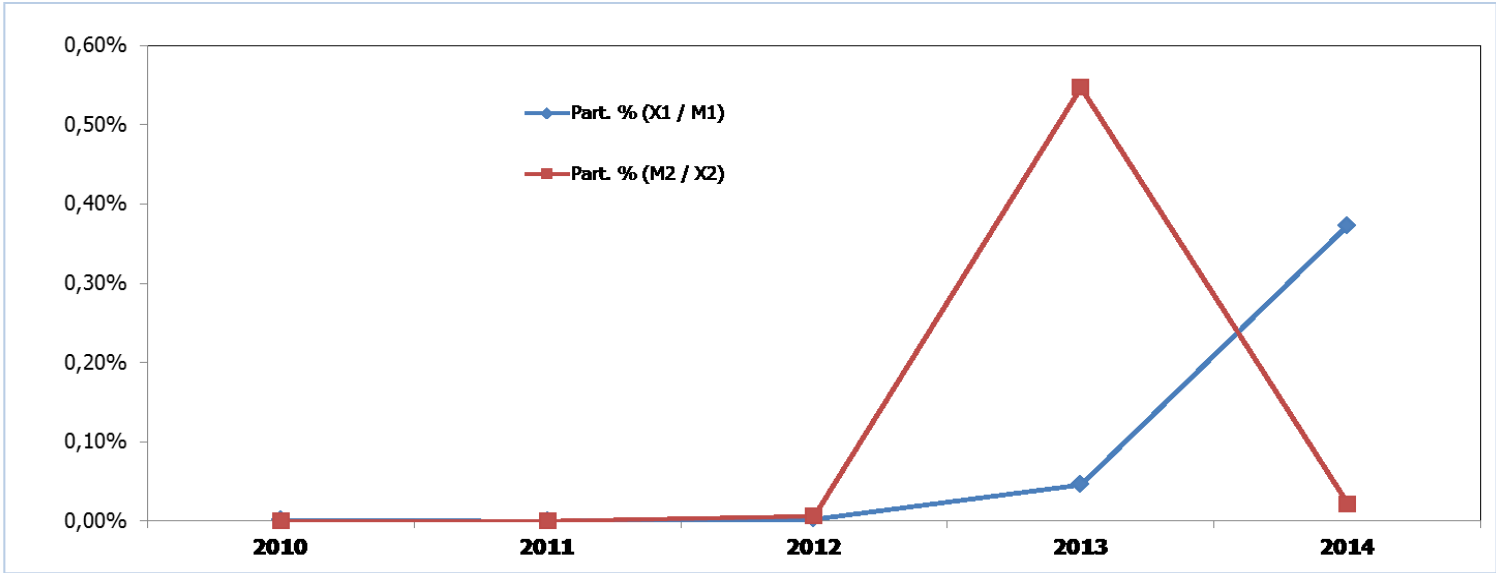
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio de Tuvalu**US\$ milhões**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Tuvalu (X1)	0,001	0,000	0,007	0,049	0,454	45708,0%
Importações totais de Tuvalu (M1)	73,6	73,7	243,4	106,6	121,7	65,4%
Part. % (X1 / M1)	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,37%	27591,5%
Importações do Brasil originárias de Tuvalu (M2)	0,000	0,000	0,002	0,139	0,002	n.a.
Exportações totais de Tuvalu (X2)	15,4	13,3	31,0	25,3	7,5	-51,4%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,55%	0,02%	n.a.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Tuvalu e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.
n.a. Critério não aplicável.*

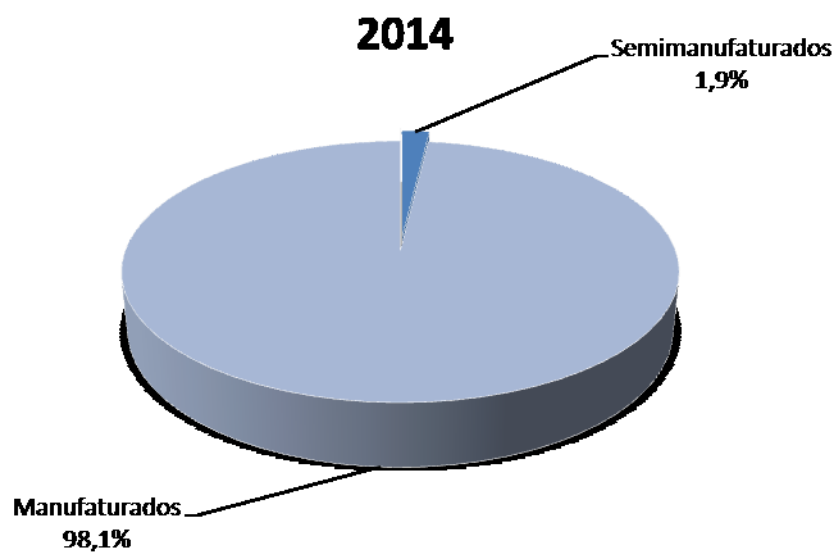


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

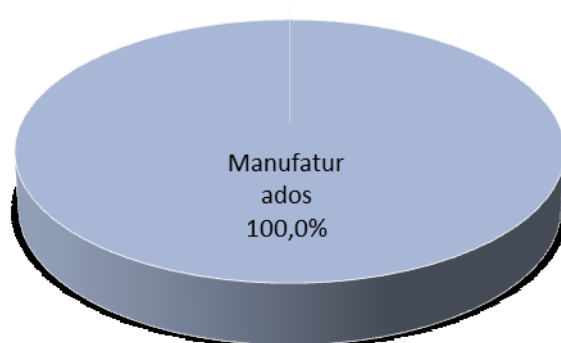
Exportações Brasileiras⁽¹⁾

Sem base de comparação. Não houve exportações brasileiras para Tuvalu em 2015

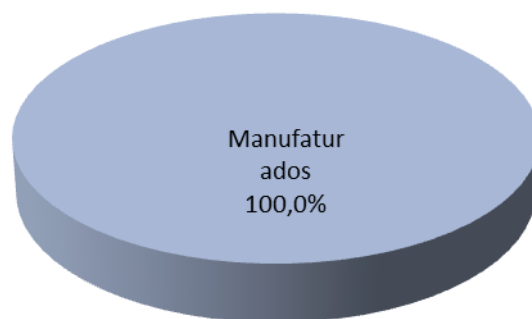


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - L

(1) Exclusive transações especia...

web, Março de 2016.

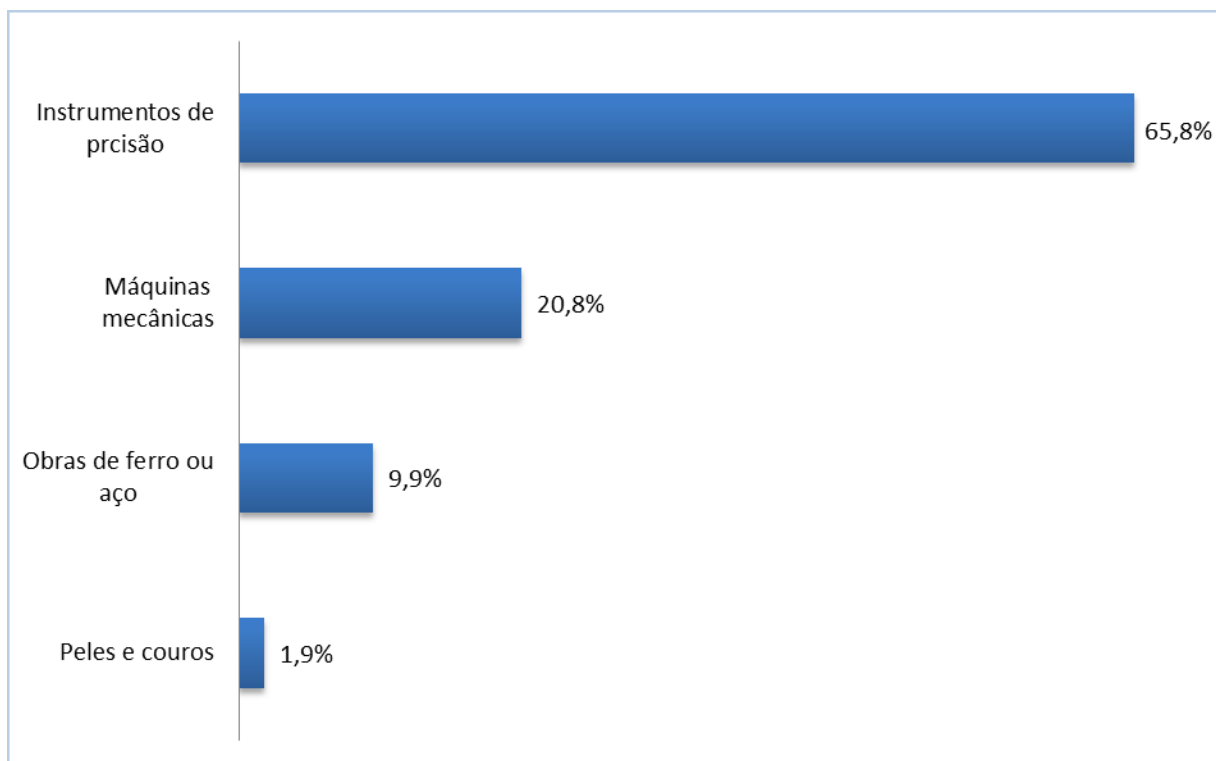
Composição das exportações brasileiras para Tuvalu

US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Instrumentos de precisão	0,00	0,0%	298,86	65,8%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	94,38	20,8%
Obras de ferro ou aço	0,00	0,0%	44,85	9,9%
Peles e couros	0,00	0,0%	8,40	1,9%
Açúcar	42,37	86,1%	0,00	0,0%
Cereais	6,83	13,9%	0,00	0,0%
Subtotal	49,20	100,0%	446,49	98,4%
Outros produtos	0,00	0,0%	7,47	1,6%
Total	49,20	100,0%	453,96	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

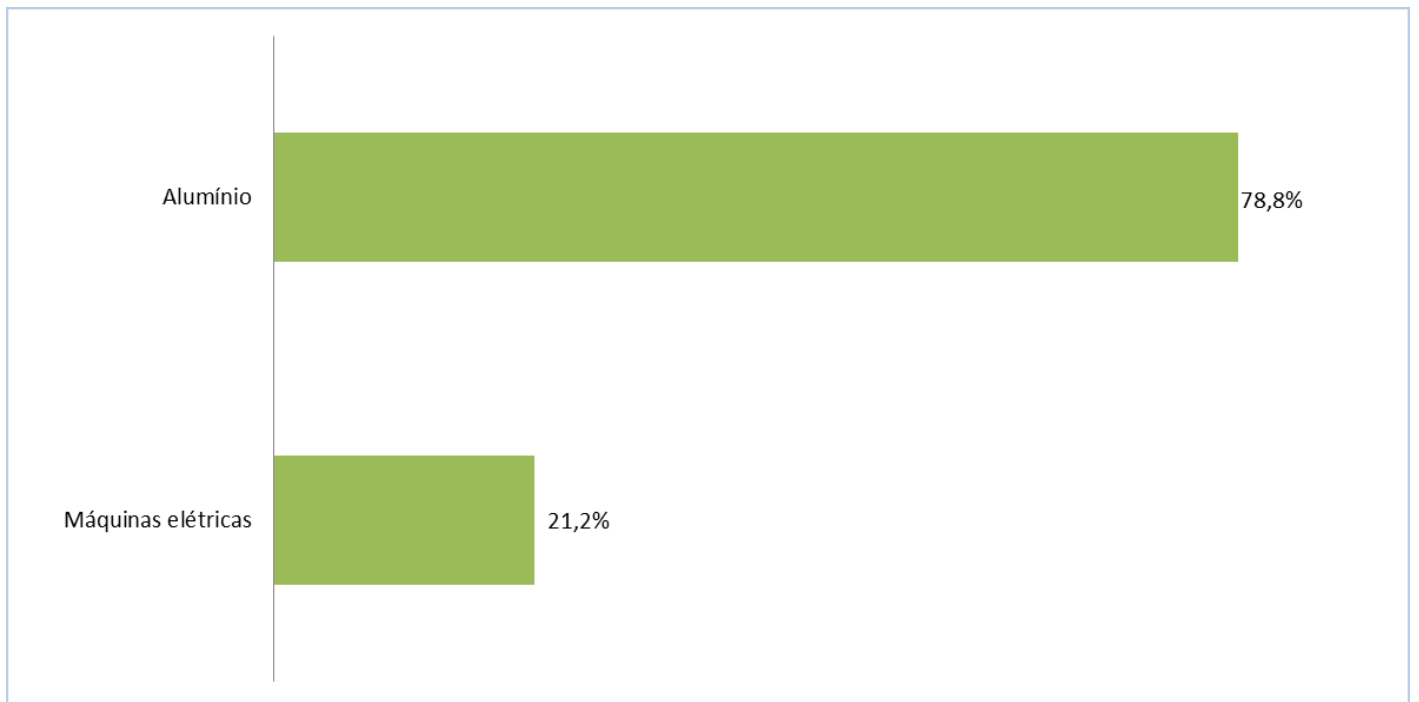


Composição das importações brasileiras originárias de Tuvalu
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,26	78,8%
Máquinas elétricas	0,00	0,0%	0,08	4,8%	0,07	21,2%
Plásticos	0,00	0,0%	1,08	65,4%	0,00	0,0%
Cobre	0,00	0,0%	0,49	29,8%	0,00	0,0%
Borracha	97,40	70,3%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Vestuário exceto de malha	41,18	29,7%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	138,58	100,0%	1,65	100,0%	0,33	100,0%
Outros produtos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total	138,58	100,0%	1,65	100,0%	0,33	100,0%


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

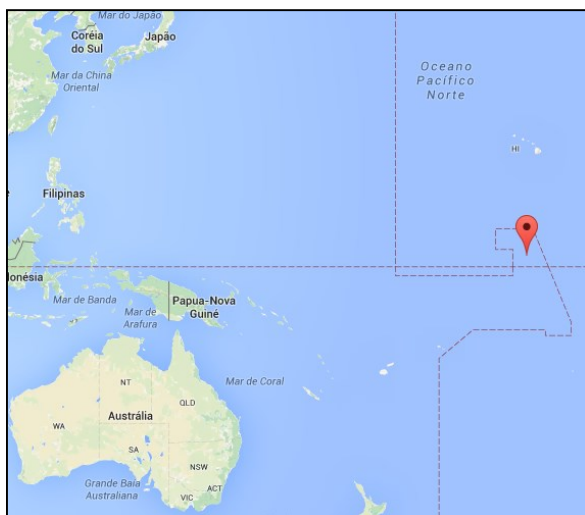
Não houve exportação brasileira para Tuvalu no período de jan-fev/2015 e de jan-fev/2016.

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015
Importações					
Alumínio	0,26	100,0%	0,00	100,0%	 <p>A horizontal bar chart with a light blue bar representing 100.0% of the total. The y-axis is labeled 'Alumínio' and the x-axis is labeled '100,0%'.</p>
Subtotal	0,26	100,0%	0,00	100,0%	
Outros produtos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Total	0,26	100,0%	0,00	100,0%	

Elaborado pela MREX/DEPEX/DOC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MREX/SECEX/ANACOMEX, Março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

KIRIBATI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE KIRIBATI	
NOME OFICIAL:	República de Kiribati
GENTÍLICO:	quiribatiano
CAPITAL:	Tarawa
ÁREA:	811km ²
POPULAÇÃO:	114 mil
IDIOMA OFICIAL:	gilbertês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano (56%), Igreja Presbiteriana de Kempsville (33%), Mormonismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República democrática
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (46 membros, sendo 44 eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o advogado-geral. O mandato dura 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
CHANCELER:	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 164 milhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 196 milhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 1.854
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 1.719
VARIAÇÃO DO PIB	3,13% (2015); 3,74% (2014); 2,39% (2013) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,590 (137ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	66 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2010):	30,6% (World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar quiribatiano e dólar australiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-KIRIBATI (fonte: MDIC)									
Brasil → Kiribati	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	0	9,2	32,1	159,4	136,7	94	396,9	245,6	34
Exportações	0	0	32,1	159,4	136,7	0,05	174,1	245,6	34
Importações	0	9,2	0	0	0	93,9	222,8	0	0
Saldo	0	-9,2	32,1	159,4	136,7	93,9	-48,6	245,6	34

(Em US\$ milhares)

Informação elaborada em 04/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

APRESENTAÇÃO

Kiribati é um país da Oceania que conta com uma área total de 811km² e uma população de 105 mil habitantes. O país é um dos mais isolados do mundo, constituído de 32 atóis espalhados por uma área de cerca de 3,5 milhões de km² no Pacífico. Os atóis têm altitude média não superior a 2 metros acima do mar, fazendo de Kiribati um dos países mais vulneráveis à mudança climática. Kiribati tem tomado iniciativas importantes na área de meio ambiente.

Kiribati (Micronésia) e Tuvalu (Polinésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao tornarem-se independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. A República de Kiribati tornou-se independente em 1979.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Taneti Maamau
Presidente de Kiribati



Natural da ilha de Onotoa e candidato da coligação Tobwaan Kiribati, Maamau era deputado antes de concorrer às eleições presidenciais e foi um ativo líder oposicionista durante a última década, tendo já exercido cargo de Secretário das Finanças em administração anterior.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho chefiou missão oficial a Kiribati e a outras ilhas do Pacífico, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati em 21 de setembro de 2010, por meio de Comunicado Conjunto assinado em Nova York.

Em 2011, a embaixadora do Brasil em Wellington esteve em Kiribati, ocasião em que foi recebida pelo presidente Anote Tong e por altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Imigração, que demonstraram dar grande valor à aproximação com o Brasil. O presidente Anote Tong fez diversas referências positivas ao Brasil, demonstrando seu interesse pelo país. Afirmou que Kiribati habitualmente apoia o Brasil em foros internacionais, em especial em temas relacionados a clima, e disse que esperava receber cooperação também em agricultura e outras áreas. Há potencial para cooperação no campo da saúde, em termos de contratação de médicos, dentistas e construção de hospitais.

Em encontro com autoridades do Kiribati em novembro de 2013, o Embaixador do Brasil na Nova Zelândia constatou haver possibilidade e interesse de cooperação em matéria de processo legislativo, pesca, esportes (especialmente futebol), educação, processamento de lixo, captação de energia solar, formação profissional, políticas para mulheres, saneamento e outras áreas, em particular quanto a projetos de maior escopo social.

Nacionais de Kiribati deverão participar dos Jogos Olímpicos no Brasil em 2016, nas modalidades de boxe e levantamento de peso.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos interesses dos cidadãos brasileiros em Kiribati.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Kiribati.

POLÍTICA INTERNA

O país tem tradição de estabilidade política. Por doze anos, o Presidente foi Anote Tong, eleito em 2003 e reeleito em 2007 e 2012. Tong é membro do partido ‘Pillars of Truth’ (‘Boutokaan Te Koaua’). Outro partido de destaque no país é o ‘Protect the Maneaba’ (‘Maneaban Te Mauri’).

Após 12 anos de governo, máximo previsto para a função, Anote Tong deixou o cargo em março de 2016 para entregá-lo ao candidato eleito da oposição, Taneti Maamau, que se torna o quinto presidente do país desde a sua independência em 1979.

Num pleito sem incidentes, Taaneti Mamau, da coligação Tobwaan Kiribati, derrotou com folga os candidatos da Boutokaan Te Koaua, ou partido BTK, Rimeta Beniamina e Tianeti Ioane. Seu vice-presidente é Kourabi Nenem.

O sistema legislativo é composto pela Casa da Assembleia unicameral, a qual é composta por 46 membros. Desse total, 44 são eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro é escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o último membro é o advogado-geral do país. Os membros são eleitos para mandatos de quatro anos.

Já o sistema judiciário é composto por cortes de magistrados, pela Corte de Apelação e pela Alta Corte, que é a principal instância judiciária do país.

POLÍTICA EXTERNA

Kiribati mantém relações próximas com seus vizinhos do Pacífico, como Austrália e Nova Zelândia. O país é parceiro em empreendimentos pesqueiros com o Japão, Coreia do Sul, China, Taiwan e EUA.

É membro do Fórum das Ilhas do Pacífico e outras organizações regionais. Tornou-se membro da ONU em 1999. É, também, membro do Banco de Desenvolvimento da Ásia, FMI, Banco Mundial, OMC, UNESCO, OMS, OIT e FAO. Em 2013, tornou-se o 133º membro do G77.

Em participação recente na Assembleia Geral da ONU, o então presidente Anote Tong afirmou que a mudança do clima é uma ameaça existencial para os Estados insulares e convidou os Estados-Membros a assumirem compromissos com a redução de gases de efeito estufa e com a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Tong argumentou que não se pode falar em desenvolvimento sustentável sem se reconhecer o problema da mudança do clima e recordou as medidas de mitigação e

de prevenção que o governo de Kiribati implementou, bem como os investimentos em educação.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia de Kiribati enfrenta restrições comuns aos outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. O país é pequeno, isolado, geograficamente fragmentado, apresenta terras inférteis e recursos limitados, ao mesmo tempo em que precisa gerar empregos e desenvolvimento para uma população em crescimento. O relativo bem-estar social, que provém da estabilidade e de tradições culturais muito fortes, sofre com o rápido crescimento populacional.

A economia de Kiribati está baseada na concessão de licenças de pesca a barcos estrangeiros e nas remessas de seus nacionais no exterior, principalmente de marinheiros. A copra (polpa seca do côco) é o principal produto exportado. Além de pescado, algumas frutas (banana e mamão) e legumes (abóbora, fruta-pão), tudo que se consome em Kiribati é importado (de Austrália, Nova Zelândia, Taiwan, Japão e outros países asiáticos em menor escala). Apesar das limitações, Kiribati apresenta uma situação financeira estável, fruto de gasto público controlado e de investimentos offshore.

O desemprego é um ponto de preocupação no país. Há busca de empregos de nacionais de Kiribati em outros países, para desempenho não apenas de atividades marítimas, como também para atividades de colheita de frutas em Guam ou de cana-de-açúcar na Austrália, bem como para trabalho em setores turísticos, como em cruzeiros de grande porte.

O comércio com o Brasil é bastante modesto. O Brasil é tradicionalmente superavitário no comércio bilateral. O pico das exportações e do saldo brasileiro aconteceu em 2008, quando o Brasil exportou US\$ 264 mil e obteve um superávit do mesmo valor, uma vez que não houve importações. Já a maior corrente de comércio ocorreu em 2011, quando o Brasil exportou US\$ 174 mil e importou US\$ 223 mil, contrariando a tendência superavitária do comércio bilateral, com um déficit para o Brasil de US\$ 49 mil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1979	Kiribati torna-se independente do Reino Unido.
1999	Kiribati torna-se membro da ONU.
2003	Aote Tong é eleito presidente. É reeleito em 2007 e 2012.
2016	Taneti Maamau torna-se o quinto presidente do país desde a sua independência em 1979.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Kiribati em missão oficial.
2010	Assinatura do Comunicado Conjunto de estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Kiribati, em Nova York.
2011	Embaixadora do Brasil em Wellington visita Kiribati e é recebida pelo Presidente Aote Tong.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos de Kiribati

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,39%	3,74%	3,13%	1,85%	2,09%
PIB nominal (US\$ milhões)	181	181	164	166	169
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.656	1.619	1.443	1.429	1.425
PIB PPP (US\$ bilhões)	179	189	196	202	210
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.635	1.690	1.726	1.744	1.776
População (mil habitantes)	109	112	114	116	118
Inflação (%) ⁽²⁾	0,83%	3,12%	1,40%	0,30%	0,75%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-21,78%	4,07%	-24,88%	-26,84%	-20,77%

Origem do PIB (2012 Estimativa)

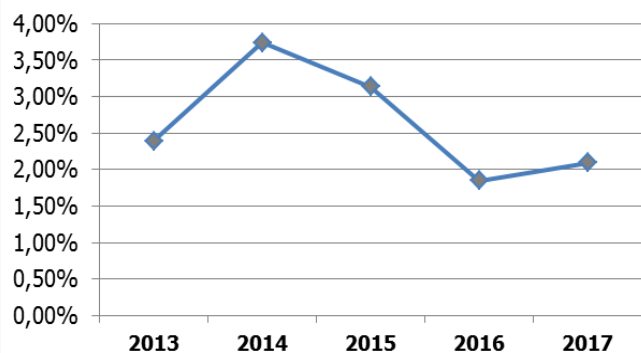
Agricultura	26,3%
Indústria	9,2%
Serviços	64,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015.

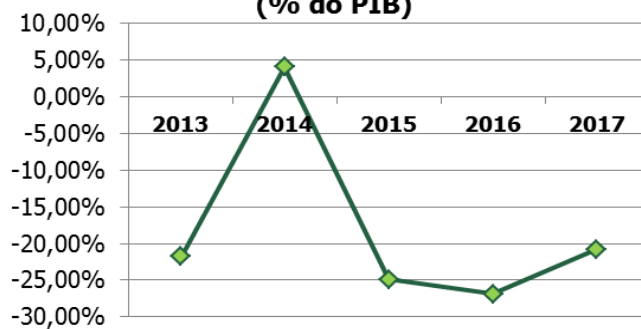
(1) Estimativas FMI.

(2) Média de fim de período.

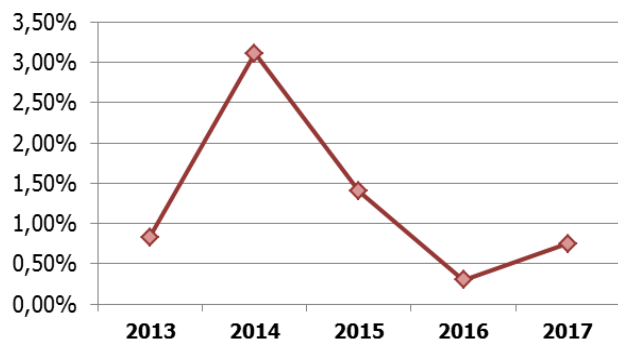
Crescimento real do PIB (%)



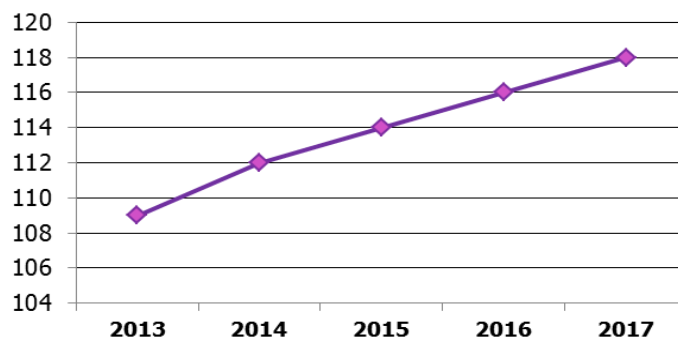
Saldo em transações correntes (% do PIB)



Inflação (%)



População (mil habitantes)



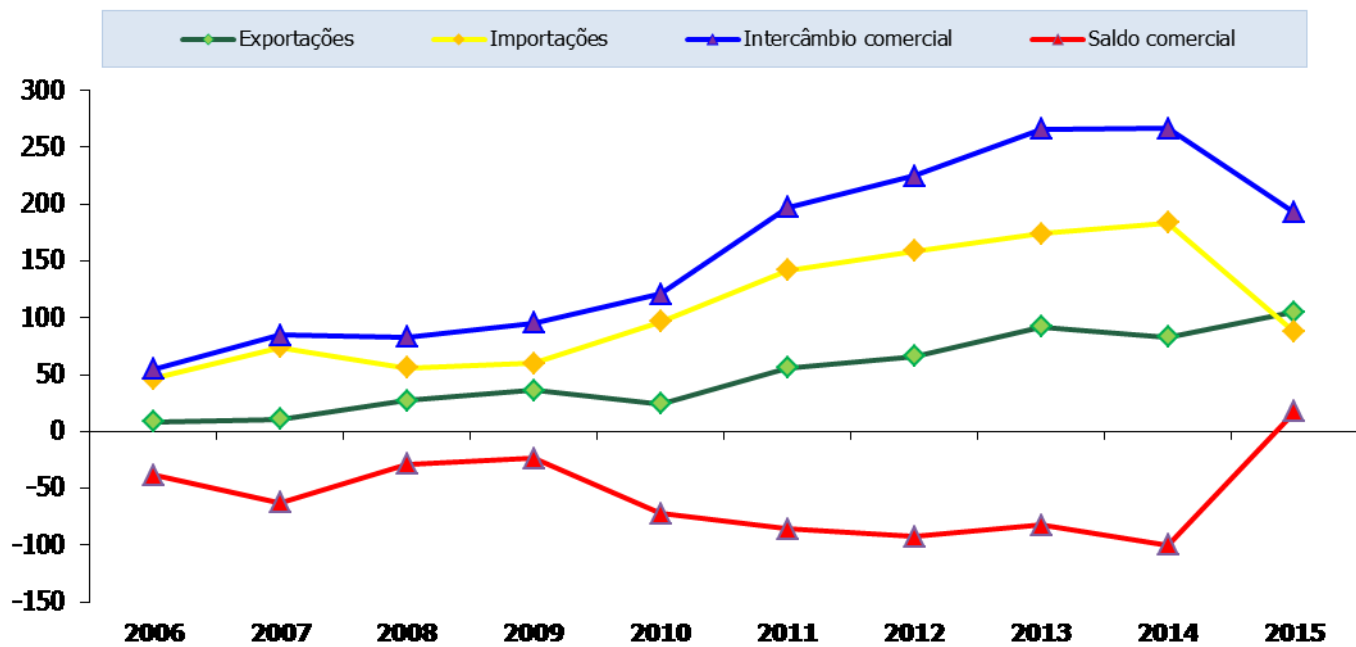
Evolução do comércio exterior de Kiribati
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	8,4	22,7%	46,5	-18,5%	54,8	-14,1%	-38,1
2007	11,0	31,7%	73,8	58,8%	84,8	54,7%	-62,8
2008	27,1	146,5%	56,1	-23,9%	83,2	-1,8%	-29,0
2009	35,9	32,6%	59,7	6,3%	95,6	14,8%	-23,7
2010	24,3	-32,5%	96,4	61,7%	120,7	26,3%	-72,2
2011	55,8	130,0%	141,6	46,8%	197,4	63,6%	-85,8
2012	66,2	18,7%	158,8	12,1%	225,1	14,0%	-92,6
2013	91,9	38,7%	174,1	9,6%	266,0	18,2%	-82,2
2014	83,3	-9,3%	183,4	5,4%	266,7	0,3%	-100,1
2015	105,0	26,0%	87,8	-52,2%	192,8	-27,7%	17,3
Var. % 2006-2015	1157,4%	--	88,9%	--	251,8%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das exportações de Kiribati

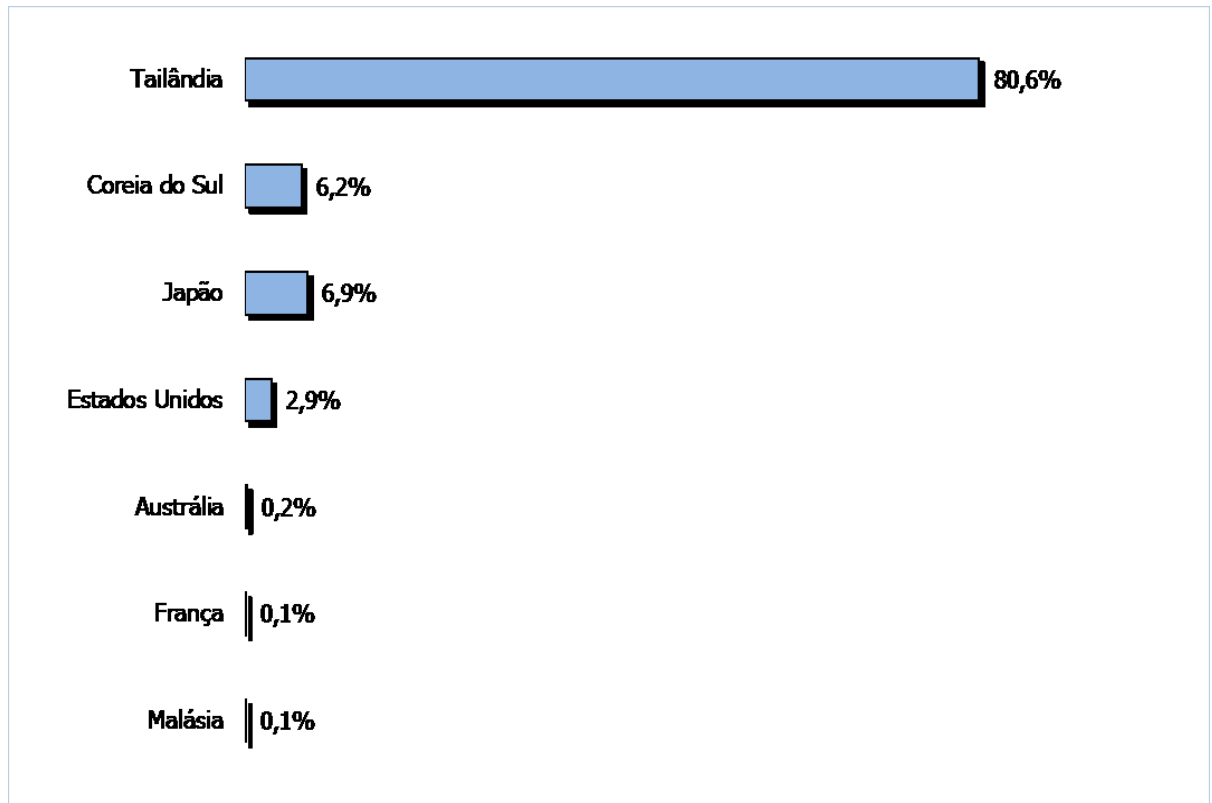
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Tailândia	84,70	80,6%
Coreia do Sul	6,54	6,2%
Japão	7,22	6,9%
Estados Unidos	3,07	2,9%
Austrália	0,24	0,2%
França	0,07	0,1%
Malásia	0,06	0,1%
...		
<i>Brasil (22ª posição)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	101,91	97,0%
Outros países	3,12	3,0%
Total	105,03	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Principais destinos das exportações



Origem das importações de Kiribati

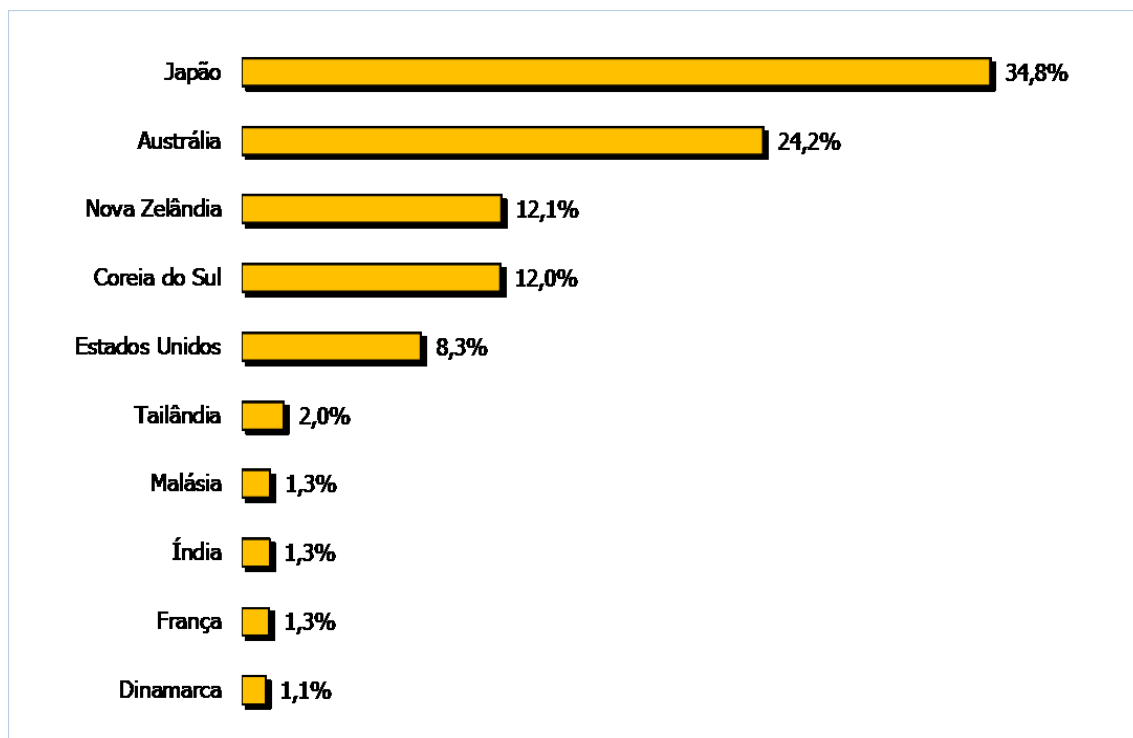
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part. % no total
Japão	30,51	34,8%
Austrália	21,25	24,2%
Nova Zelândia	10,59	12,1%
Coreia do Sul	10,56	12,0%
Estados Unidos	7,32	8,3%
Tailândia	1,72	2,0%
Malásia	1,17	1,3%
Índia	1,16	1,3%
França	1,13	1,3%
Dinamarca	0,98	1,1%
...		
<i>Brasil (20ª posição)</i>	<i>0,03</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	86,43	98,5%
Outros países	1,33	1,5%
Total	87,76	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Kiribati

US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Pescados	77,38	92,9%
Embarcações flutuantes	2,01	2,4%
Máquinas elétricas	0,96	1,1%
Soja em grãos e sementes	0,83	1,0%
Gorduras e óleos	0,50	0,6%
Instrumentos de precisão	0,37	0,4%
Subtotal	82,04	98,5%
Outros	1,29	1,5%
Total	83,33	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

(1) Última posição disponível em 07/03/2016.

Principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Kiribati

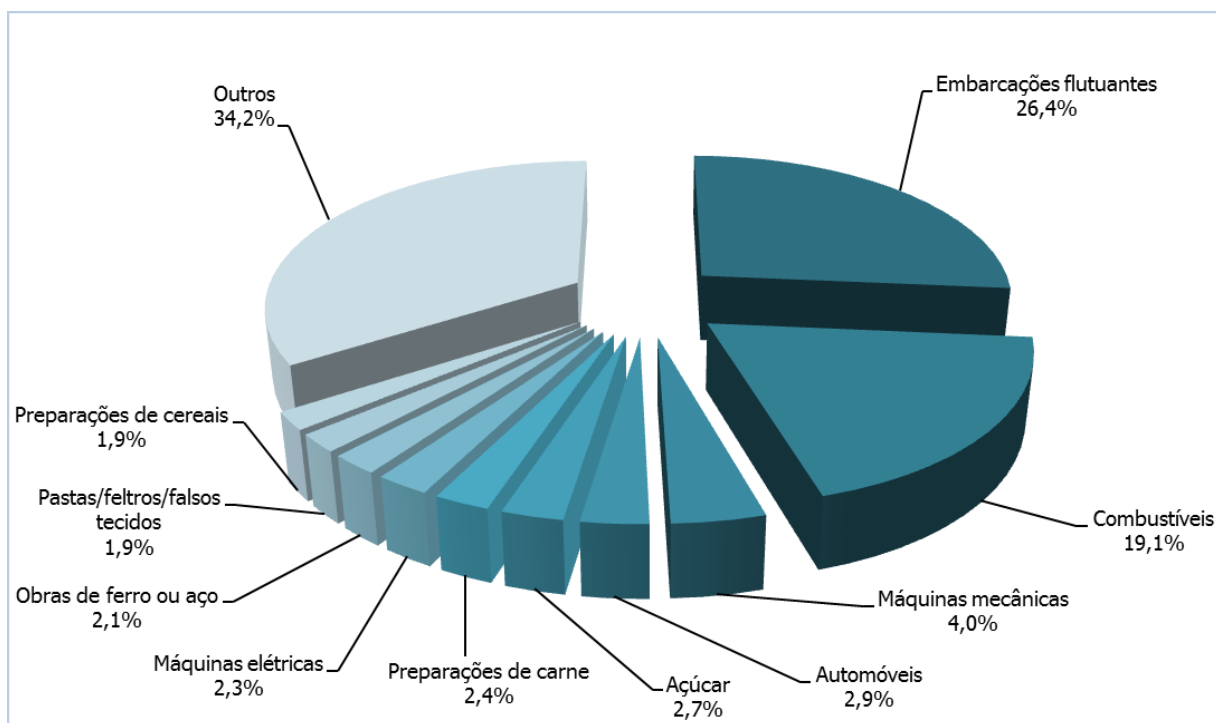
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Embarcações flutuantes	48,43	26,4%
Combustíveis	35,10	19,1%
Máquinas mecânicas	7,38	4,0%
Automóveis	5,30	2,9%
Açúcar	4,88	2,7%
Preparações de carne	4,42	2,4%
Máquinas elétricas	4,30	2,3%
Obras de ferro ou aço	3,86	2,1%
Pastas/feltros/falsos tecidos	3,57	1,9%
Preparações de cereais	3,55	1,9%
Subtotal	120,78	65,8%
Outros	62,64	34,2%
Total	183,42	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

(1) Última posição disponível em 07/03/2016.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Kiribati

US\$ mil

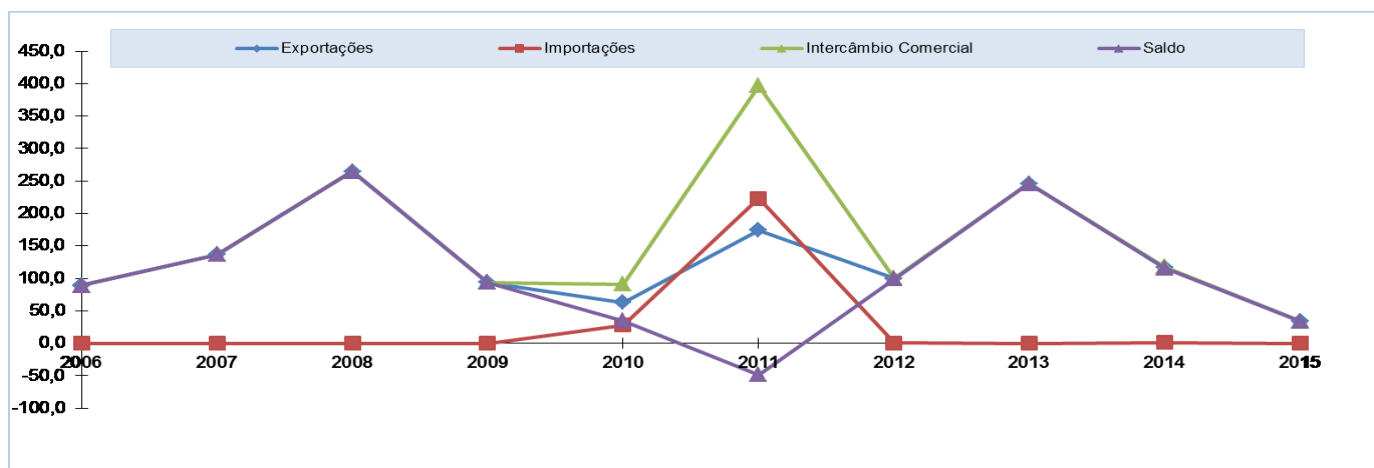
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2006	88,8	-44,3%	0,00%	0,1	n.a.	0,00%	88,9	-44,3%	0,00%	88,8
2007	136,8	54,0%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	136,8	53,9%	0,00%	136,8
2008	264,3	93,2%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	264,3	93,2%	0,00%	264,3
2009	94,0	-64,5%	0,00%	0,1	n.a.	0,00%	94,0	-64,4%	0,00%	93,9
2010	62,8	-33,1%	0,00%	28,2	(+)	0,00%	91,0	-3,2%	0,00%	34,7
2011	174,1	177,1%	0,00%	222,8	690,3 %	0,00%	396,9	336,0%	0,00%	-48,7
2012	99,9	-42,6%	0,00%	0,6	-99,7%	0,00%	100,5	-74,7%	0,00%	99,4
2013	245,7	145,9%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	245,7	144,5%	0,00%	245,7
2014	117,0	-52,4%	0,00%	0,9	n.a.	0,00%	117,9	-52,0%	0,00%	116,0
2015	34,1	-70,8%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	34,1	-71,1%	0,00%	34,1
2016 (jan-fev)	34,1	n.a.	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	34,1	n.a.	0,00%	34,1
Var. % 2006-2015	-61,6%		--	-100,0%		--	-61,6%		--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

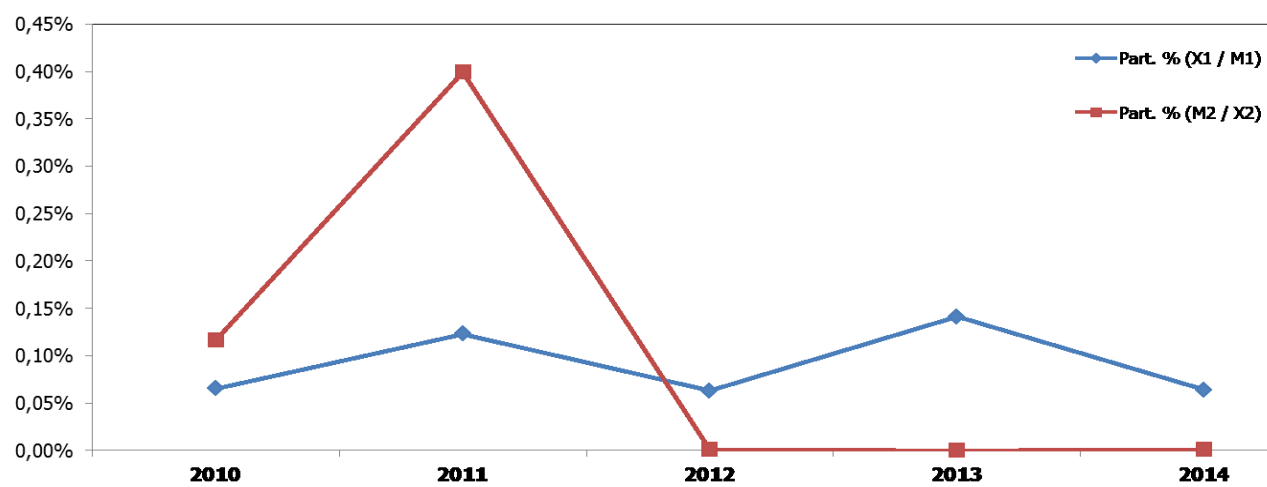
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio de Kiribati**US\$ milhões**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Kiribati (X1)	0,06	0,17	0,10	0,25	0,12	86,1%
Importações totais de Kiribati (M1)	96,4	141,6	158,8	174,1	183,4	90,2%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,12%	0,06%	0,14%	0,06%	-2,1%
Importações do Brasil originárias de Kiribati (M2)	0,028	0,223	0,001	0,000	0,001	-96,7%
Exportações totais de Kiribati (X2)	24,3	55,8	66,2	91,9	83,3	243,5%
Part. % (M2 / X2)	0,12%	0,40%	0,00%	0,00%	0,00%	-99,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Kiribati e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

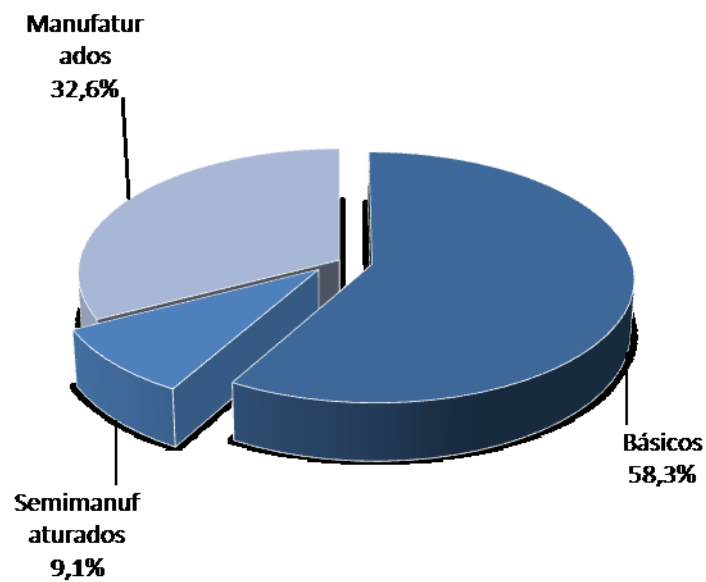


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

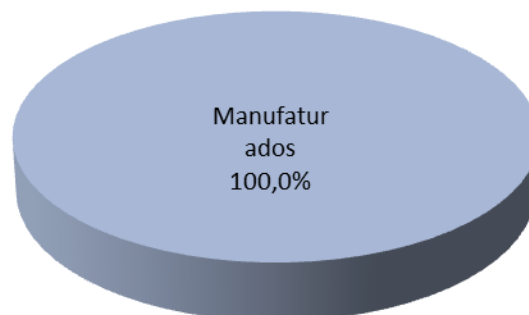
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014



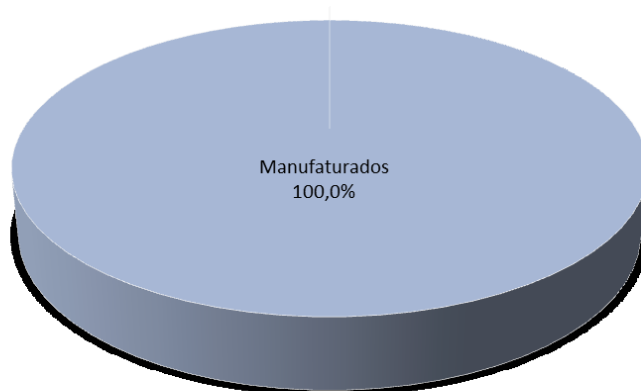
2015



Importações Brasileiras

Sem base de comparação. Não houve importações brasileiras originárias de Kiribati em 2015.

2014



Composição das exportações brasileiras para Kiribati

US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e sucedâneos	46,7	19,0%	68,2	58,3%	34,1	100,0%
Preparações de carne	70,6	28,8%	36,2	30,9%	0,0	0,0%
Açúcar	124,2	50,5%	10,7	9,1%	0,0	0,0%
Preparações alimentícias diversas	0,0	0,0%	1,2	1,0%	0,0	0,0%
Vestuário exceto de malha	4,0	1,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Borracaha	0,2	0,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	245,7	100,0%	116,2	99,4%	34,1	100,0%
Outros produtos	0,0	0,0%	0,7	0,6%	0,0	0,0%
Total	245,7	100,0%	117,0	100,0%	34,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Grupo de produtos exportado pelo Brasil, 2015

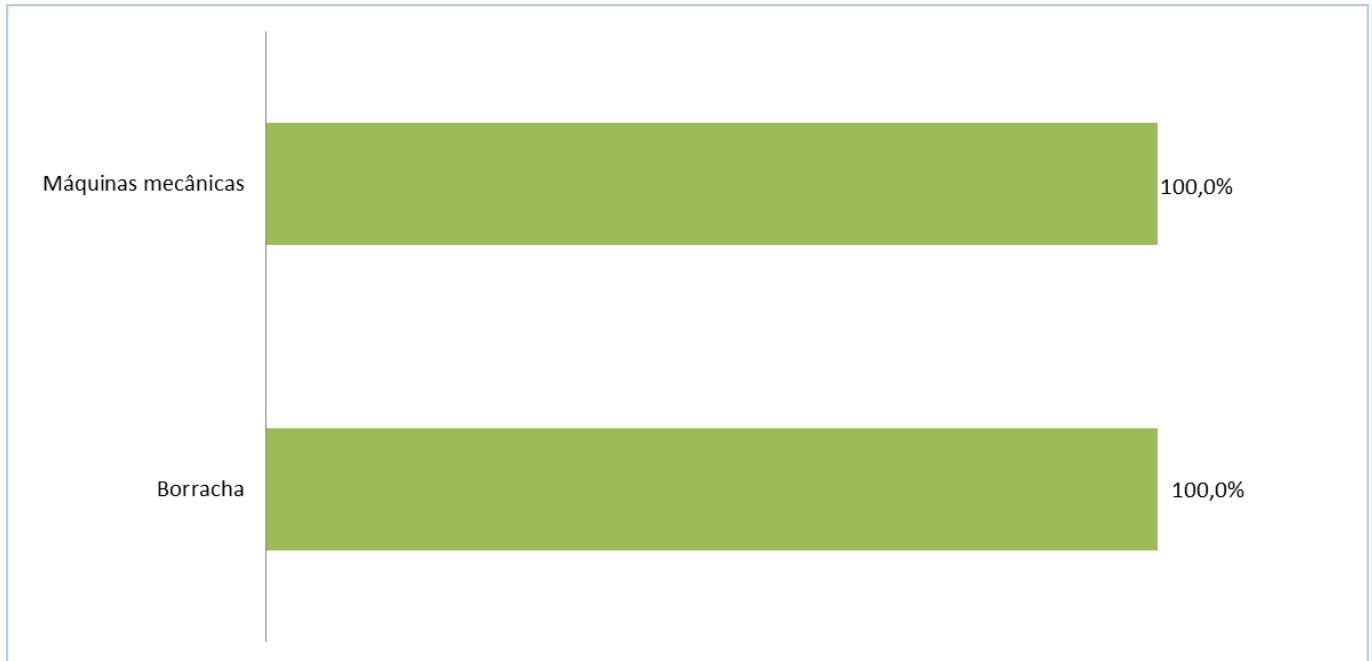


Composição das importações brasileiras originárias de Kiribati
US\$ mil


Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,0	100,0%	0,8	85,1%	0,0	100,0%
Borracha	0,0	100,0%	0,1	14,9%	0,0	100,0%
Subtotal	0,0	100,0%	0,9	100,0%	0,0	100,0%
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	0,0	100,0%	0,9	100,0%	0,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

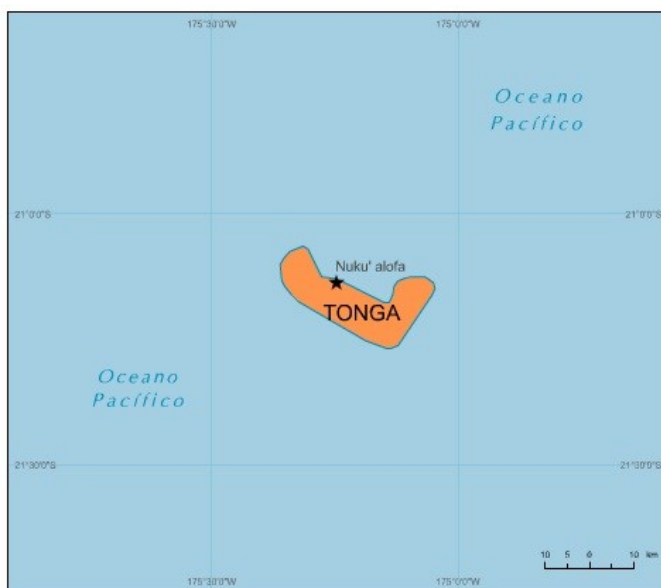
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principal grupo de produtos exportado pelo Brasil em 2016
Exportações					
Tabaco e sucedâneos	0	100,0%	34,1	100,0%	
Subtotal	0	100,0%	34,1	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	0	100,0%	34,1	100,0%	

Não houve importações no período.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

TONGA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE TONGA	
NOME OFICIAL:	Reino de Tonga
GENTÍLICO:	tonganês
CAPITAL:	Nuku'alofa
ÁREA:	747km ²
POPULAÇÃO (2015):	103 mil
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e tonganês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantismo (65%), Mormonismo (17%), Catolicismo romano (16%), outras religiões (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia legislativa unicameral (26 assentos; 17 representantes eleitos por maioria simples e 9 eleitos indiretamente por líderes hereditários. Os membros servem termos de três anos).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Tupou VI (desde 18 de março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro 'Akilisi Pohiva (desde 30 de dezembro de 2014)
CHANCELER:	'Akilisi Pohiva
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 443 milhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 520 milhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 3.407
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 5.048
VARIAÇÃO DO PIB	2,67% (2015); 2,32% (2014); -0,3% (2013) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	Exemplo: 0,717 (100ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	72,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,45%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011):	1,1% (World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	pa'anga
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TONGA (fonte: MDIC)									
Brasil → Tonga	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	6,4	11,7	149,8	288,7	256,8	208,5	1.368,2	644,8	868,6
Exportações	6,4	11,7	41,5	232,9	224,6	208,4	455,8	641,7	868,6
Importações	0	0,009	108,2	55,7	32,2	0,1	912,3	3,1	0
Saldo	6,4	11,7	-66,6	177,1	192,4	208,3	-456,5	638,5	868,6

(Em US\$ milhares)

Informação elaborada em 03/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

APRESENTAÇÃO

Tonga é um país da Oceania de 106 mil habitantes e uma área total de 747km².

As ilhas que compõem Tonga uniram-se no Reino da Polinésia em 1845 e tornaram-se uma monarquia constitucional em 1875. Entre 1900 e 1970, Tonga esteve sob protetorado britânico e os ingleses preservaram o regime político original da ilha. Em 1970, Tonga retirou-se do protetorado e passou a fazer parte da Commonwealth.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Tupou VI

Rei de Tonga



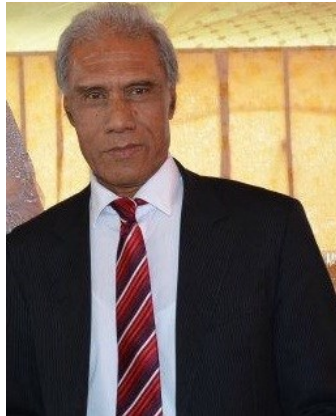
Tupou VI nasceu em 12 de julho de 1959 (56 anos), terceiro e mais novo filho do rei Tupou IV. Começou sua carreira como militar em 1982, tornando-se tenente-comandante das forças de defesa de Tonga em 1987. Em 1988, graduou-se pelo colégio de guerra naval dos EUA. Entre 1990 e 1995 foi capitão de navio patrulha, tendo servido em operações de manutenção de paz em Bougainville.

Em 1998 deixou as forças de defesa para trilhar carreira política, ocupando simultaneamente as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Ministro da Defesa. No ano 2000, tornou-se Primeiro-Ministro, mas em 2006 abandonou o cargo. Em 2008, foi designado Alto-Comissário (equivalente a Embaixador) de Tonga na Austrália, posição que manteve até 2012.

Em março de 2012, Tupou VI ascendeu ao trono de Tonga após a morte de seu irmão mais velho, o então Rei Tupou V.

Akilisi Pohiva

Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Akilisi Pohiva nasceu em 7 de abril de 1941 (75 anos). Estudou na Universidade do Pacífico Sul. É o líder do Partido Democrático das Ilhas Amigas e atua na política da ilha desde a década de 1970. Em 1987, foi eleito pela primeira vez para o Parlamento do país. Em 2008, foi reeleito pela oitava vez.

Em 2010, fundou o Partido Democrático das Ilhas Amigas. Após reformas constitucionais no país, o Primeiro-Ministro passou a ser eleito pelo Parlamento, não mais sendo indicado pela monarquia. Pohiva candidatou-se ao cargo, mas foi derrotado por Lord Tu'ivakano. Aceitou o cargo de Ministro da Saúde na gestão Tu'ivakano, mas logo renunciou ao posto. Em 2014, foi eleito para o cargo de Primeiro-Ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

Tonga foi um dos últimos países membros das Nações Unidas a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil, em 2011.

Em 2004, a Missão do Brasil junto à ONU encaminhou nota à Representação Permanente do Reino de Tonga propondo o estabelecimento de relações diplomáticas. Em 2005, foi realizada a primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho.

O Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas foi assinado em 2011, por ocasião da visita da então Subsecretária-Geral de Política II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, ao Reino de Tonga, com vigência a partir de 2011. Durante a visita, a Embaixadora foi recebida pelo então Primeiro-Ministro, Lord Tu'iivakano, e manteve encontros com os ministros da Agricultura, Educação, Turismo, Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Comércio e Indústria.

Brasil e Tonga compartilham posições sobre importantes temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), desenvolvimento sustentável, Direito do Mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não-proliferação, além de ambos terem-se empenhado para declarar a América Latina e Pacífico Sul como zona livre de armas nucleares.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos interesses dos cidadãos brasileiros em Tonga.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Tonga.

POLÍTICA INTERNA

Historicamente, o Rei escolhia o Primeiro-Ministro e o Gabinete. Em 2009, foram adotadas reformas constitucionais e eleitorais. Nas eleições de 2010, o número de representantes do povo no Parlamento aumentou de nove para 17, enquanto o número de representantes da nobreza se manteve (9). Outra mudança fundamental foi a escolha do Primeiro-Ministro em votação no Parlamento, e não mais por indicação do monarca. Após as reformas de 2010, o Primeiro-Ministro escolhe o Gabinete entre os parlamentares.

Na primeira eleição democrática de Tonga, ocorrida em novembro de 2010, o *Human Rights and Democracy Party* conquistou 12 das 17 cadeiras de

representantes do povo. Em dezembro daquele ano, Lord Tu'ivakano foi eleito Primeiro-Ministro. Já nas eleições de 2014, Akilisi Pohiva foi eleito Primeiro-Ministro do país.

O Conselho Ministerial (*Privy Council*) tem poderes superiores aos do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas este deve ser ouvido pelo rei quando da formulação da política externa de Tonga.

O órgão judicial mais elevado é a Corte de Apelação, composta por um presidente e juízes indicados pelo monarca. O Conselho Ministerial também possui características judiciais.

POLÍTICA EXTERNA

Tonga tornou-se membro da ONU em 1999 e da OMC em 2007. A prioridade de sua política externa é buscar facilitação do comércio e assistência para o desenvolvimento. Como membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, Tonga tem papel influente em temas regionais como transporte, pesca e telecomunicações. É também membro da *Commonwealth*, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, do Secretariado da Comunidade do Pacífico e de várias agências da ONU (o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento possui um escritório em Nuku'alofa). O país mantém relações estreitas com a Austrália.

Os últimos anos têm levado ao avanço da presença chinesa no país. As lojas da capital, Nuku'alofa, oferecem enorme gama de produtos chineses. Várias obras pela cidade ostentam a indicação *China Aid* e a maioria dos operários que trabalham na construção de estradas é chinesa. Tonga tem sido um dos maiores beneficiários de aportes financeiros da China no Pacífico Sul, sobretudo na forma de empréstimos.

O Reino de Tonga é parte no Tratado de Rarotonga, que instituiu uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN) no Pacífico Sul em 1985. Preocupados com testes nucleares realizados na região, os signatários do Tratado de Rarotonga decidiram estabelecer mais do que zona livre de armas nucleares, assumindo também compromissos contra a presença de rejeitos radioativos e criando mecanismos para controlar o trânsito de material nuclear.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A pequena economia de Tonga depende dos aportes financeiros de fundos internacionais e das remessas de tonganeses que vivem no exterior. As principais atividades econômicas do país são a pesca e a agricultura de frutas, verduras e legumes tropicais, produção que, além de abastecer o mercado local, é exportada, sobretudo, para Nova Zelândia, Austrália e Japão. A pesca, principalmente de atum e peixes de recife, ainda não está totalmente desenvolvida. O país não tem barcos de pesca de atum em número suficiente, mas deseja desenvolver esta especialidade e procura investidores para tanto. Da mesma forma, deseja desenvolver a produção de carne (bovina e suína) e gado leiteiro, pois considera ter potencial para reduzir as importações necessárias no setor.

Em 2014, realizou-se a 1ª Revisão de Política Comercial de Tonga. Ressaltou-se que, desde a acessão do país à OMC em 2007, Tonga tem demonstrado forte compromisso com o sistema multilateral do comércio e tem implementado as regras da OMC com expressiva celeridade. Reconheceu-se a recente acessão de Tonga à OMC como agente catalisador de importantes reformas institucionais no país. Foram ressaltados alguns desafios enfrentados por Tonga, como as manifestações civis de 2006, os impactos da crise internacional de 2008, a destruição causada pelo ciclone Ian em 2014 a vulnerabilidade a desastres naturais, os altos custos de transporte e telecomunicações e a necessidade de assistência técnica para capacitação de mão-de-obra relacionada ao comércio. Os membros buscaram esclarecimentos sobre a aplicação de tarifas superiores aos patamares consolidados, o regime aplicável a investimentos estrangeiros, licenças comerciais e propriedade intelectual, a implementação de acordos bilaterais e multilaterais, novas legislações e reformas institucionais, os programas de trabalho temporário celebrados com Austrália e Nova Zelândia e sobre iniciativas de assistência técnica para capacitação de mão-de-obra relacionada ao comércio.

Em 2014, Nova Zelândia, Hong Kong, Estados Unidos, Japão e Austrália foram os maiores destinos das exportações tonganesas. Por sua vez, as importações em 2014 tiveram origem principalmente na Nova Zelândia, Cingapura, Estados Unidos, Japão e Fiji.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Tonga é modesto, mas apresenta potencial de crescimento, conforme atestado pelos intercâmbios recordes de 2011 e 2012. Em 2011, a corrente de comércio atingiu a cifra

de US\$ 1,36 milhão, um aumento substancial frente aos US\$ 48 mil de 2002. Após a crise financeira, a corrente de comércio reduziu-se em quase 50%, atingindo US\$ 208 mil em 2009, com lenta recuperação em 2010 e recorde histórico em 2011. Em 2012, a corrente de comércio foi menor que a do ano anterior, no montante de US\$ 736 mil, mas ainda foi o segundo melhor resultado já registrado no intercâmbio comercial. Em 2013, houve uma pequena redução do comércio bilateral, que chegou a US\$ 598 mil, ainda com absoluta preponderância das exportações brasileiras. Em 2014, o intercâmbio caiu para US\$ 471 mil.

Os produtos que o Brasil importa de Tonga variam de ano a ano, abrangendo desde frutos do mar congelados, conversores elétricos, parafusos, dispositivos de cristais líquidos e partes de motores de explosão a peixes ornamentais e vitaminas. Já as exportações brasileiras consistem, basicamente, de fumo não-manufaturado, açúcar de cana, impressos, embutidos e utensílios de cozinha.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1845	As ilhas que compõem Tonga se unem no Reino da Polinésia.
1875	Tonga torna-se uma Monarquia Constitucional.
1900	Tonga passa a ser um Protetorado britânico.
1970	Tonga retira-se do Protetorado e passa a fazer parte da <i>Commonwealth</i> .
1985	O Tratado de Rarotonga cria uma zona livre de armas nucleares no Pacífico Sul.
2012	Tupou VI torna-se o Rei de Tonga.
2014	Akilisi Pohiva é eleito Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo Embaixador Arnaldo

	Carrilho.
2011	Assinatura do Comunicado Conjunto de estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Tonga.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos de Tonga

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-0,30%	2,32%	2,67%	2,41%	1,97%
PIB nominal (US\$ milhões)	443	438	443	473	507
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.334	4.280	4.311	4.598	4.913
PIB PPP (US\$ milhões)	483	502	520	539	559
PIB PPP "per capita" (US\$)	4.724	4.901	5.068	5.239	5.421
População (mil habitantes)	102	102	103	103	103
Inflação (%) ⁽²⁾	0,84%	1,21%	1,31%	1,85%	2,20%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-1,67%	-3,10%	-5,97%	-6,42%	-4,72%
Dívida externa (US\$ milhões)	808,40	843,70	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (T\$ / US\$) ⁽²⁾	1,77	1,86	n.d.	n.d.	n.d.

Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	18,3%
Indústria	18,8%
Serviços	62,9%

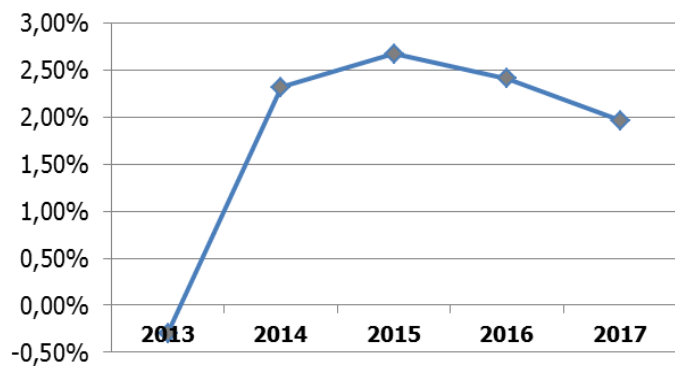
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015.

(n.d.) Dado não disponível.

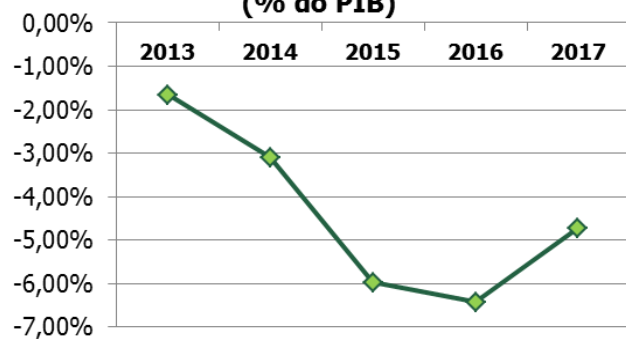
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

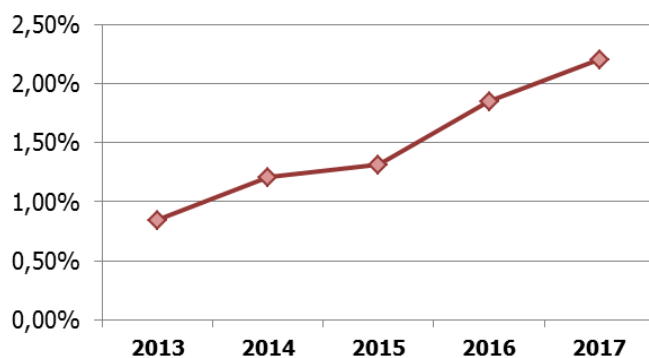
Crescimento real do PIB (%)



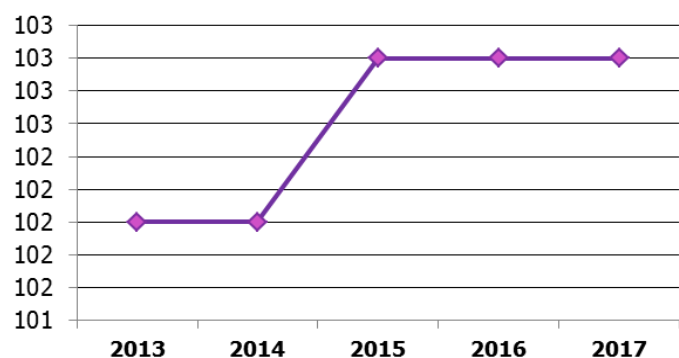
Saldo em transações correntes (% do PIB)



Inflação (%)



População (mil habitantes)



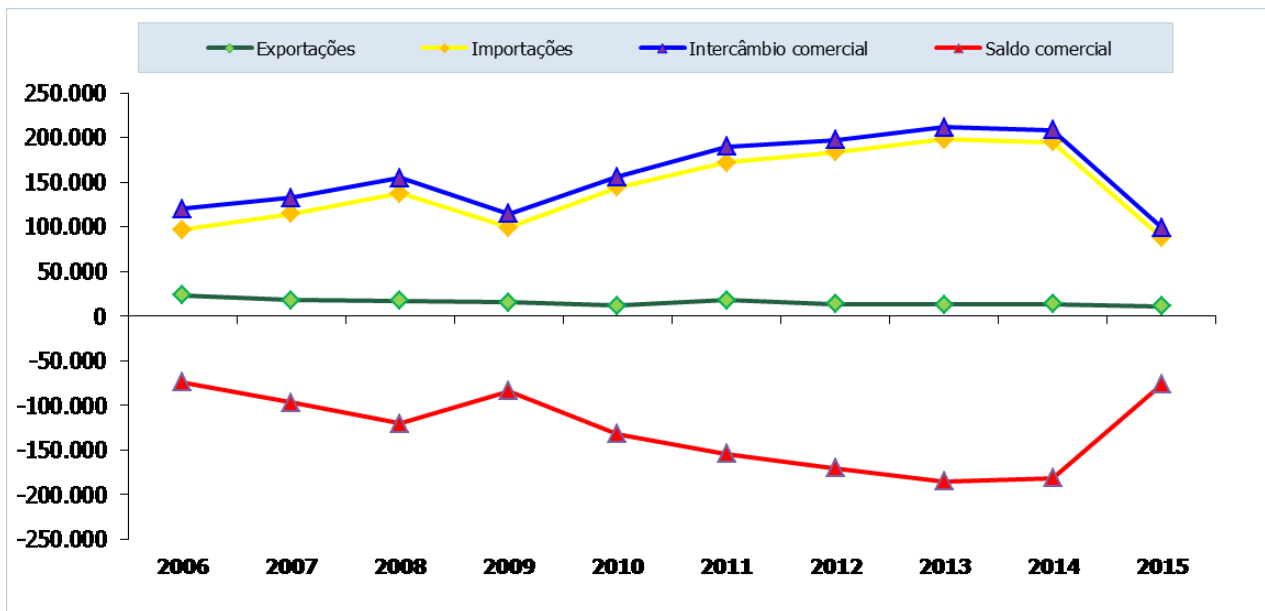
Evolução do comércio exterior de Tonga
US\$ mil

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	23.196	16,9%	97.094	3,1%	120.290	5,5%	-73.898
2007	17.912	-22,8%	114.887	18,3%	132.799	10,4%	-96.975
2008	17.420	-2,7%	137.360	19,6%	154.780	16,6%	-119.940
2009	15.298	-12,2%	99.319	-27,7%	114.617	-25,9%	-84.021
2010	11.962	-21,8%	144.076	45,1%	156.038	36,1%	-132.114
2011	17.923	49,8%	171.845	19,3%	189.768	21,6%	-153.922
2012	13.390	-25,3%	183.831	7,0%	197.221	3,9%	-170.441
2013	13.242	-1,1%	198.228	7,8%	211.470	7,2%	-184.986
2014	13.558	2,4%	194.788	-1,7%	208.346	-1,5%	-181.230
2015	11.311	-16,6%	87.898	-54,9%	99.209	-52,4%	-76.587
Var. % 2006-2015	-51,2%	--	-9,5%	--	-17,5%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das exportações de Tonga

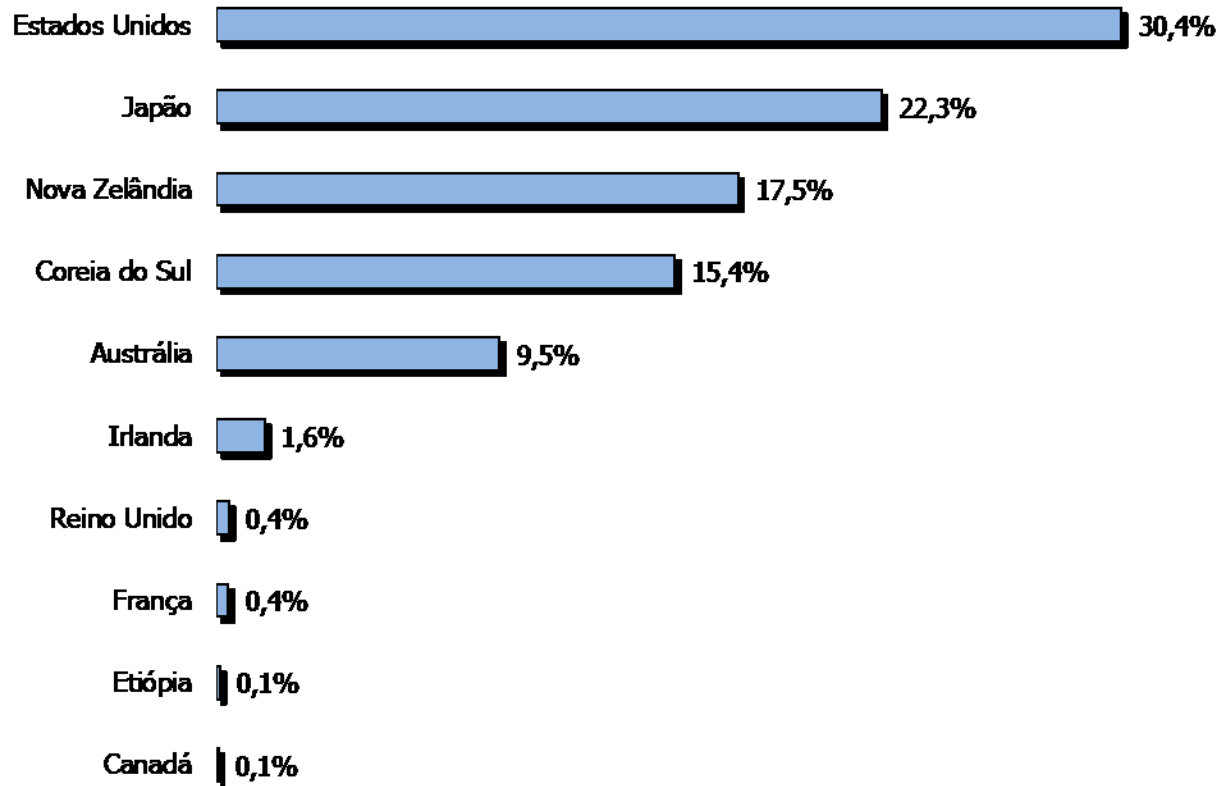
US\$ mil

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	3.435	30,4%
Japão	2.524	22,3%
Nova Zelândia	1.981	17,5%
Coreia do Sul	1.739	15,4%
Austrália	1.075	9,5%
Irlanda	185	1,6%
Reino Unido	49	0,4%
França	45	0,4%
Etiópia	14	0,1%
Canadá	8	0,1%
...		
Brasil	0	0,0%
Subtotal	11.055	97,7%
Outros países	256	2,3%
Total	11.311	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



Origem das importações de Tonga

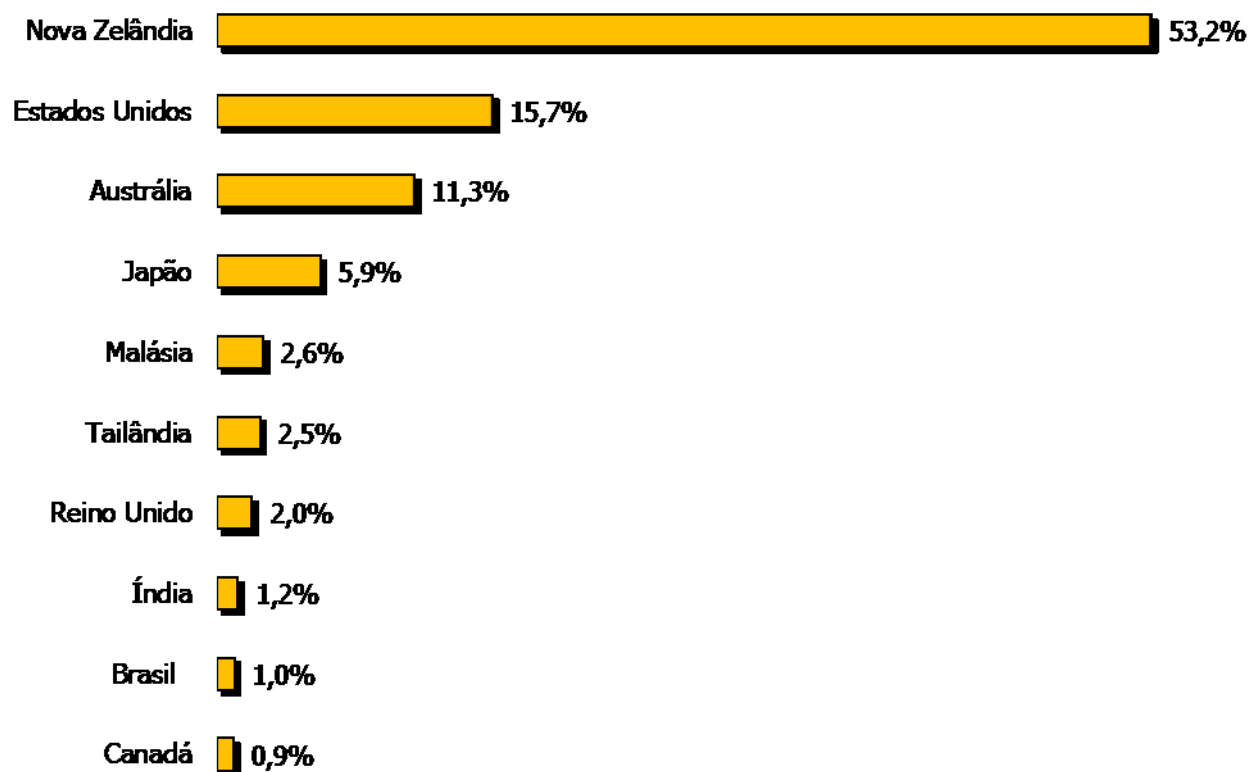
US\$ mil

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Nova Zelândia	46.763	53,2%
Estados Unidos	13.802	15,7%
Austrália	9.911	11,3%
Japão	5.170	5,9%
Malásia	2.317	2,6%
Tailândia	2.154	2,5%
Reino Unido	1.747	2,0%
Índia	1.039	1,2%
Brasil	869	1,0%
Canadá	834	0,9%
Subtotal	84.606	96,3%
Outros países	3.292	3,7%
Total	87.898	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Tonga

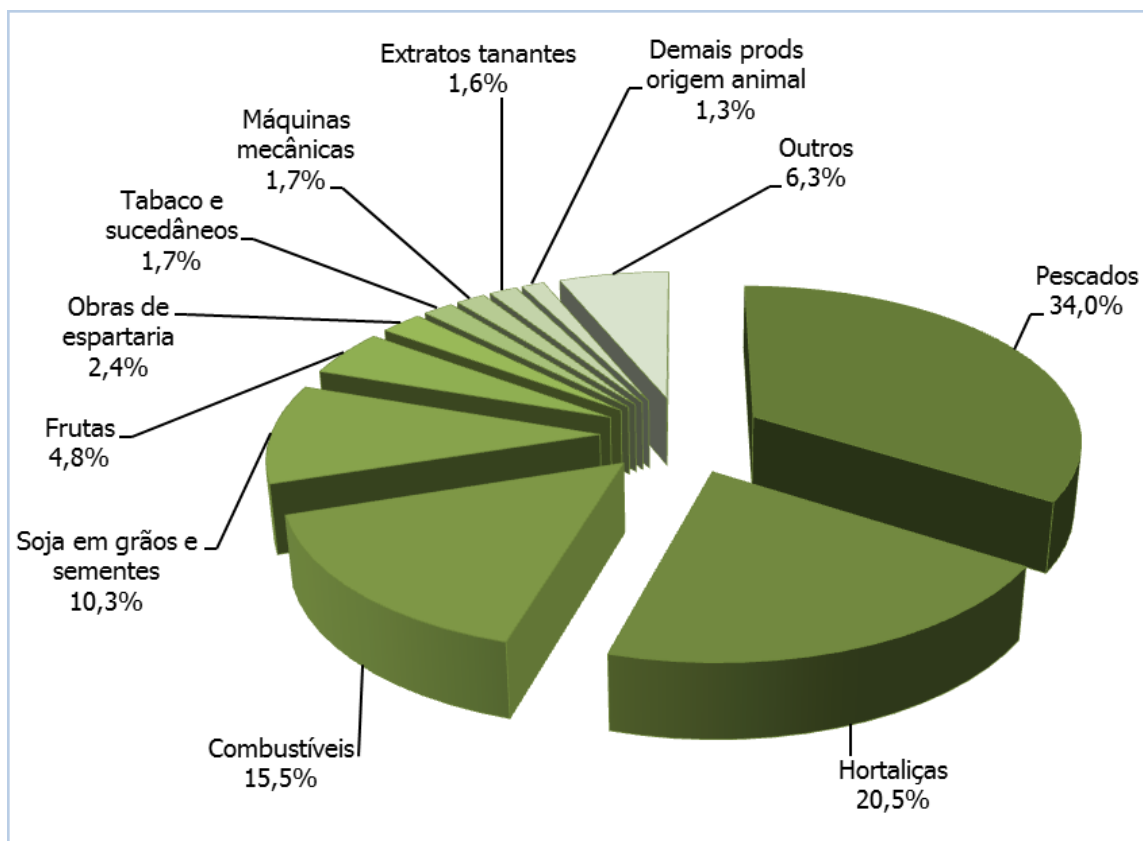
Grupos de Produtos	2 0 1 4
Pescados	34,0%
Hortaliças	20,5%
Combustíveis	15,5%
Soja em grãos e sementes	10,3%
Frutas	4,8%
Obras de espartaria	2,4%
Tabaco e sucedâneos	1,7%
Máquinas mecânicas	1,7%
Extratos tanantes	1,6%
Demais prods origem animal	1,3%
Subtotal	93,7%
Outros	6,3%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição em março/2016.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Tonga

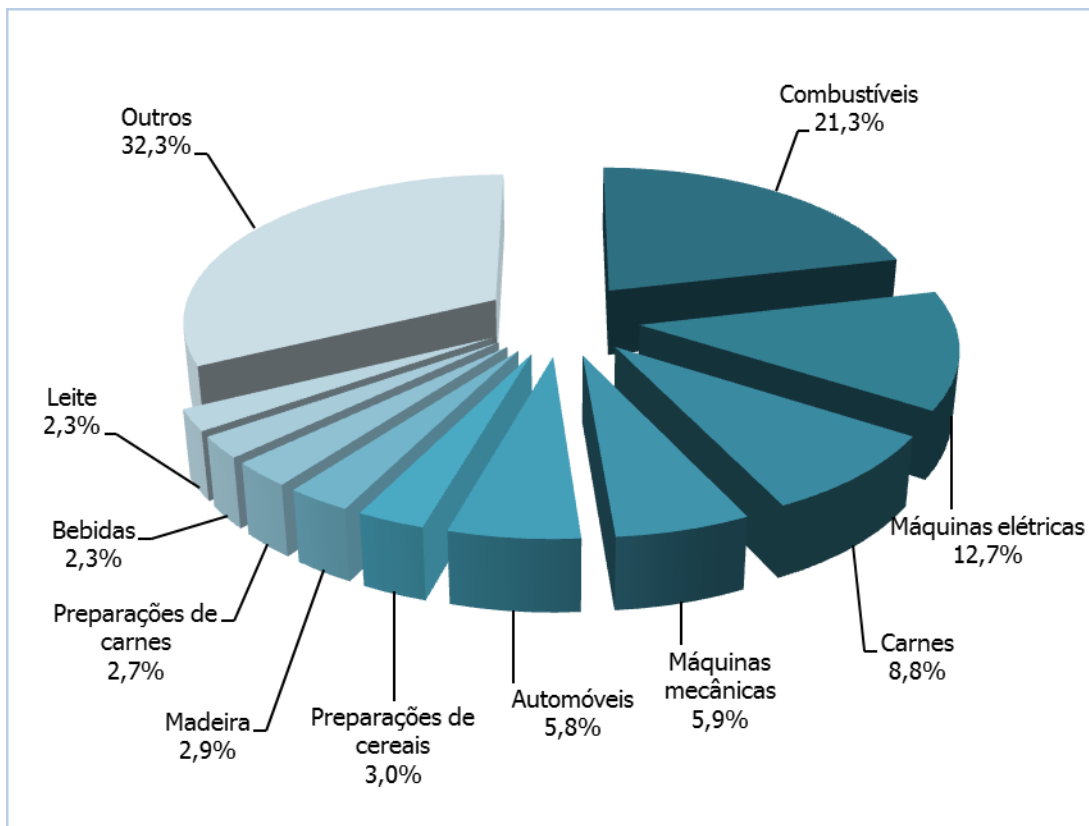
Grupos de produtos	2 0 1 4
Combustíveis	21,3%
Máquinas elétricas	12,7%
Carnes	8,8%
Máquinas mecânicas	5,9%
Automóveis	5,8%
Preparações de cereais	3,0%
Madeira	2,9%
Preparações de carnes	2,7%
Bebidas	2,3%
Leite	2,3%
Subtotal	67,7%
Outros	32,3%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição em março/2016.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tonga

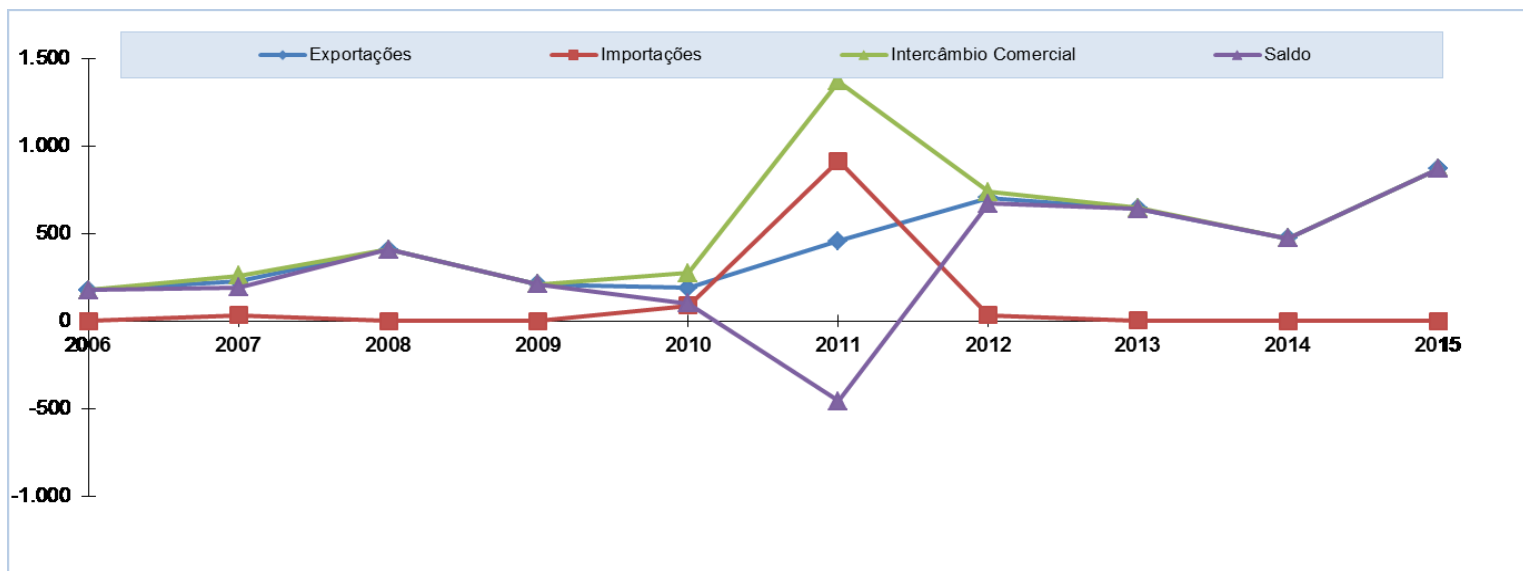
US\$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	177	-24,1%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	177	-38,8%	0,00%	177
2007	225	27,1%	0,00%	32,2	n.a.	0,00%	257	45,3%	0,00%	192
2008	408	81,6%	0,00%	0,2	-99,3%	0,00%	408	58,9%	0,00%	408
2009	208	-48,9%	0,00%	0,1	-52,3%	0,00%	209	-48,9%	0,00%	208
2010	187	-10,3%	0,00%	87,7	(+)	0,00%	275	31,7%	0,00%	99
2011	456	143,7%	0,00%	912,4	939,9%	0,00%	1.368	398,0%	0,00%	-457
2012	703	54,2%	0,00%	33,3	-96,4%	0,00%	736	-46,2%	0,00%	670
2013	642	-8,7%	0,00%	3,1	-90,6%	0,00%	645	-12,4%	0,00%	639
2014	471	-26,5%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	471	-26,9%	0,00%	471
2015	869	84,3%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	869	84,3%	0,00%	869
2016 (jan-fev)	466	313,5%	0,00%	0,0	0,0%	0,00%	466	313,5%	2,16%	466
Var. % 2006-2015	391,3%	--	--	n.a.	--	--	391,3%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

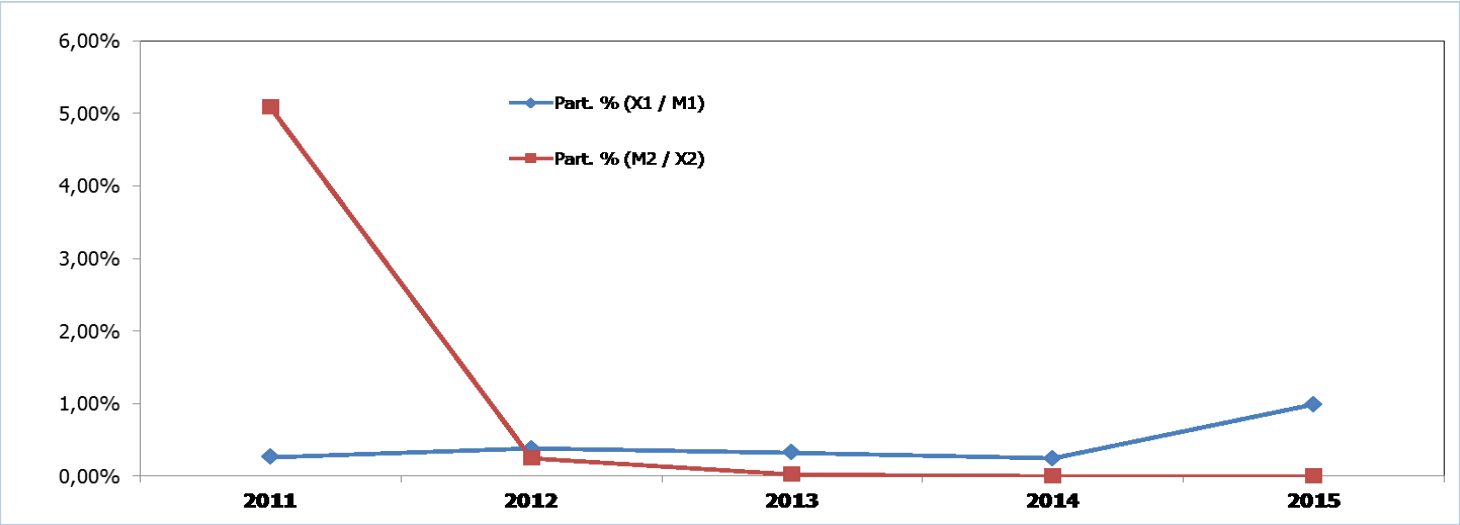


Part. % do Brasil no comércio de Tonga**US\$ mil**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para Tonga (X1)	456	703	642	471	869	90,6%
Importações totais de Tonga (M1)	171.845	183.831	198.228	194.788	87.898	-48,9%
Part. % (X1 / M1)	0,27%	0,38%	0,32%	0,24%	0,99%	272,5%
Importações do Brasil originárias de Tonga (M2)	912	33	3	0	0	-100,0%
Exportações totais de Tonga (X2)	17.923	13.390	13.242	13.558	11.311	-36,9%
Part. % (M2 / X2)	5,09%	0,25%	0,02%	0,00%	0,00%	-100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Tonga e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

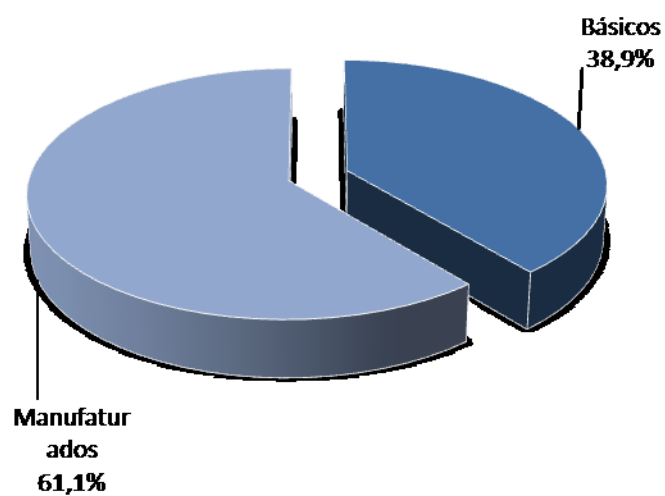


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

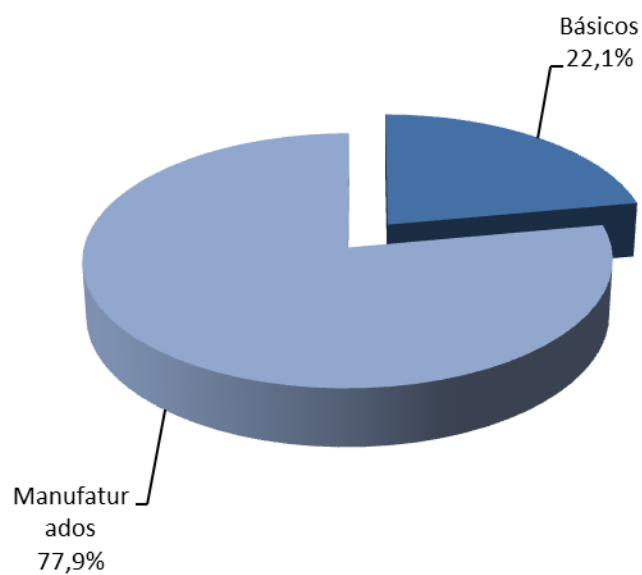
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

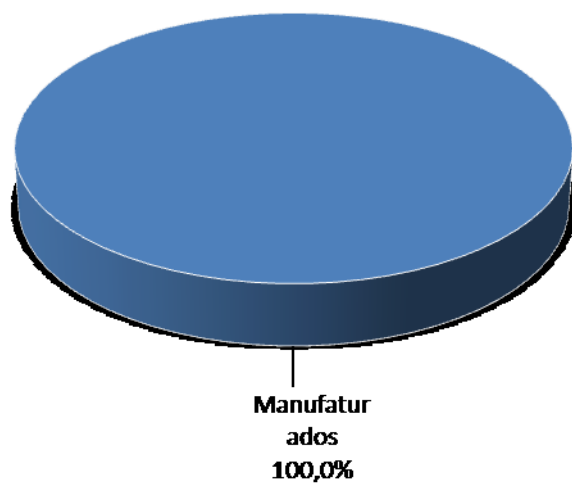


2015

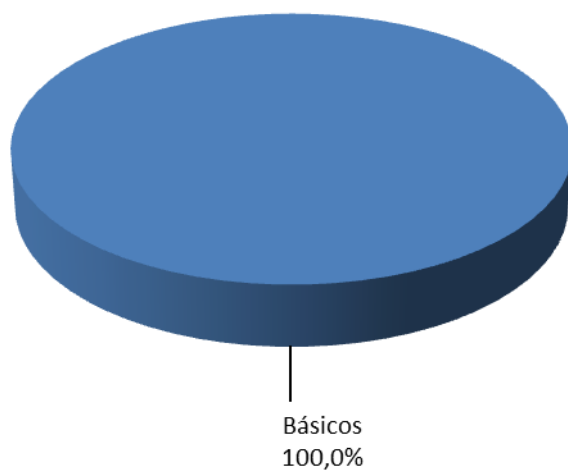


Importações Brasileiras

2012



2013



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

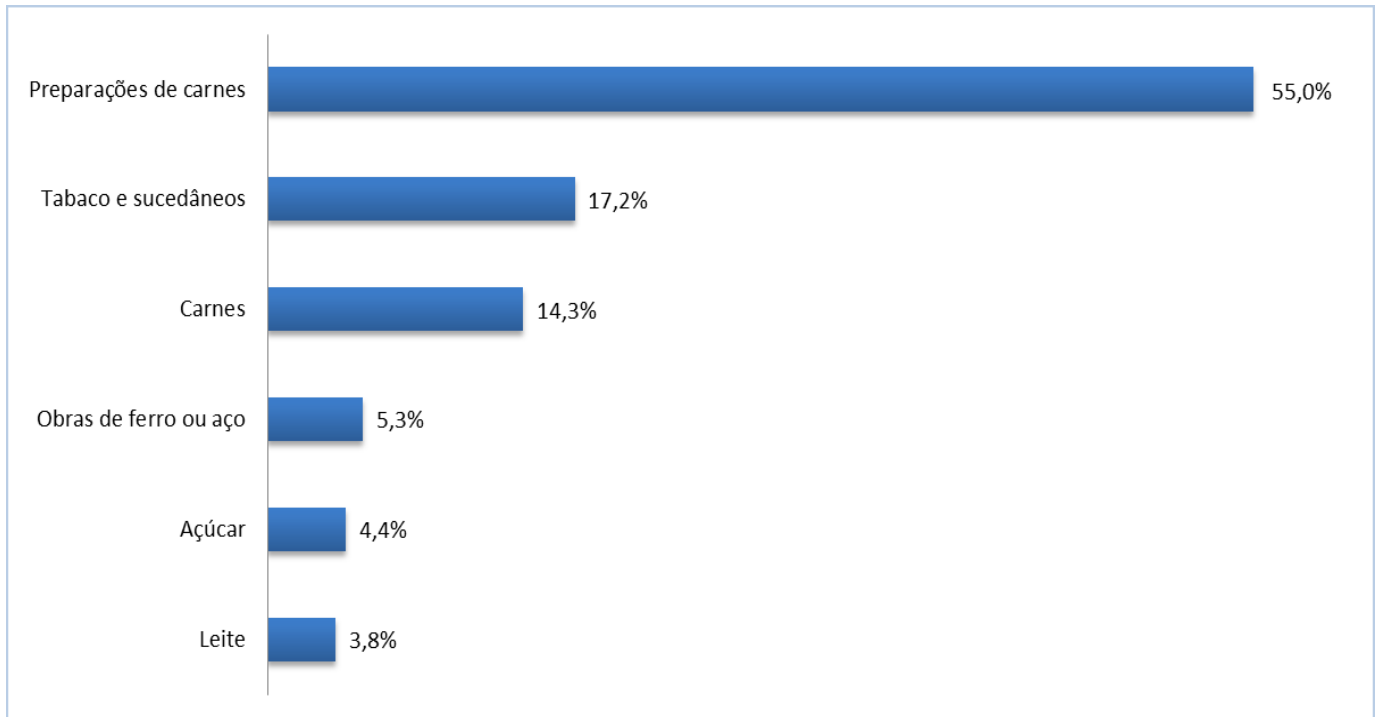
Composição das exportações brasileiras para Tonga

US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	166	25,9%	155	32,9%	478	55,0%
Tabaco e sucedâneos	191	29,8%	183	38,8%	149	17,2%
Carnes	0	0,0%	0	0,0%	124	14,3%
Obras de ferro ou aço	34	5,3%	17	3,6%	46	5,3%
Açúcar	214	33,3%	116	24,6%	38	4,4%
Leite	0	0,0%	0	0,0%	33	3,8%
Subtotal	605	94,3%	471	99,9%	868	99,9%
Outros produtos	37	5,7%	0	0,1%	1	0,1%
Total	642	100,0%	471	100,0%	869	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

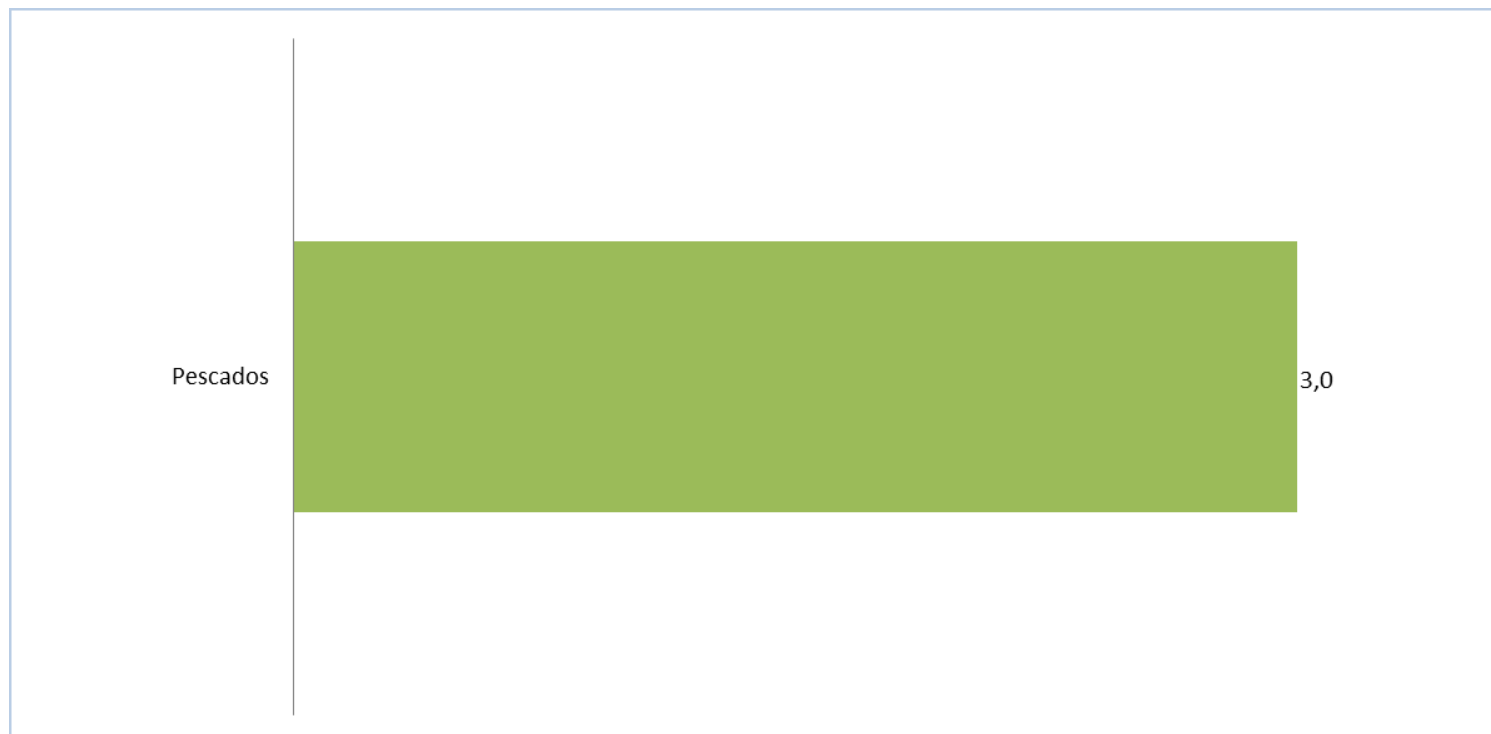


Composição das importações brasileiras originárias de Tonga US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pescados	3,0	96,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	3,0	96,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Outros produtos	0,1	3,9%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	3,1	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2013



Aviso nº 216 - C. Civil.

Em 27 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL